



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**BRASIL E VENEZUELA: DO DESINTERESSE MÚTUO AOS ACORDOS
BILATERAIS**

ROBERTA PACHECO ANTUNES

Foz do Iguaçu

2017



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**BRASIL E VENEZUELA: DO DESINTERESSE MÚTUO AOS ACORDOS
BILATERAIS**

ROBERTA PACHECO ANTUNES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

Orientadora: Prof. Doutora Renata Peixoto de Oliveira

Foz do Iguaçu

2017

Catálogo elaborado pela Divisão de Apoio ao Usuário da Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

Antunes, Roberta Pacheco.

Brasil e Venezuela: do desinteresse mútuo aos acordos bilaterais /
Roberta Pacheco Antunes. - Foz do Iguaçu, 2017.
171 f.: il.

Dissertação Mestrado - Universidade da Integração Latino-Americana.
Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina.
Orientador: Renata Peixoto de Oliveira.

.
1. Acordos bilaterais - Brasil - Venezuela. 2. Tratados de integração.
3. Política externa - 1950-2010. I. Oliveira, Renata Peixoto de, Orient.
II. Título.

BRASIL E VENEZUELA: DO DESINTERESSE MÚTUO AOS ACORDOS BILATERAIS

ROBERTA PACHECO ANTUNES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Doutora Renata Peixoto de Oliveira
UNILA

Prof. Doutor Fábio Borges
(UNILA)

Prof. Doutora Mayra Goulart da Silva
(UFRRJ)

Prof. Doutor Mauro Victoria Soares
(UFPE)

Foz do Iguaçu, PR 07 de dezembro de 2017.

AGRADECIMENTOS

A jornada do mestrado deveria ter sido um sonho do início ao fim, Um sonho perfeito, em uma instituição pública federal renomada e única, ao lado de profissionais que gozam de toda a minha admiração e que certamente poderiam me propiciar uma aventura em novas áreas de conhecimento, muito além de todas as minhas singelas expectativas.

Diante dos momentos conturbados que precisei suportar enquanto continuava a tentar concretizar o sonho, precisei de Deus e sem ele não teria chegado até este momento.

Deus manifestou-se de diversas formas e em várias pessoas, principalmente a minha orientadora, pois foi muito além da constante orientação, das pontuais sugestões e correções e me presenteou com compreensão, paciência e suporte psicológico, acreditando em mim mesmo enquanto eu não correspondia a qualquer expectativa.

Aos colegas de curso pela companhia e por palavras de carinho que tornaram os meus dias mais suportáveis, em especial Domingos, Virginia, Julie e Luiz.

Agradeço aos professores que conheci, os quais foram imprescindíveis para que eu pudesse crescer o mínimo dentro de cada temática necessária para desenvolver a pesquisa, em especial, professor Fábio Borges. Agradeço aos professores Micael Alvino Silva, Mauro Victoria Soares e Mária Lúcia Navarro Lins Brzezinski pela forma comprometida com que analisaram meu trabalho na banca de qualificação com críticas e sugestões imprescindíveis para a finalização.

Agradeço a Angelica, Letícia, Heloísa, Mayna e Roberto (*in memoriam*) pelo apoio psicológico e "logístico".

Agradeço aos meus pais, Sandra e João (*in memoriam*), aos meus tios, Bia e Renato e demais familiares e amigos pela torcida e principalmente por compreenderem a minha ausência, em especial Alice, Cláudia e Regina. Agradeço ao meu esposo que por um ano abdicou dos finais de semana de sol enquanto eu escrevia e não me deixou desistir quando eu não suportava mais.

RESUMO

O presente trabalho analisa as relações bilaterais Brasil-Venezuela, mormente, como e quando estas relações se desenvolveram, em que intensidade, por meio de quais projetos e até que ponto tais projetos se concretizaram ou não. Verifica-se a influência dos regimes políticos dos dois países neste processo de relacionamento, seja por meio de suas Constituições Federais, sua política externa, o papel regional desempenhado e sua inserção internacional. Busca-se compreender como se desenvolveram as relações bilaterais entre Brasil e Venezuela no período compreendido desde a década de 1950 até 2010, com ênfase no lapso temporal entre 1999 e 2010, tendo como hipótese o desenvolvimento das referidas relações bilaterais em movimento pendular, balançando em paralelo às ondas integracionistas latino americanas, ora se avançando no processo de integração entre os dois países, ora se retrocedendo.

Palavras-chave: Brasil. Venezuela. Ondas de integração. Acordos bilaterais. Integração regional.

RESUMEN

El presente trabajo analiza las relaciones bilaterales Brasil-Venezuela, moralmente, cómo y cuándo estas relaciones se desarrollaron, en qué intensidad, por medio de cuales proyectos y hasta qué punto tales proyectos se concretar o no. Se verifica la influencia de los regímenes políticos de los dos países en este proceso de relación, ya sea a través de sus Constituciones Federales, su política exterior, el papel regional desempeñado y su inserción internacional. Se busca comprender cómo se desarrollaron las relaciones bilaterales entre Brasil y Venezuela en el período comprendido desde la década de 1950 hasta 2010, con énfasis en el lapso temporal entre 1999 y 2010, teniendo como hipótesis el desarrollo de las referidas relaciones bilaterales en movimiento pendular, paralelo a las ondas integracionistas latinoamericanas, ahora avanzando en el proceso de integración entre los dos países, ora retrocediendo.

Palabras clave: Brasil. Venezuela. Acuerdos bilaterales. Ondas de integración. Integración regional.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD - Ação Democrática
ACE - Acordo de Complementação Econômica
ALADI - Associação Latino-Americana de Integração
ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALBA - Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
ALCAS - Área de Livre Comércio da América do Sul
APEXBRASIL - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
BCV - Banco Central de Venezuela
CAN - Comunidade Andina nas Nações
Caricom - Comunidade do Caribe
CASA - Comunidade Sul-Americana de Nações
CELAC - Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COBAN - Comissão Binacional de Alto Nível
COPEI - Comitê de Organização Política Eleitoral Independente
COSIPLAN - Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
EUA - Estados Unidos da América
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FMI - Fundo Monetário Internacional
GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INE - Instituto Nacional de Estadísticas
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IIRSA - Iniciativa Integração Infraestrutura Regional Sul-Americana
MBR - Movimento Bolivariano Revolucionário
MPC - Mecanismo Político de Consulta
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MPPRE - Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores
MRE - Ministério das Relações Exteriores
NAFTA - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OEA - Organização dos Estados Americanos
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU - Organização das Nações Unidas
PARLASUL - Parlamento do Mercosul
PCV - Partido Comunista da Venezuela

PDVSA - Petróleos de Venezuela
PFL - Partido da Frente Liberal
PIB - Produto Interno Bruto
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNDA - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PSDB - Partido da Social-Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
OEA - Organização dos Estados Americanos
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
SELA - Sistema Econômico Latino-Americano (SELA)
TCA - Tratado de Cooperação Amazônica
TEC - Tarifa Externa Comum
TIAR - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
U.E. - União Européia
UNASUL - União de Nações Sul-americanas
URD - União da República Democrática

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Assinatura da declaração de independência da Venezuela.....	26
Figura 2: Manchetes jornalísticas referentes ao “ <i>El Gran Viraje</i> ”	68
Figura 3: Manchete Jornalística sobre o "Caracazo"	69
Figura 4: Reunião do MBR 200	71
Figura 5: Hugo Chávez, Francisco Arias Cárdenas e Jesús Urdaneta.	72
Figura 6: Manchete sobre <i>el paro</i>	106
Figura 7: <i>Pilin Leon</i>	106
Figura 8: Lula	116
Figura 9: material da campanha presidencial de Lula em 1989.	117
Figura 10: material da campanha presidencial de Lula em 2002.	117
Figura 11: A posse de Lula.....	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Inflação média no Brasil em 1986 (167,80%)	63
Gráfico 2: Inflação média no Brasil em 1987 (218,52%)	63
Gráfico 3: Comparativo: inflação e desemprego entre 1995 e 1998	75
Gráfico 4: Comparativo: ingresso na pobreza e desemprego entre 1995 e 1998.	75
Gráfico 5: Comparativo entre o PIB de Brasil e Venezuela na década de 1990	85
Gráfico 6: Evolução de alguns indicadores socioeconômicos no Brasil no transcorrer da década de 90.....	86
Gráfico 7: Evolução de alguns indicadores socioeconômicos na VENEZUELA no transcorrer da década de 90	86
Gráfico 8: Distribuição de renda entre 1998 e 2014 na Venezuela	108
Gráfico 9: Desenvolvimento humano na Venezuela.....	109
Gráfico 10: Inflação e consumo doméstico na Venezuela.....	109
Gráfico 11: Inflação e a taxa de desemprego na Venezuela.....	110
Gráfico 12: panorâma de países fornecedores do mercado venezuelano 2004-2009	131
Gráfico 13: corrente de comércio Brasil-Venezuela	132
Gráfico 14: evolução da participação de mercados dos principais fornecedores de Construções pré-fabricadas para a Venezuela (2004-2009).....	133
Gráfico 15: evolução da participação de mercados dos principais fornecedores de outros tijolos e peças de cerâmicas para construção de refratários para a Venezuela (2004-2009).....	133
Gráfico 16: panorama geral de 562 projetos da IIRSA.....	140

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Densidade demográfica na Venezuela.....	80
Mapa 2: Densidade demográfica no Brasil.....	81

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 BRASIL E VENEZUELA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA FACE AS ONDAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	19
2.1 INTEGRAÇÃO REGIONAL E REGIONALISMO	20
2.2 DEBATES TEÓRICOS EM TORNO DAS DISTINTAS ONDAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA	23
2.2.1 Brasil e Venezuela: antecedentes históricos e considerações sobre a primeira onda de integração latino americana ou o velho regionalismo.....	25
2.2.2 Brasil e Venezuela no balanço da segunda e da terceira onda: novo regionalismo, passando pelo "regionalismo aberto" até a terceira onda	46
3 O PERÍODO REPUBLICANO MAIS RECENTE: DA "NOVA REPÚBLICA" BRASILEIRA AO FINAL DA IV REPÚBLICA VENEZUELANA (1985-1999)	58
3.1 DA "NOVA REPÚBLICA" DO BRASIL AO FINAL DA IV REPÚBLICA VENEZUELANA	59
3.2 BRASIL E VENEZUELA NA SEGUNDA ONDA INTEGRACIONISTA: DO DESINTERESSE MÚTUO AOS ACORDOS BILATERAIS	77
4 BRASIL E VENEZUELA NO BALANÇAR DA TERCEIRA ONDA (1999-2010)	101
4.1 A VENEZUELA DE CHÁVEZ	103
4.1.1 A Política Externa De Chávez.....	111
4.2 O BRASIL DE LULA.....	115
4.2.1 Panorama da Política Externa Brasileira no Governo Lula.....	122
4.3 AS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL- VENEZUELA, DIANTE DAS POLÍTICAS EXTERNAS DE AMBOS	125
4.3.1 Brasil e Venezuela e a Integração Regional da América do Sul.....	136
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	157

1 INTRODUÇÃO

O ideal integracionista vem se fazendo presente não só nas constituições brasileiras e venezuelanas, bem como nos discursos de seus governantes à algumas décadas. Todavia, ao longo dos anos esse ideal encontra dificuldades de se concretizar, em razão de inúmeros obstáculos que vão se interpondo em seu caminho.

Nesta perspectiva, a análise pretendida considerará como condicionantes centrais a periodização do processo integracionista em "ondas de integração" e institui como foco de estudo as relações bilaterais entre Brasil e Venezuela, desde a década de 1950, no contexto do velho regionalismo, passando pelo novo regionalismo, regionalismo aberto, até o pós-regionalismo, que se inicia a partir da decadência do consenso neoliberal, período em que governantes de esquerda e centro-esquerda são eleitos na Argentina, Brasil, Uruguai, Bolívia, Equador e Venezuela.

Nesta toada, tem-se como objetivo geral analisar as relações Brasil-Venezuela, mormente, como e quando estas se desenvolveram, em que intensidade, por meio de quais projetos e até que ponto tais projetos se concretizaram ou não.

Para atingir o objetivo geral acima, analisa-se a influência dos regimes políticos dos dois países neste processo de relacionamento, seja por meio de suas Constituições Federais, sua política externa, o papel regional desempenhado e sua inserção internacional.

Posto isso, as questões se impõem, *a priori*, em um plano genérico e abstrato e desdobram-se de forma mais pormenorizadas nas arenas doméstica e externa.

De forma abstrata e genérica, indaga-se: *Em que consiste a integração regional e o regionalismo? O que são e como são periodizadas as ondas integracionistas no contexto da América Latina¹*? De forma específica, questiona-se:

¹ América Latina: representação geopolítica de um conjunto formado por todas as nações das Américas ao sul dos Estados Unidos. A representação nasceu do panlatinismo francês do século XIX, mas sofreu reconstruções sucessivas no século XX, amoldando-se à idéia de "Terceiro Mundo" das Américas. Em todas as suas versões, a representação latino-americana postula uma linha de fratura

Como Brasil e Venezuela se comportaram nestas ondas em diferentes períodos de suas respectivas histórias? Como a relação entre Brasil e Venezuela se desenvolveu no transcorrer das referidas ondas? As relações bilaterais entre Brasil e Venezuela acompanharam o "balançar" das referidas ondas integracionistas da América Latina?

Diante dos mencionados questionamentos, apresenta-se como pergunta central: *Como se desenvolveram as relações bilaterais entre Brasil e Venezuela no período compreendido desde a década de 1950 até 2010, com ênfase no período compreendido entre 1999 e 2010?*

Diante do referido questionamento, apresenta-se como hipótese o desenvolvimento das referidas relações bilaterais em movimento pendular, balançando em paralelo às ondas integracionistas latino americanas, ora se avançando no processo de integração entre os dois países, ora se retrocedendo.

Assim, buscando atingir os objetivos propostos respondendo aos questionamentos acima e confirmando-se a hipótese formulada, o presente trabalho se desenvolver em perspectiva comparada, a partir de uma pesquisa descritiva do contexto histórico e do relacionamento entre os dois países no transcorrer do período abordado.

Nesta toada, o caminho metodológico passa por uma ampla revisão bibliográfica com a utilização de fontes primárias e secundárias.

As fontes primárias utilizadas foram obtidas junto as instituições competentes, utilizando-se documentos, discursos, atos bilaterais e multilaterais, obtidos em consultas aos sítios eletrônicos do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Itamaraty, Instituto Nacional de Estadísticas (INE), Banco Central de Venezuela (BCV), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), União de Nações Sul-americanas (Unasul), Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), Mercado Comum do Sul (Mercosul), Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dentre outros.

Da mesma forma, a Constituição da República Federativa do Brasil e a Constituição da República Bolivariana da Venezuela, serviram como fundamento basilar do presente estudo.

No que se referente às fontes secundárias, restaram consultados, artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e periódicos no âmbito político e jurídico nacionais e internacionais. Aludidas fontes foram utilizadas como instrumento de análise do contexto histórico, político, social e jurídico dos dois países.

Com a finalidade única de ilustrar alguns momentos da história de Brasil e Venezuela serão expostas algumas notícias de jornais e revistas, sem, contudo, analisar os referidos discurso jornalísticos.

Posto isso, o **método comparativo** será o instrumento primordialmente utilizado, na medida em que:

A comparação, enquanto momento da atividade cognitiva, pode ser considerada como inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais. É lançando mão de um tipo de raciocínio o comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais. (SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998, p. 49).

A utilização do método comparativo é imprescindível na busca compreensão das similitudes, diferenças e peculiaridades que terão o condão de explicar com maior veracidade os fenômenos políticos nos dois países produzindo uma análise mais confiável (PRZEWORSKI; TEUNE, 1970).

Segundo Marc Bloch (*apud* SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998, p. 80) “[...] aplicar o método comparativo no panorama das ciências humanas consiste [...] em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos”.

Tem-se em Bloch, portanto, que os meios sociais mencionados podem ser distantes no tempo e no espaço ou sociedade sincrônicas, vizinhas no espaço, e que possuam um ou alguns pontos comum.

Esse tipo de análise permite conciliar o trabalho teórico e o interesse relacionado à análise de processos sociais específicos (SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998, p. 81).

A partir da leitura de Bloch, constata-se dois momentos inerentes ao método comparativo: o analógico no qual identifica-se as similitudes entre Venezuela e Brasil no transcorrer de cada onda integracionista e o contrastivo, no qual são trabalhadas as diferenças entre os dois países. Paralelo a isto, analisa-se como em cada período Brasil e Venezuela se relacionaram um com o outro. Assim, mediante a utilização do método comparativo sob os dois prismas mencionados, tem-se o escopo de responder aos questionamentos acima elencados e a pergunta central formulada a partir da hipótese aventada.

A apresentação dos resultados divide-se em três capítulos.

O Capítulo denominado *Brasil e Venezuela face as ondas de integração regional*, inicia-se com a tarefa teórica de justificar a utilização simultânea e recíproca das expressões integração regional e regionalismo.

Na sequência, busca-se compreender as distintas ondas de integração na América Latina, por meio de uma periodização a partir de determinados contextos históricos e de abrangência, política e econômica, utilizando-se como principal referencial teórico a corrente majoritária, com ênfase para Briceño-Ruiz (2007), Torrent (2009), Sanahuja (2012) e Buevas (2013) que identificam três ondas de integração ou Lima (2013) ao falar em três momentos da integração latino-americana, as quais também sustentam como marco inicial meados do século XX e utilizam como paradigma os períodos desenvolvimentistas, neoliberal e neodesenvolvimentista, respectivamente.

Neste capítulo também se busca demonstrar como Brasil e Venezuela se comportaram no "balançar" destas ondas em períodos distintos, identificando diferentes tendências e paradigmas para suas relações exteriores, o papel de cada um no contexto da integração sul-americana e enfatizando-se o papel das Constituições vigentes para a referida análise.

Frisa-se que neste primeiro capítulo, além da genérica explanação teórica acerca da periodização das três ondas integracionistas da América do Sul nos termos dos estudiosos supramencionados, tem-se uma pormenorização focada da primeira onda integracionista, fazendo-se um apanhado do comportamento brasileiro e venezuelano a partir da década de 1950 até o final da década de 1970, quando, em meio a crise da primeira onda de regionalismo, a relação entre os dois países, até então superficial e divergente, iniciou uma virada mediante uma aproximação estratégica e gradual.

Após, ainda neste primeiro capítulo, faz-se uma abordagem inicial da segunda onda integracionista, dentro do contexto do neoliberalismo, tratando-se do comportamento recíproco entre Brasil e Venezuela neste período, visto que, como dito, no final da década de 1970 surgiu uma aproximação estratégica entre os dois países decorrentes não só das dificuldades enfrentadas por ambos, mas também por transformações no cenário internacional que denotaram a necessidade de uma aproximação. Aludida análise se desenvolve de forma superficial neste primeiro capítulo, visto que, este período, marcado pela década de 1990, com a nova República Brasileira (a partir de 1985) até o final da IV República Venezuelana serão pormenorizados no capítulo subsequente.

Da mesma forma, ainda no primeiro capítulo começa a ser contextualizada a relação entre Brasil e Venezuela à partir da decadência do consenso político e econômico neoliberal no início dos anos 2000 com a ascensão de governantes de esquerda, em especial Hugo Chávez na Venezuela e Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, o que será abordado a fundo no capítulo final.

Cumprida a proposta teórica do primeiro capítulo, passa-se ao próximo, denominado *O período republicano mais recente: da "nova república" brasileira ao final da IV república venezuelana (1985-1999)*, o qual visa contextualizar o período republicano mais recente de Brasil e Venezuela, na seara da segunda onda integracionista, mediante uma análise histórica de ambos no período compreendido entre 1985 e 1999 e como as relações entre os dois países variaram do desinteresse mútuo aos acordos bilaterais.

No Brasil, referido período desenvolve-se a partir da transição do período ditatorial para a democracia marcada pela nova república, compreendida entre 1985 e 1990, passando pela promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 e pelos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Já na Venezuela, desdobra-se durante a década de 1990, mormente a última fase do *Pacto de Punto Fijo*, passando pelos governos de Jaime Lusinschi (1984-1989), Carlos Andrés Pérez (1989-1993), o governo de emergência de Ramón Velazquez (1993) e Rafael Caldera (1994-1999), consolidando-se com a ascensão de Hugo Chávez ao poder e a promulgação da Constituição da República Bolivariana da Venezuela em 1999 pondo fim a IV República venezuelana.

Sob esse prisma, resta estabelecido um cotejo entre Brasil e Venezuela a partir da segunda metade da década de 1980 e a década de 1990, realiza-se uma retrospectiva histórica de ambos entre 1985 e o final de 1999 tanto sob aspectos domésticos como no tangente a relação bilateral dos dois países, enfatizando-se, inclusive, uma diferença crucial entre ambos, uma vez que, enquanto o Brasil passava pela redemocratização, a Venezuela vivenciava o final da democracia pactuada.

Nesta toada, observa-se não só a transição da ditadura para a democracia, mas, correlaciona-se aludido movimento com a transição do Estado desenvolvimentista para o Estado neoliberal que vigora na década de 1990.

Analisa-se e mensura-se a inserção internacional e regional dos dois países no período, seu comportamento no tangente às relações exteriores, sua inserção em blocos regionais, seus parceiros comerciais e suas relações diplomáticas, todo de modo a delinear a política externa adotada e como a mesma se desenvolveu e repercutiu no relacionamento dos dois países.

Assim, a partir desta abordagem, passa-se ao último capítulo denominado *Brasil e Venezuela no balançar da terceira onda (1999-2010)*, investigando-se o desdobramento desta década de 1990, a partir desta terceira onda de integração sul-americana pós virada do século.

Para tanto, inicia-se com a exposição da crise do modelo neoliberal e a ascensão dos governos de esquerda em ambos países, conferindo-se ênfase ao processo de chegada ao poder tanto de Chávez na Venezuela como de Lula no Brasil, em razão dos referidos governantes terem estado a frente dos dois países no período analisado.

Na sequência, analisa-se também a política externa destes dois governantes, chegando-se as relações bilaterais desenvolvidas por ambos, bem como o papel de ambos no processo de integração regional da América do Sul buscando verificar se o desenvolvimento das referidas relações desempenhou um movimento pendular, balançando em paralelo às ondas integracionistas latino americanas, ora se avançando no processo de integração entre os dois países, ora se retrocedendo.

2 BRASIL E VENEZUELA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA FACE AS ONDAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

A literatura especializada expõe que o processo de integração da América Latina se desdobra por meio de diversas tentativas, as quais, são interrompidas diante de óbices que se interpõem por diversas ocasiões ao longo do tempo, o que dificulta e, por muitas vezes, inviabiliza qualquer consolidação.

Por não se desenvolver de forma contínua e gradativa, sendo interrompido e retomado sucessivamente, acaba denotando um movimento pendular, as vezes em largos passos para uma direção ou para outra, e sendo visualizado pelos especialistas como o "vai e vem" das "onda do mar", o que faz nascer a analogia terminológica que dá nome à classificação em ondas de integração. Tal movimento costuma variar em relação ao período e a região analisados.

Almeja-se neste capítulo compreender estas distintas ondas integracionistas, destacando-se, desde já que não existe um consenso literário para especificar a quantidade de ondas de integração regional constatadas na América Latina. Também tem-se por escopo delinear como Brasil e Venezuela se comportaram no "balançar" das referidas ondas integracionistas em períodos distintos.

Para tanto, antes de se adentrar na periodização das ondas de integração em cotejo com uma análise histórica dos dois países, em razão de aspectos didáticos cumpre discorrer acerca de dois conceitos basilares e imprescindíveis para compreensão destas: integração regional e regionalismo.

Na mesma toada, tornar-se imprescindível a contextualização de momentos relevantes da história dos dois países com ênfase em suas respectivas constituições vigentes durante o período pesquisado, nas relações exteriores de ambos com ênfase no relacionamento bilateral.

Ao final, cumpre verificar pormenorizadamente como Brasil e Venezuela navegaram no transcorrer deste período nominado primeira onda de integração ou velho regionalismo, bem como, o desdobrar perfunctório de ambos nos demais períodos, deixando estes últimos para análise aprofundada em capítulos próprios.

2.1 INTEGRAÇÃO REGIONAL E REGIONALISMO

Inúmeras são as conceituações acerca de regionalismo e integração regional, com diversos estudiosos indicando uma interpretação específica para o significado de cada uma das terminologias.

Iniciando pela expressão integração regional, compreendida por Karl Deutsch como a conquista, em determinado território, de um sentido de comunidade e de instituições de práticas contundentes, abundantemente disseminada para garantir as expectativas de transformação pacífica para as populações envolvidas (DEUTSCH *apud* BATTISTELLA, 2014).

Andrew Moravcsik ao expor sobre integração regional foca nos Estados em detrimento dos órgãos supranacionais. Sob esse prisma, os atores primordiais do processo de negociação são os Estados e o processo avança por meio de negociações intergovernamentais, e, caso exista uma autoridade central, apenas robustece decisões políticas já debatidas nas reuniões intergovernamentais mencionadas (MORAVCSIK, 1998).

A mesma expressão, vem sendo entendida primordialmente pelas lentes da teoria neofuncionalista, cumprindo citar a definição clássica de Ernest Haas:

(...) es el proceso por el cual los estados nacionales "se mezclan, confunden y fusionan con sus vecinos de modo tal que pierden ciertos atributos fácticos de la soberanía, a la vez que adquieren nuevas técnicas para resolver sus conflictos mutuos" (HAAS, *apud* MALAMUD; SCHMITTER, 2006, p. 17)

Ernest Haas considera que a integração não deve ser visualizada como uma condição, mas como um processo e faz parte do processo a interação entre comunidades diversas ultrapassando fronteiras nacionais, viabilizando solucionar problemas que lhes são comuns. Nesta perspectiva, Haas conceitua a integração política como a transformação de lealdades e das expectativas políticas de grupos que se direcionam a um núcleo decisório novo, como órgãos supranacionais. Pontua ainda que a integração regional é uma tendência de criação voluntária de unidades políticas abrangentes, evitando conscientemente o recurso à força em suas relações com outras unidades que participem do processo (HAAS *apud* BATTISTELLA, 2014).

A utilização da expressão integração regional por Malamud e Schmitter está vinculada sob um prisma “etapista” e com um escopo pré-determinado, ligado diretamente ao modelo idealizado da União Europeia (MALAMUD; SCHMITTER, 2006).

Da mesma forma, a utilização do termo regionalismo defendida por Lima e Barbosa, ocorre em razão dos referidos especialistas também compreenderem a expressão *integração regional* como diretamente ligada ao cerne do modelo europeu, implicando em uma redução ou até mesmo a total extirpação de restrições à livre troca de bens, serviços, capitais e pessoas, permitindo até mesmo, em alguns casos, delegação de soberania a uma autoridade supranacional. Aludida conceituação implicaria na necessidade de se repensar os conceitos originários para uma análise genuinamente latino - americana (LIMA, 2013 e BARBOSA, 2015).

Para estes mesmos autores, o regionalismo possui um viés mais amplo e objetivos mais singelo até mesmo por seu caráter intergovernamental com praticamente nenhuma delegação de soberania, ficando limitado à Estados com proximidade geográfica e acarretando processos cooperativos em áreas diversas, tais como política, econômica, técnica, militar, refletindo na política externa dos envolvidos com o aumento do fluxo de atividades econômicas e políticas, ou seja, como uma consequência de suas políticas governamentais.

Andrew Hurrell conceitua regionalismo de uma forma bem específica e elenca cinco esferas que ao serem analisadas conjuntamente, auxiliam na compreensão do instituto: idéia de Regionalização, identificando o aumento de fluxo de indivíduos e formando canais de rede e comunicação, não necessariamente dirigidos de forma institucionalizada; consciência e identidades regionais, exaltando o discurso do regionalismo e os processos políticos que buscam determinar identidades em comum nas regiões; cooperação regional entre Estados (formal e informal), com o escopo de responder aos desafios em comum dos países da região; integração econômica regional promovida pelo Estado, onde existem decisões políticas de governo com o intuito de promover o comércio entre os atores, muitas vezes, eliminando barreiras comerciais; coesão regional, consolidando a formação de uma unidade regional coesa que acumula de maneira aprofundada as categorias anteriores. Assim, para o referido autor, regionalismo pode ser compreendido como a intensidade da coesão social, econômica, política ou organizacional entre as unidades (HURRELL, 1995, p. 23-59).

A partir da análise acima, verifica-se o regionalismo como o ponto de partida para a integração regional, na medida em que denota generalidade e amplitude, desenvolvendo-se por meio de condutas mais singelas desprovidas do intuito da mitigação da soberania, com um caráter intergovernamental e dentro de uma proximidade geográfica, fazendo com que sejam desenvolvidos projetos cooperativos diversificados, o que pode decorrer da política externa dos envolvidos ou refletir em maior ou menor grau na política externa dos mesmos.

Já a integração regional, seria uma "etapa" posterior ao regionalismo, uma vez que seus objetivos seriam avanços em relação ao mesmo, podendo variar de acordo com a corrente literária adotada, desde uma prática focada nos Estados como atores centrais em detrimento de órgão nacionais, avançando por negociações intergovernamentais (MORAVCSIK, 1998) ou a mescla entre Estados nacionais vizinhos com certa mitigação da soberania e interação destes para solucionar problemas comuns (HAAS, *apud* MALAMUD; SCHMITTER) ou chegando até mesmo a delegação de soberania a uma autoridade supranacional (LIMA, 2013 e BARBOSA, 2015).

Diante do exposto, de fato, a integração regional está ligada ao modelo da União Europeia (LIMA, 2013 e BARBOSA, 2015), fazendo-se necessário repensar tais conceitos dentro de uma abordagem latino-americana (LIMA, 2013 e BARBOSA, 2015). Desta feita, os conceitos de integração regional e regionalismo não devem ser compreendidos de forma estanque, mormente no contexto latino americano, no qual vislumbra-se que a utilização simultânea e recíproca dos dois conceitos, mostra-se mais compatível com a realidade observada, sendo o regionalismo um degrau para consolidar a integração regional, a qual possui objetivos mais ambiciosos.

Posto isso, passa-se a análise pormenorizada da periodização das ondas de integração, primeiro, por meio da análise das divergências literárias sobre as mesmas e, após, vislumbrando-as sobre o prisma de Brasil e Venezuela e seus respectivos contextos históricos.

2.2 DEBATES TEÓRICOS EM TORNO DAS DISTINTAS ONDAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA

A periodização das ondas de integração, tal como a nomeação dos períodos correspondentes, não possui consenso literário, motivo pelo qual se torna necessária uma análise prévia acerca dos mesmos para fins de compreensão da temática abordada.

Primeiramente compreende-se como ondas de integração as tentativas de integração desenvolvidas ao longo de determinados lapsos temporais, periodizados a partir de determinados contextos históricos e de abrangência, política, econômica, segurança e defesa, militar e técnica.

Assim, tem-se uma corrente minoritária de estudiosos que constata a existência de quatro ondas de integração, destacando-se Souza (2012), Dàbene (2012), Malamud; Gardini (2012) e uma bibliografia predominante que preleciona a existência de três ondas, destacando-se Briceño-Ruiz (2007), Torrent (2009), Sanahuja (2012) e Buevas (2013). Lima (2013) expõe acerca de três momentos da integração latino-americana.

Nilson Araújo Souza estabelece a periodização em quatro ondas a partir da inserção subordinada da América Latina no contexto da economia mundial, utilizando como paradigma a política das grandes potências para a região, conjecturando que quanto maior é a inserção internacional menores são as possibilidades de integração e, quanto menor a inserção internacional maiores as possibilidades de integração, diante do crescimento da autonomia regional (SOUZA, 2012).

Para o mencionado estudioso, a primeira onda inicia com a independência e construção dos Estados nacionais e se propaga até a grande crise mundial da primeira metade do século XX (1914-1945) e sua concretização restou impedida pela disputa entre EUA e Inglaterra pela divisão da América Latina; a segunda onda começou com as transformações oriundas da grande crise e foi até seu esgotamento do período expansivo do pós-guerra, no final da década de 1960 e início da década de 1970, sendo que a integração foi impedida pela consolidação da hegemonia norte americana; a terceira onda, ocorre dos fins dos anos 1960 e início dos anos 1970 até o início dos anos 2000 e coincide com o declínio da hegemonia dos EUA e o crescimento intenso da produtividade do trabalho no Japão e na

Alemanha; a quarta onda, iniciou-se no início do século XXI e perdura até o presente (2012, ano de elaboração do trabalho do autor citado) (SOUZA, 2012).

MALAMUD; GARDINI (2012), tal como DÀBENE (2012) firmam suas análises a partir do final da Segunda Guerra Mundial e utilizam como marco inicial a criação da CEPAL e a concretização do pensamento desenvolvimentista para deflagração da primeira onda em 1960, caracterizada pela criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA); a segunda onda no final da década de 1960 e durante a década de 1970 é marcada pela reação aos efeitos da primeira onda, com a criação do Pacto Andino em 1969 e da Comunidade do Caribe (CARICOM) em 1973; a terceira onda ocorre durante as transições para a democracia na América Latina nas décadas de 80 e 90 e é marcada pelo regionalismo aberto com a criação do MERCOSUL e o relançamento da MCCA e da Comunidade Andina, além de incluírem em sua exposição a Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), por ter o México como membro; a quarta onda, se desdobra a partir do início do Século XXI e teve como marco a significativa modificação de foco, o qual deixa de ser a economia e passa a ser a política, com ênfase na integração física, identidades políticas e questões de segurança, referindo-se à criação da União de Nações Sul-americanas (UNASUL), da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e um Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) com novos propósitos.

Todavia, apesar dos conceituados estudiosos acima elencados, o presente trabalho adotará a corrente majoritária, com destaque para Briceño-Ruiz (2007), Torrent (2009), Sanahuja (2012) e Buelvas (2013) ao enfatizar três ondas de integração ou Lima (2013) ao falar em três momentos da integração latino-americana, as quais também sustentam como marco inicial meados do Século XX e utilizam como paradigma os períodos desenvolvimentistas, neoliberal e neodesenvolvimentista, respectivamente.

A escolha pelo referencial teórico trazido pelos estudiosos acima ocorre em razão do período central da análise compreendido entre 1950 e 2010, bem como pela utilização como paradigma dos períodos desenvolvimentistas, neoliberal e neodesenvolvimentista, respectivamente.

Destaca-se que a primeira onda será concentrada neste capítulo, já a segunda e a terceira onda apenas tem seus contornos delineados neste primeiro

momento e serão pormenorizada concomitante ao comportamento de Brasil e Venezuela no contexto de vigência das mencionadas ondas nos capítulos seguintes.

2.2.1 Brasil e Venezuela: antecedentes históricos e considerações sobre a primeira onda de integração latino americana ou o velho regionalismo

O Brasil, apesar da também colonização Ibérica, distingue-se primeiramente da Venezuela e demais países da América Latina, em razão da colonização portuguesa e não espanhola, o que refletiu inclusive no idioma oficial distinto adotado por cada um.

Ainda, após o período Colonial, o fato do Brasil ter se constituído em um Império ao contrário dos demais países da América Latina e, por óbvio da Venezuela, também marcou o desenvolvimento histórico distinto entre as nações estudadas.

Nesta perspectiva, tem-se no Brasil, um período colonial que findou com a Declaração da Independência datada de 07 de setembro de 1822, no modelo Imperial, marcado pela outorga da Constituição de 1824, a qual apresentava um Estado Unitário, com um governo monárquico dotado de quatro poderes, sendo eles Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador, sendo este último destinado a viabilizar a prevalência da vontade do imperador D. Pedro I.

A partir de então, observa-se no Brasil que o processo constituinte age como balizador de cada período histórico. Desde a primeira Constituição, a qual marcou a transição do "Brasil-Colônia" para o "Brasil-Império", a história política brasileira ficou marcada por Constituições que perfazem marcos não só ideológicos de cada período, mas, também jurídicos.

A Venezuela, antes da invasão espanhola, tinha uma população estimada em trezentos mil índios. Todavia, a colonização, a escravização e a guerra de tomada de território no transcorrer do século XVI resultaram no extermínio de grande parte da população aborígine, tendo conseguido sobreviver somente tribos que habitavam em regiões da periferia, em razão das dificuldades de acesso dos invasores (SERPA, 2013).

Assim, o período colonial se iniciou em 1498 com a chegada dos expedicionários europeus às costas da Venezuela e perdurou até o início do século XIX com a guerra da Independência iniciada em 1806, com a primeira insurreição a

partir do general Francisco de Miranda, em um começo do Século XIX marcado por comoções de cunho político e social, citando-se a independência dos Estados Unidos e o início do desmembramento do sistema de colônias na América, a Revolução Francesa que destruiu o Feudalismo e a epopéia napoleônica que impactou a Europa, desmantelando monarquias feudais e abalando a estabilidade das colônias espanholas e portuguesas.

Neste contexto, a Coroa Espanhola se encontrava debilitada após a invasão napoleônica em 1808, permitindo-se a propagação da idéia de que as províncias venezuelanas, tinham direito a governo próprio até seu restabelecimento.

O processo de independência venezuelano perdurou entre 1810 e 1821, período em que se buscou a ruptura dos laços coloniais até então impostos pelo Império Espanhol.

Por meio da independência venezuelana, outras sete províncias espanholas na época, declararam também suas respectivas independências. Assim, em 05 de julho de 1811 restou assinada a Ata da Independência da Venezuela, a qual passou a ser comandada por Francisco de Miranda:

Figura 1: Assinatura da declaração de independência da Venezuela.



Fonte: Cássia, 2017

Nota: Obra de G. Profit.

Desde então, ao longo de sua história, a Venezuela vivenciou inúmeros períodos marcados por incitabilidades políticas e econômicas, visto que, a partir da independência em 1810 teve início o período republicano na Venezuela, o qual se subdivide em três etapas: Guerra da Independência (1810-1821), Colombiana (1821-1830) e Terceira Venezuela (1830 até o presente) (SERPA, 2013, p.84).

Simon Bolivar, o Libertador, como ficou conhecido participou ativamente dos movimentos de independência iniciados por Francisco de Miranda em 1810 e, após, foi exilado do País. Todavia, mesmo distante, a Venezuela e a América ocuparam papel essencial em seus escritos na tentativa de manter vivo o sonho revolucionário americano.

Bolivar lutou pela independência venezuelana, e participou da independência da atual Colômbia, do Equador, do Peru e da Bolívia.

Fue nombrado Capitán General de los Ejércitos de Venezuela y recibió oficialmente el título de Libertador. Luego de ser exiliado nuevamente, Bolívar regresa a Venezuela en 1816, y después de librar distintas luchas por organizar al país establece el Congreso de Angostura y el primer proyecto de Constitución el 15 de febrero de 1819. Asimismo, Bolívar participó en la independencia de la Nueva Granada (Colombia) en 1819, Ecuador en 1822, Perú en 1824 y Bolivia en 1825. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. 2017.)

Em 1830, Bolivar morreu, sem, contudo, ter concretizado o sonho da união da América.

En 1830, Bolívar renuncia a la Presidencia de la Nueva Granada y se traslada a Santa Marta. El español Joaquín de Mier y Benítez le ofrece alojamiento en la Quinta San Pedro Alejandrino, para que pueda descansar y recuperarse de su padecimiento de salud. Durante los siguientes días, fue atendido por el médico francés Alejandro Próspero Révérend. El 10 de diciembre, Bolívar firma su testamento y la carta conocida como Última Proclama, en la cual plasma una de sus más célebres frases: "Si mi muerte contribuye para que cesen los partidos y se consolide la Unión, yo bajaré tranquilo al sepulcro", en relación a su deseo de impedir la separación de la Gran Colombia. Simón Bolívar, "el Libertador", falleció a los 47 años de edad el 17 de diciembre, luego de padecer una fuerte tuberculosis. Tal como rezó un comunicado de la época, ese día "A la una y tres minutos de la tarde murió el sol de Colombia". (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. 2017.)

Referidas incitabilidades políticas se agravaram após a morte de Simón Bolivar, em 1830, tendo se acirrado a disputa pelo poder entre as oligarquias regionais. Foi, inclusive, neste ano, após a morte de Bolivar, que iniciou a fragmentação da Grande Colômbia, integrada por Colômbia, Equador e Venezuela.

Ainda, menciona-se que, antes de 1830, a Venezuela teve três Constituições. A primeira, em 1811 e perdurou por apenas um ano. A segunda, foi proposta por Simón Bolívar e é denominada Constitución de Angostura, com o propósito de organizar politicamente a República após a reconquista pelo Exército

Libertador. A terceira, foi resultado do Congresso Geral de Cúcuta, instaurado em 06 de maio de 1821, denominada *Constitución de Cúcuta de 1821* (República de Colômbia) e confirmava a Lei Fundamental da União dos Povos da Colômbia e tinha o objetivo principal de criar a República de Colômbia mediante a unificação da Nova Granada e Venezuela, na qual, posteriormente, uniu-se o Equador. Essa última era a Constituição Vigente na dissolução de 1830 (VENEZUELA, 2013).

Com a dissolução da Nova Granada em 1830 até os dias atuais, tem-se a denominada Etapa Venezuelana da República, com 23 Constituições, sendo que, algumas foram meras reformas das já existentes.

A *Constitución* de 1830 surgiu como uma consequência lógica da separação da *Gran Colombia* para a construção do Estado da Venezuela. A *Constitución* de 1857, foi promulgada pelo então presidente José Tadeo Monagas e perdurou somente cerca de um ano, com a saída do referido presidente. Em 1858, restou promulgada a *Constitución* de 1858 pela *Convención Nacional de Valencia el 24 de diciembre de 1858* e também vigeu por pouco tempo, até o fim da Guerra Federal (VENEZUELA, 2013). Está última abrangeu o período da Guerra Federal, sendo que a sua derrocada foi um marco da busca pela democracia na Venezuela. Consoante Gilberto Maringoni:

(...) Somente com a Guerra federal (1859-1863), houve o sepultamento definitivo da ordem herdada da colônia. Essa verdadeira guerra civil, predominantemente camponesa e oligárquica, representou um marco histórico na luta pela democratização da sociedade venezuelana. (MARINGONI, 2009, p. 43)

Assim, a *Constitución* de 1864 consagrou o sistema federativo vigente até os dias de hoje, em que os Estados são independentes e se uniram para formar os *Estados Unidos de Venezuela*, dividindo o território em vinte Estados e criando o Distrito Federal. A *Constitución* de 1874, manteve a denominação *Estados Unidos de Venezuela*. A *Constitución* de 1881 reduziu de 20 para 9 os Estados da Federação e criou o *Gran Consejo Federal* encarregado de eleger o Presidente (VENEZUELA, 2013).

Na Venezuela, o "início do fim" do caudilhismo regional ocorreu durante o governo ditatorial do General Cipriano Castro, que perdurou entre 1889 e 1908, e se consolidou no governo do General Vicente Gómez entre 1908 e 1935, quando se

alcança a centralização do poder efetivamente, e, durante este período a Venezuela teve oito constituições, cumprindo apenas mencioná-las.

A *Constitución* de 1891 eliminou o referido *Gran Consejo Federal* e trouxe de volta a eleição presidencial direta. Em 1901, a *Constitución* dividiu o território em vinte Estados novamente e eliminou o sufrágio universal e direito, deixando as eleições para presidente nas mãos dos *Concejo Municipales*. Em 1904, a *Constitución* reduziu o número de Estados de 20 para 13 e criou o Gran Consejo Electoral com representantes dos Estados para eleger Presidente e Vice-Presidente. A *Constitución* de 1909 foi promulgada por Juan Vicente Gómez e marcou o início da ditadura gomecista, alterando o regime eleitoral, substituindo a eleição direta para presidente por eleições indiretas realizada pelo Congresso. Também restabeleceu os 20 estados e criou um *Consejo de Gobierno* presidido pelo Vice-presidente. A *Constitución* de 1914 conhecida como Estatuto Provisório perdurou até a ser sancionado o novo Pacto Federativo, com a *Constitución* de 1922 (VENEZUELA, 2013).

Em 1925, a *Constitución* promulgada por Juan Vicente Gómez foi marcada pela centralização da Administração Pública, com bases em uma República unitária e presidencialista, com ampliação dos poderes do Presidente para suspender as garantias constitucionais. A *Constitución* de 1929 foi promulgada pelo presidente Juan Bautista Pérez. Em 1931, o Presidente Encarregado Pedro Itriago Chacín promulgou esta que foi a última *Constitución* do período *gomecista*, visto que Gómez morreu em 1935 (VENEZUELA, 2013).

No caso brasileiro, somente em 15 de novembro de 1889, após a abolição da escravatura (13 de maio de 1888) é que ocorre a Proclamação da República e diante da nova forma republicana de governo, uma nova Constituição foi promulgada em 1891, visto que até então vigia a Constituição do Império de 1824 (BRASIL, 1824. e BRASIL 1891).

No tangente à Venezuela, pode-se afirmar que ainda com a superação do domínio espanhol, adentrou o século XX como uma economia agroexportadora (cacau, café e gado) e com uma população predominantemente rural, todavia, em poucas décadas consolidou-se a transição para uma economia petroleira.

Durante a ditadura gomezista a Venezuela (1908 e 1935) inciou sua jornada no mundo petroleiro e abandonou suas bases agrícolas, tendo em pouco tempo se tornado um país estratégico no mundo capitalista, adimplindo a dívida

pública, ordenando as finanças e consolidando o vínculo do país com a economia internacional (MARINGONI, 2009, p. 44).

No Brasil, após a Revolução Constitucionalista de 1932, surge a Constituição de 1934 e em seguida, Getúlio Vargas outorgou a Constituição de 1937, a qual previu a concentração de poderes nas mãos do Poder Executivo, apresentando um federalismo nominal, uma vez que, na prática, o Brasil se apresentava com nítidas características de Estado Unitário.

No país vizinho, a ditadura gomezista perdurou até a morte de General Vicente Gómez em 1935, o qual deixou como legado uma Venezuela inteiramente voltada para a indústria petroleira e igualmente dependente desta, com a economia agrícola devastada e a maioria da população em situação de miserabilidade, assumida pelo General Eleazar López Contreras no mesmo ano.

(...) Contreras tinha diante de si um país mais complexo, urbanizado e com uma classe trabalhadora pequena, mas em acelerado processo de formação. Um fenômeno novo se apresentava diante do poder de Estado: o movimento de massas. (MARINGONI, 2009, p. 47)

A fim de conter os movimentos de massa que expressavam descontentamentos, Contreras promulgou a *Constitución Federal* de 1936 e suspendeu garantias constitucionais o que gerou instantânea reação de protesto e revolta por parte da população que passou a exigir a democratização do país, momento em que ganha visibilidade Jóvito Villalba (VENEZUELA, 2013).

Em abril de 1941 ocorreu uma eleição indireta para a escolha do sucessor de Contreras, vencida por Isaías Medina Angarita, o qual governou na tentativa de liberalizar e democratizar a vida pública, inclusive mediante reforma constitucional com a *Constitución de 1945* (VENEZUELA, 2013).

Referida Constituição permitiu a legalidade de todos os partidos anteriormente banidos, garantiu a liberdade de pensamento e a liberdade de expressão por escrito por meio da imprensa e outros meios de publicidade, negou o anonimato e propagandas de guerra e concedeu o direito de sufrágio a todos os venezuelanos com mais de 21 anos, que pudessem ler e escrever, permitindo que as mulheres votassem e fossem eleitas nos conselhos municipais. Esta Constituição vigeu por 6 meses e foi revogada como resultado da Revolução em 18 de outubro de 1945 (VENEZUELA, 2013).

O pós-segunda Guerra foi marcado na Venezuela pela próxima eleição presidencial indireta que seria em 1945, todavia, a insatisfação com este método de escolha indireta faz com que a Venezuela percorresse outros rumos políticos:

(...) A AD afirmou discordar frontalmente da escolha indireta, como vinha acontecendo até ali, e propôs um roteiro para tornar viável a eleição direta. O caminho seria a escolha de um mandatário provisório, enquanto se organizava o pleito. Diante da negativa governamental, a AD realiza em 17 de outubro, uma manifestação com 20 mil pessoas em Caracas. O PCV, na mesma semana, também vai às ruas, levando 8 mil pessoas e externando seu apoio a Medina Angarita. Os comunistas tentavam exaltar as características nacionalistas do governo, em contraposição aos setores tidos como mais reacionários dominantes. Começava a ser ventilada a possibilidade de um novo mandato para presidente.

Havia um clima de insatisfação generalizada nos setores castrenses. No dia seguinte ao comício da AD, um levante militar acontece em Caracas e Maracay e, em três dias, consuma-se um golpe, que detém Medina Angarita e todo o seu gabinete. Uma autodenominada junta revolucionária, composta por cinco civis - quatro *adecos* -, dois militares e presidida por Rômulo Betancourt assume o governo. (MARINGONI, 2009, p. 52)

Assim, no final do ano de 1946, por meio de uma Assembléia Constituinte, restou assegurado o voto direto e secreto, tendo sido eleito, em dezembro de 1947, Rômulo Gallegos, representando a Ação Democrática, o qual assumiu a presidência em 1948.

Entretanto, antes das eleições de Rômulo Gallegos, durante o governo de Rômulo Betancourt durante a Junta de Governo Militar criada em 1945, entrou em vigor a *Constitución* de 1947, a qual continha uma série de inovações que refletiam a mudança política que ocorreu no país nos dez anos desde a morte de Gómez (VENEZUELA, 2013).

A referida constituição tratava em seu texto acerca de direitos sociais, economia nacional, família, saúde, educação e trabalho e inovava a base social e eleitoral do poder, sua organização, direitos individuais e garantias. De forma especial, enfatizava o direito social incorporando-o ao direito político. O Presidente, os congressistas, os membros das assembléias, os legisladores e os conselheiros deveriam ser eleitos por voto universal, direto e secreto (VENEZUELA, 2013).

Entretanto, a Constituição de 1947 vigeu por 1 ano e 4 meses e seus preceitos não surtiram efeito como resultado do golpe de Estado que derrubou o governo no ano seguinte. Da mesma forma, o governo de Rômulo Gallegos se estendeu por nove meses, tendo ele sido deposto por meio do golpe dirigido por

Carlos Delgado Chalbaud, Marcos Pérez Jiménez e Luís Llovera Páes, findando com o denominado triênio *adeco*².

Com o fim do triênio *adeco*, o presidente da Junta, Chalbaud, angariou visibilidade no cenário político venezuelano, mas foi sequestrado e morto em 13 de novembro de 1950 e o responsável por tal ato acabou preso e morto, jamais tendo explicado a morte de Chalbaud.

Jóvito Villalba, que ganhou visibilidade na sociedade venezuelana na década de 1930, foi eleito pela URD em 1952, em eleições que não foram reconhecidas pelo governo, tendo Pérez Jimenez tomado a presidência e dado início a mais repressiva e violenta ditadura venezuelana.

Durante a presidência do General Marcos Pérez Gimenez, entrou em vigor a *Constitución de la República de Venezuela de 1953*, modificando substancialmente o conteúdo da anterior, tendo atentado pela primeira vez ao problema da plataforma continental e do leito submarino. Declarou o sufrágio como uma função pública exclusiva para os venezuelanos, habilitou o Presidente da República a solicitar créditos adicionais à Lei de Renda e Orçamento de Despesas Públicas e alterou a denominação dos Estados Unidos da Venezuela para República da Venezuela, tendo sido revogada como resultado da Revolução de 23 de janeiro de 1958 (VENEZUELA, 2013).

Voltando ao Brasil, com o fim da 2ª Guerra Mundial, Getúlio Vargas teve sua força minimizada, diante do apoio conferido aos Estados Unidos da América contra a Alemanha, Japão, etc. Nesta perspectiva, em 1946 restou promulgada nova Constituição, inspirada na de 1934 e a década de 1950, foi marcada pela ditadura de Jimenez na Venezuela e pelos tempos áureos do governo Juscelino Kubitschek no Brasil (BRASIL, 1946).

Também foi neste período em que teve início a considerada primeira onda de integração regional na América Latina, que por sua vez, também coincidiu com o apogeu do Nacional-Desenvolvimentismo na região.

A primeira onda de integração na América Latina comporta divergência terminológicas, visto que para Torrent (2009) e Sanahuja (2012) trata-se do velho

² O triênio *adeco* perdurou entre 1945 e 1948 e pode ser dividido em duas etapas, sendo que na primeira a Venezuela foi governada por uma Junta de Governo Cívico-Militar presidida por Rómulo Betancourt e na segunda governada por Rómulo Gallegos.

regionalismo; já Buelvas (2013) refere-se ao regionalismo fechado; enquanto Briceño-Ruiz (2007) reporta ao regionalismo autônomo.

Neste sentido, cumpre colacionar Sanahuja ao expor sobre o velho regionalismo:

La expresión “Viejo Regionalismo” fue usada durante la era de la Guerra Fría para describir, por un lado, las estrategias de integración económica que poseían determinados grados de autonomía, en función de llevar adelante sus propias políticas de desarrollo. Por otra parte, se refiere a las organizaciones regionales de seguridad lideradas por Estados Unidos establecidas para mantener las alianzas militares y los balances de poder en un mundo bipolar. (SANAHUJA, 2012, p. 23)

Assim, para o citado estudioso, em um contexto latino americano, o velho regionalismo, primeiramente concerne à Organização dos Estados Americanos (OEA) e ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), justamente estratégias de integração econômica dotadas de alguma autonomia, visto levarem em frente suas próprias políticas de desenvolvimento. Posteriormente, refere-se às políticas de integração econômica e desenvolvimento propostas pela CEPAL desde o final da década de 1950 e até a crise econômica da década de 1980, uma vez que pautadas na implementação de estratégias de substituição de importações para o desenvolvimento industrial a nível regional, a fim de superar os obstáculos ao desenvolvimento, como o pequeno tamanho dos mercados nacionais e promover mudanças nos padrões de produção e maiores lucros de eficiência (SANAHUJA, 2012).

Briceño-Ruiz expõe porque entende que a expressão *regionalismo autónomo* melhor traduz este momento, em detrimento da expressão *regionalismo fechado*:

La calificación de “autonómica” parece explicar de manera más clara las convicciones y las metas de los gobiernos que impulsaban la integración. La expresión regionalismo cerrado, en cambio, es inexacta porque la propuesta cepalista no excluía de forma absoluta la apertura a los mercados mundiales, circunstancia que se consideraba una etapa por la que la región tendría que transitar una vez que sus bienes logran ser competitivos en los mercados latinoamericanos. (BRICEÑO RUIZ, 2007, p.21)

Consenso é que esta primeira onda teve início durante a década de 50 e tratava sobretudo de projetos de cunho desenvolvimentista, motivados pela nova ordem da economia mundial instaurada no pós - II Guerra Mundial e tomou corpo

com a consolidação CEPAL³ e a criação de um conjunto de grupos regionais estabelecidos neste período, tais como Mercado Comum Centro-Americano (MCCA)⁴, único que surtiu algum êxito (SANAHUJA, 2012; TORRENT, 2009) e Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)⁵, ambos criados em 1960.

Esta primeira onda, deflagrada em 1950 e encorpada no início da década de 1960 partia do pensamento cepalino, em especial nas lições de RAÚL PREBISCH (1959), mentor intelectual da CEPAL, por meio de sua teoria de deterioração dos termos de troca.

A teoria de deterioração dos termos de troca de PREBISCH (1959) rechaçou o entendimento que o desenvolvimento dos países periféricos estaria condicionado à continuação do padrão histórico de especialização baseada na exportação de matérias primas.

Apregou que o desenvolvimento periférico dependia da promoção do desenvolvimento industrial e que esse processo deveria ser concretizado pelos processos de industrialização por substituição das importações (ISI).

Defendia que a diferença da elasticidade-demanda entre os países centrais e os países periféricos acarretava uma troca desigual de possíveis ganhos no comércio internacional, visto que restou constatado que a renda obtida pelas matérias primas exportadas pelos países da América Latina era inferior a dos bens industriais.

Na Venezuela, durante a ditadura Pérez Jimenez (década de 1950), a atividade petrolífera se expandiu ainda mais e outros negócios se expandiram, como a construção civil, siderurgia e hidroeletricidade, identificando-se traços de nacional-

³ A Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, tendo iniciado suas atividades nesse mesmo ano. Em 1984, mediante a resolução 1984/67, de 27 de julho de 1984, o Conselho decidiu que a Comissão passaria a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (LEME, 2006).

⁴ A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, surgiu em 1960 na tentativa de promover a paz na região, afetada por graves conflitos bélicos, sendo que em 04.06.1961 foi assinado o Tratado de Integração Centro-Americana com o escopo de criação de um mercado comum na região (MERCOSUL, 2017).

⁵ A Associação Latino Americana de Livre Comércio - ALALC, mecanismo de integração regional relativamente rígido, pois obrigava que qualquer concessão comercial de um país-membro a outro seria estendida, imediata e automaticamente, aos demais – a "cláusula da nação mais favorecida", o que contribui para que não lograsse êxito e, posteriormente, fosse flexibilizado pelo Tratado de Montevideu em 1980, com a criação da ALADI, a qual apresentava um indispensável fato de flexibilização, qual seja, possibilidade da assinatura de acordos entre apenas dois ou mais países-membros. Dessa forma, os compromissos não mais precisaram ser assumidos por todos os países, o que ocasionou o aumento significativo do número de acordos assinados (BATISTA, 2009).

desenvolvimentismo diante da tentativa de diversificar a base produtiva da economia tendo o Estado como motor (MENDES, 2012).

Entretanto, a expansão econômica venezuelana no período, não foi suficiente para sustentar todos os sucessivos investimentos realizados, o que acarretou enormes rombos nos cofres públicos, dando ensejo a um novo período de manifestações populares, num crescente movimento avesso a ditadura, o que acabou por isolar Pérez Jimenez e fazer crescer o clamor popular por eleições para presidente.

Em 1957 restou criada a Junta Patriótica pelo Partido Comunista da Venezuela (PCV) e pela Unión Republicana Democrática (URD), incorporando-se a mesma a Acción Democrática (AD) e o Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI), e, até mesmo, uma parcela da burguesia insatisfeita. Movimentos se instauraram e acabaram culminando na fuga de Pérez Jimenez, o qual se evadiu para a República Dominicana em 23 de janeiro de 1958.

Assim, a Venezuela, que vinha sob regimes ditatoriais desde 1899 (com exceção do *Trienio Adecó* entre 1945 e 1948), em 1958 com a deposição do ditador Marcos Pérez Jiménez e queda da ditadura, o poder restou assumido por uma Junta encabeçada por Wolfgang Larrazábal, em Caracas, na *quinta* de propriedade de Rafael Caldera, denominada *Punto Fijo*, Rómulo Betancourt, Raúl Leoni e Gonzalo Barrios, representando a AD, Rafael Caldera, Pedro del Corral e Lorenzo Fernández pela COPEI, Jóvito Villalba, Ignacio Luis Arcaya e Manuel López Rivas pela URD, os quais firmam entre si, um acordo político, visando, nos termos de sua própria ata:

Los Partidos Acción Democrática, Social Cristiano Copei y Unión Republicana Democrática, previa detenida y ponderada consideración de todos los elementos que integran la realidad histórica nacional y la problemática electoral del país, y ante la responsabilidad de orientar la opinión pública para la consolidación de los principios democráticos, han llegado a un pleno acuerdo de unidad y cooperación sobre las bases y mediante las consideraciones siguientes: (...) (VENEZUELA. PACTO DE PUNTO FIJO. 1958)

Na realidade, o Pacto de *Punto Fijo* fez da Venezuela um país supostamente democrático por três décadas, implementando a estabilidade política, ainda que apenas entre os dois partidos principais, AD e COPEI e favoreceu a integração das classes populares por meio de um sistema de redistribuição, o que resta corroborado por Gilberto Maringoni ao expor:

(...) O pacto representou um jeito de acomodar na partilha do poder as diversas frações da classe dominante, incluindo aí o capital financeiro, as empresas de petróleo, a cúpula do movimento sindical, a Igreja e as Forças Armadas. Além disso, esforçava-se por definir uma democracia liberal simpática aos Estados Unidos.

Este grande acordo representou a tradução político-institucional de uma economia baseada na exportação de petróleo. Além de abrigar interesses das elites, visava amortecer os conflitos sociais mediante lenta, porém constante, melhoria do padrão de vida da maioria da população. (MARINGONI, 2009, p. 62)

Outra peculiaridade significativa do pacto em comento foi o clientelismo, marcado como sistema de trocas onde as decisões políticas e as ações governamentais ocorriam em troca de favorecimentos privados, assim como a corrupção.

Em 1958, Rômulo Betancourt foi eleito presidente e permaneceu governando até 1964, o que concretizou, na prática o Pacto de *Punto Fijo*. Ainda, a Constituição venezuelana de 1961, representou a institucionalização do Pacto em comento.

A Constitución de la República de Venezuela del 23 de enero de 1961 foi aprovada durante presidência de Romulo Betancourt e durante a vigência do *Pacto de Punto Fijo* e declarou a República da Venezuela como Estado Federal, sob um governo democrático, representativo, responsável e alternativo. Consagrou a soberania da nação sobre o mar territorial, a zona marítima e contígua, a plataforma continental, bem como a dominação e exploração de seus bens e recursos. Proibiu a reeleição imediata daqueles que ocuparam a presidência por um período constitucional ou por mais da metade, ou ocupar esse cargo dentro de dez anos após o término do mandato. Autorizou o Presidente a nomear Ministros de Estado (VENEZUELA, 2013).

Ainda, a Constituição de 1961 referiu-se expressamente aos graves problemas econômicos e sociais que afetavam o desenvolvimento e a independência total do país, cumprindo citar a questão do latifúndio e agrário; a penetração da capital imperialista na Venezuela e sua interferência direta e indireta na vida nacional; a necessidade de uma política nacionalista com o objetivo de resgatar a riqueza do país e colocá-la ao serviço do povo venezuelano; ampliou os direitos políticos e sociais; e, defendeu a integração da Venezuela com os países latino-americanos (VENEZUELA, 2013).

Assim, nos anos 1960, a Venezuela, provocava um verdadeiro isolacionismo de cunho econômico e comercial. Utilizando-se de uma expressão de Amado Cervo, a Venezuela *não nutria simpatias pelo terceiro-mundismo*, recusando-se a aderir à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), a ingressar na Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)⁶ e rechaçando todo e qualquer projeto de integração sub-regional (CERVO, 2014).

Enquanto isto no Brasil, ainda no pós-guerra, identificou-se a partir do cotejo entre as exportações de produtos primários e produtos manufaturados, um comportamento desigual em razão de fatores diversos. Sobre o comportamento do Brasil no tangente ao comércio exterior nesta primeira onda de integração, muito bem sintetiza Silva, em razão do aumento da renda dos países desenvolvidos no pós-guerra, a tendência marginal a importar alimentos declinou (SILVA, 2003).

De 1946 até 1961, a estratégia brasileira para solucionar essa conjuntura era o modelo de substituição de importações utilizado como um instrumento de ação do nacional desenvolvimentismo visando impedir que o estrangulamento do setor externo impactasse na estagnação das exportações e diminuição do processo de desenvolvimento econômico.

Nesta perspectivas, como as exportações brasileiras eram por produtos de demanda inelástica, fez-se necessários a valorização das taxas de câmbio, ampliando as exportações em valores e implantando controles seletivos de importações. Já, a partir de 1961, o Brasil promoveu uma mudança considerável em seu eixo de comércio exterior (desenvolvimento) denotando uma certa maturidade econômica, emergindo uma nova estratégia de desenvolvimento mediante um modelo substitutivo de exportações, o qual complementou o modelo substitutivo de importações.

Seguindo ainda o raciocínio de Silva, pois apesar do Brasil ter se tornado um exportador de produtos manufaturados em razão do desenvolvimento industrial, o qual permitiu uma flexibilização cambial e promoveu uma nova inserção internacional do País, os Estados Unidos e a Europa não receberam bem este

⁶ O GATT faz parte do grupo de instituições criadas após o final da 2ª Guerra Mundial com o intuito de orientar não somente a cooperação, como também o processo de desenvolvimento econômico entre os diversos países através da redução de barreiras no comércio mundial. A filosofia que sustenta o GATT consiste na idéia de que: "somente com a liberalização das relações comerciais entre os países é possível maximizar a realocação econômica dos recursos produtivos, possibilitando, assim, a expansão da produção, da troca de mercadorias e conseqüentemente do nível de renda e do bem-estar social" (BIRAL, G., FILHO, F. e M, MARGARIDO. 1992, p. 1)

objetivo e criaram óbices para a concretização desta pretensão, motivo pelo qual, a diplomacia brasileira passou a atuar de forma independente o que consolidou o Modelo Substitutivo de Exportações (SILVA, 2003):

(...) De fato, o caráter independente da política externa brasileira consolidou o Modelo Substitutivo de Exportações e permitiu que, em meados de 1970, o Brasil conquistasse mercados para exportações de armamentos, veículos de passeio, maquinaria e eletrodomésticos. De 1974 a 1979, a participação dos produtos manufaturados na pauta de exportação brasileira aumentou 47%. A necessidade de ampliar a escala da produção, de modo a reduzir seus custos, levou a indústria brasileira a consolidar seus mercados no exterior, fazendo com que o capitalismo de Estado brasileiro, permeado cada vez mais pelos interesses militares, alargasse seu campo de acumulação. Em meados da década de 1970, o Brasil já era visto como um dos maiores exportadores de armamentos ao Terceiro Mundo. Todavia, o aumento explosivo dos preços do petróleo comprometeram os resultados do desempenho favorável das exportações brasileiras. Apesar da situação desfavorável, o Brasil continuou a crescer a taxas superiores a 7% ao ano entre 1974 e 1979. A participação dos produtos manufaturados na pauta de exportação brasileira aumentou 47%. O País manteve seus mercados de exportação de manufaturados e serviços na África e no Oriente Médio. Porém, o aumento substancial das exportações não fora suficiente para sanar os encargos resultantes das necessidades de importação de petróleo. Para fazer ajuste as dificuldades do balanço de pagamentos, as autoridades facilitaram a captação externa e ampliaram o perfil das exportações brasileiras, mediante o incentivo à exportação de serviços. (...) (SILVA, 2003, 58)

Todavia, a consolidação do modelo substitutivo de exportações não foi capaz de reverter os nocivos efeitos da distorção das contas externas do Brasil, visto que parte considerável da arrecadação com o comércio exterior verteu-se para sanar encargos da dívida externa e as dívidas com aquisições de petróleo o que acabou corroendo a unidade de ação da política exterior brasileira e ocasionou nefastos efeitos para a onda seguinte.

No curto governo de Jânio Quadros, com Afonso Arinos na condição de Ministro das Relações Exteriores (31/01/1961 - 25/08/1961), seguido pelo governo de João Goulart com o Ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas (07/09/1961 - 01/04/1964), o Brasil ostentou uma política externa autodenominada "independente", preocupada com a promoção da paz, portanto, desenvolvendo uma política de coexistência e de apoio ao desarmamento integral progressivo; visando a fortificação dos princípios da não intervenção e autodeterminação dos povos, a expansão do mercado externo nacional por meio do desarmamento tarifário da América Latina e intensificação das relações comerciais com todos os países e conferindo apoio à emancipação dos territórios autônomos (DANTAS, 2011).

Entretanto, tais propostas foram interrompidas, quando, em 31/03/1964 se instaurou o Golpe Militar, tendo sido outorgada uma nova Constituição em 1967, com a idéia central de "legitimar" a ditadura instaurada e, por conseguinte, alterando substancialmente as diretrizes da política externa brasileira.

Assim, durante a vigência da Constituição de 1967 e posteriormente a Emenda Constitucional de 1969, passou a vigorar a ordem constitucional e a ordem institucional, tendo, a partir deste momento, o país vivido seu pior momento em razão, primordialmente, da ignorância aos direitos humanos (BRASIL, 1967. BRASIL, 1969).

No que tange à Venezuela, o Pacto ainda adquiri um novo contorno a partir de 1968, quando AD e COPEI passaram a "dividir" o poder sob inúmeros aspectos de suma importância no núcleo do Estado, o que, com o passar dos anos gerou uma democracia peculiar, pois, apesar de não ser real (dois partidos em alternância no poder), gozava de certo crédito na medida em que o padrão de vida da população venezuelana cresceu, apresentando aumento na expectativa de vida, no acesso à saúde, na geração de emprego e moradia, dentre outros.

A política externa venezuelana estava condicionada aos seus interesses econômicos e visava apenas a manutenção da cota de petróleo no mercado estadunidense e defender o protecionismo e as restrições às importações em nome da industrialização interna. Tinha uma atuação externa limitada ao norte, pela América Central e Caribe e ao Sul pela Guiana. Neste sentido:

(...) A conduta internacional da Venezuela era influenciada por três fatores: a dependência das exportações de petróleo, cerca de 90% do total; a dependência dos Estados Unidos, principal investidor, cliente e fornecedor; e a repercussão interna dos acontecimentos políticos na área do Caribe. Os objetivos da ação externa fluíam, naturalmente, desses fatores: conservar os mercados e defender o preço do petróleo; preservar e desenvolver suas relações com os Estados Unidos; e impedir o estabelecimento de governos hostis no Caribe e sua interferência em assuntos internos, mobilizando, para tal fim, os governos democráticos das Américas. (CERVO, 2014, p. 177)

A Venezuela nutria um temor que o liberalismo viesse a comprometer seu projeto nacional de industrialização e por isso se opunha à ALALC e ao Acordo de Integração sub regional dos países andinos o que inviabilizava negócios com os demais países da América do Sul.

Enquanto a Venezuela passava pela experiência de uma democracia restritiva e pactuada, o Brasil avançava rumo aos anos de Chumbo do golpe militar impetrado pelos militares em 1964 e que derrogou João Goulart do poder.

Com o Brasil em específico, o fato da Venezuela fechar seu mercado à importação, em especial de manufaturados, gerava um entrave intransponível, visto que este estava disposto a comprar de quem comprasse dele. Assim, a Venezuela que já havia sido uma fornecedora quase exclusiva de petróleo, cada vez mais diminuía sua relação com o Brasil.

Em outros termos, o Brasil tinha interesse em ampliar suas relações com a Venezuela, as quais, na época estavam limitadas à importação de alguns produtos químicos-farmacêuticos, mediante uma política de intercâmbio de petróleo por produtos manufaturados, mas, a Venezuela continuava a pensar de forma isolada e não flexibilizava seu posicionamento, nem mesmo no tangente ao controle de câmbio recentemente implementado.

Ainda, sob o argumento da *Doutrina Betancourt*, comportava-se como país mais democrático da América Latina e defendia sanções aos regimes que atentassem contra a democracia, os direitos humanos e a legalidade das instituições governamentais, conflitando com as ditaduras de direita, oriundas de golpes militares como Brasil, Peru, Argentina e Caribe e com o regime esquerdista de Fidel Castro em Cuba e todos os que com este simpatizavam.

A ditadura militar brasileira que pode ser dividida em cinco fases, perdurou de 1964 a 1989, ou seja, 25 anos por onde passaram seis governantes, um, inclusive, sendo civil.

A primeira fase refere-se a construção do regime ditatorial militar, durante os governos de Castello Branco e Costa e Silva e perdurou de março de 1964 a dezembro de 1968; a segunda fase tratou da consolidação do referido regime e coincide com o governo Médici compreendida entre 1969 e 1974; a terceira fase situa-se entre 1974 e 1979, remetendo a transformação do regime ditatorial-militar durante o governo Geisel; a quarta fase, correspondente ao governo Figueiredo entre 1979 e 1985, remetendo a desagregação do regime ditatorial-militar; e a quinta fase durante o governo Sarney de 1985 a 1989, quando ocorreu a transição do regime ditatorial-militar para um regime liberal-democrático (CODATO, 2005). Neste sentido, ainda complementa:

O projeto militar desdobrou-se num processo pendular, em que se revezaram períodos de maior e menor violência política, de acordo com uma lógica menos instrumental e mais conjuntural, traduzindo a dificuldade do governo Geisel em controlar todas as variáveis implicadas na política de transição. A política de liberalização da ditadura militar brasileira continuou no governo Figueiredo (1979-1985), sob o nome de “abertura política”, graças à normalização da atividade parlamentar e à manutenção do calendário eleitoral, depois da revogação parcial das medidas de exceção (em 1978) e efetuadas a anistia política e uma reforma partidária (em 1979). A realização de eleições relativamente livres, nos anos setenta e oitenta, “geraram uma dinâmica própria” (LIMA JÚNIOR, 1993, p. 39), levando o processo de transição a diferenciar-se, em alguma medida, do projeto militar original. Assim, no Brasil a relação entre votação e democratização (da esfera política) não foi casual (LAMOUNIER, 1986), mas foi, até certo ponto, inesperada. As eleições influíram no curso dos acontecimentos ao acelerar o ritmo de transformação do regime, sem mudar, todavia, sua direção conservadora. A “Nova República” (1985- 1990), último governo (ainda que civil) do ciclo do regime ditatorial-militar, encerra esse longo período de transição ao estabelecer a hegemonia política do partido de oposição ao regime (1986), promulgar uma Constituição (1988) e realizar uma eleição popular para Presidente (1989). (CODATO, 2005, p. 84)

Pode-se dividir as relações internacionais brasileiras no transcorrer da ditadura militar em: ciclo de Castello Branco e Costa e Silva à Médici (1964 a 1974), período em que vigorava uma política externa de alinhamento com os Estados Unidos balizada pelos conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra, pregando fronteiras ideológicas e a inevitabilidade da guerra, bem como a integração brasileira a uma cultura ocidental cristã.

Após o golpe de 1964, a Venezuela cortou relações diplomáticas com o Brasil, pautada no rechaço das ditaduras de direita acima mencionadas, o que fez o Itamaraty lamentar publicamente a postura do governo venezuelano e frustrou por completo as tentativas venezuelanas de fomentar o comércio ao menos com o Brasil, seu importador de petróleo. Aludidas relações somente foram retomadas no final de 1966, de forma gradual e bastante tímida.

Em outubro de 1967, o embaixador brasileiro, Manuel Antônio Maria de Pimentel Brandão, dirigiu-se à Caracas visando negociar com a Venezuela as primeiras concessões tarifárias decorrentes da entrada do país na ALALC (CERVO, 2014).

Assim, como anteriormente enfatizado, a Venezuela que a partir de 1968 com o novo contorno do *Pacto de Punto Fijo* mediante a alternância de poder entre AD e COPEI em uma democracia pactuada observa o crescimento do padrão de vida de sua população com o aumento na expectativa de vida, acesso à saúde, emprego, moradia, dentre outros.

Já o Brasil, neste mesmo período sofria com os efeitos do Ato Institucional 5, o qual endureceu o regime ditatorial como governo do General Emílio G. Médice (BRASIL, 1968).

Em 1969, Rafael Caldera chega ao governo venezuelano e empreende esforços em amenizar a rigidez da *Doutrina* Betancourt. O novo presidente buscou paulatinamente o elastecimento da autonomia do país na definição dos preços de sua produção energética, distanciando-se dos Estados Unidos, ampliou o círculo de relacionamento, estabeleceu contato com os países socialistas e minimizou a tensão com Cuba.

(...) Dava-se, assim, mais um passo no caminho da superação do isolamento venezuelano com relação à América do Sul, que se havia iniciado com a adesão tardia e reticente à ALALC e ao movimento de integração. O novo ambiente que se respirava inspirou o discurso latino-americanista, que passou a contaminar os pronunciamentos do presidente Rafael Caldera. Este, em manobra de cunho oportunista, alardeava a filosofia Betancourt por sobre o pensamento terceiro-mundista dos demais países, com o intuito subterrâneo de provocar a união para garantir o mercado regional para o petróleo venezuelano, maior objetivo concreto de interesse nacional pelo qual se movia a diplomacia do país. (CERVO, 2014, p. 180-181)

No período do governo Geisel (1974-1979) relações exteriores do Brasil foram intensas, balizadas por atos de larga abrangência, como, por exemplo, o acordo nuclear firmado com a Alemanha Ocidental e o diálogo descoordenado com os Estados Unidos, além de outros aparentemente incongruentes com o regime militar vigente, como o estabelecimento de relações diplomáticas com a China e Angola, países socialistas.

Enquanto isto, Carlos Andrés Pérez presidiu a Venezuela entre 1974 e 1979, período de maior expansão do país. Ainda, era justamente esta expansão, inclusive no cenário internacional, que sedimentava o apoio ao Pacto de *Punto Fijo*.

O referido governante tinha interesse em liderar a América Latina nutrido pelos ideais bolivarianos e, para tanto, priorizou a política externa para definição dos rumos do país e adotou uma postura mais estratégica no tangente à integração regional, além do centro da agenda política pautar-se na busca pelo desenvolvimento nacional com a nacionalização do petróleo, aço e cobre.

Assim, de 1830 a 1998, a Venezuela viveu a Quarta República, subdividida em República Agropecuária (1830-1936) e República Petroleira (1936-1998). (SERPA, 2013, p.91). Ou seja, no início do século XX, a Venezuela vivia da

exportação do cacau, do café e da agricultura de subsistência, com uma política controlada por caudilhos. Entrementes, com a descoberta do petróleo a partir da década de 1920, o país muda, chegando ao topo do *ranking* da renda *per capita* latino-americana na década de 70 (BARROS, 2007).

Neste contexto que em 1973 desencadeou-se a primeira crise do petróleo e a Venezuela, membro fundadora da Organização dos Países do Petróleo (Opep) quaduplicou seus lucros com a venda desta *comódi*te, tendo sido invadida por uma onda consumerista e pela inflação (SERPA, 2013, p.91), o que resta muito bem explicado abaixo:

O primeiro choque do petróleo, em 1973, estimulou o Estado a aprofundar a industrialização, com forte programa de investimentos no petróleo e em segmentos de bens intermediários e de infraestrutura. A posição fiscal superavitária, resultado da elevação dos preços do petróleo, foi reforçada pela forte alta da receita, gerada pela estatização do setor, com a entrada em operação da gigantesca empresa estatal Petróleos de Venezuela – PDVSA, em janeiro de 1976. Com base nessa abundância de recursos, o Estado desenvolveu um amplo processo de investimento no petróleo e em segmentos de bens intermediários e de infraestrutura. (CARVALHO, 2013, p. 352)

Foi durante o governo Pérez que a Venezuela aprofundou seu desenvolvimento econômico e ampliou sua atuação internacional, em razão da valorização do preço do petróleo. Visou o distanciamento e o fim da dependência dos grandes centros, adotando uma postura mais pragmática em consonância com o *realpolitik*, terminologia adotada por Ludwig von Rochau para referir-se à práticas políticas que priorizam objetivos concretizáveis em detrimento de objetivos ideais (KITCHEN, 2012).

Essa multilateralização das relações venezuelanas se desdobrou por diversos níveis. Sob o prisma mundial, atrelou-se ao Movimento dos Não-Alinhados⁷ e, no plano continental, visou a criação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), o qual tinha como um dos objetivos a integração regional.

⁷ Movimento que reúne 115 países, em geral nações em desenvolvimento, que surgiu em setembro de 1961, quando 28 países do chamado Terceiro Mundo se reuniram em Belgrado, capital da então Iugoslávia, para discutir temas como o desarmamento, a integridade nacional e a bipolaridade ideológica do período (DECLARAÇÃO DE BELGRADO, 1961). Com o objetivo de criar um caminho independente no campo das relações internacionais como objetivo promover um desenvolvimento estável e eliminar as fontes de conflitos regionais e globais, além de direcionar suas energias às tentativas de diminuir as tensões entre as grandes potências. Além da luta contra o imperialismo e o colonialismo e do desejo de buscar um desenvolvimento autônomo e de se desvincular da influência dos EUA ou da URSS, o Movimento dos Países Não Alinha - dos tem, também, como objetivo a paz e o desarmamento (BERTOLO; DIAS; MELO; ROTHFELD, 2013).

Nesta toada, as relações entre Brasil e Venezuela assumiram paulatinamente um grau de relevância mais significativo, todavia, esta não nutria apreço pelo desenvolvimento brasileiro, o qual podia ser empecilho para o caminho da influência regional, assim, aproximou-se da Argentina e aderiu ao pacto andino em virtude de motivações exclusivamente políticas.

(...) O vetor da política exterior venezuelana era, então, movimentar os grandes recursos do petróleo para projeção do país no hemisfério. A ressurreição do pensamento de Bolívar pelos meios intelectuais e de imprensa de então dava respaldo intelectual tal política de raiz petrolífera de querer assumir a "posição permanente de porta-bandeira dos latino-americanos". Essa ambição era cercada, contudo, no entender da oficialidade venezuelana, pela preeminência que o dinâmico crescimento econômico brasileiro derramava sobre a América do Sul. (...) A sedução dos dólares também facilitou a entrada da Venezuela na América Central e nas ilhas do Caribe. (CERVO, 2014, p.192)

Sob um aspecto mais amplo, os processos de integração regional da América Latina nesse período não passaram de experiências frustradas. Verificou-se sintomas de inércia, decorrentes, dentre outros fatores, do aumento da tendência protecionista nacional, da insuficiência da infraestrutura regional e da postura dos Estados Unidos que não era receptiva ao regionalismo, pois estes estavam envolvidos em projetos multilaterais.

No tangente à Brasil e Venezuela em específico, neste período, observa-se ambições nacionais divergentes, de um lado o Brasil vivendo uma ditadura com o seu modelo de desenvolvimento baseado no mercado local e no empreendimento estatal e expansionismo e do outro, a Venezuela, exemplo de democracia latino-americana, com seu nacionalismo e interesses econômicos ligados aos círculos tradicionais do comércio exterior.

Os dois países com grandes assimetrias no grau de desenvolvimento, o que evidenciava uma possível liderança brasileira, que deveria ser contida e domada sob o prisma venezuelano, denotando uma rivalidade entre ambos.

A análise das relações bilaterais entre ambos denota-se inócua, diante da inexistência das mesmas, uma vez que, desde Brasil e Venezuela firmaram em Caracas, no ano de 1905 protocolos relativos à demarcação das fronteiras pode-se apontar a ruptura das relações diplomáticas entre os dois países em 1964 com base na Doutrina Betancourt venezuelana que defendia os regimes democráticos no continente, de 1958), somente tendo sido restabelecidas em 1966.

Após, somente em fevereiro de 1973 tem-se um ato conjunto, quanto os Presidentes Emílio Médici e Rafael Caldera encontram-se no ponto fronteiroço “Marco BV-8”⁸ e seguiram à cidade fronteira de Santa Elena do Uairén, tendo sido esta a primeira visita de um Presidente do Brasil à Venezuela, ocasião em que firmaram o Convênio Básico de Cooperação Técnica. O Presidente João Figueiredo promoveu uma visita a Venezuela em novembro de 1979.

Assim, os atos bilaterais entre Venezuela e Brasil resumem-se em mínimos acordos formais e declarações de intenções sem qualquer impacto real, menos ainda no tangente à aproximação dos dois países (BRASIL. MRE. 2017).

Nesta toada, Brasil e Venezuela desenvolviam uma conduta de afastamento o que chegava até mesmo à uma invisibilidade mútua durante esta primeira onda ou velho regionalismo.

No tangente ao velho regionalismo, o início da derrocada do mesmo frisa bem no final da década de 1970, meados da década de 1980, sendo que, acerca da mesma, sustenta Sanahuja:

Sin embargo, en los ochenta el Viejo Regionalismo también comenzó a erosionarse en su dimensión geopolítica. La crisis centroamericana demandó de una América Latina más firme y autónoma en el área política y de seguridad. Esta búsqueda de autonomía en las políticas exteriores de los países de América Latina fue visible de manera creciente desde la mitad de los años ochenta en adelante. Algunos eventos que contribuyeron a ello fueron el descrédito de la Organización de Estados Americanos (OEA) y del Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca (TIAR), los cuales eran simplemente vistos como instrumentos anticomunistas de Estados Unidos durante la Guerra Fría; el apoyo de Estados Unidos a Reino Unido en la Guerra de las Malvinas, rompiendo los compromisos de defensa mutua del TIAR; y la estrategia de la Presidencia de Reagan de agresión hacia Centroamérica. (SANAHUJA, 2012, p.24)

Todavía, no final da década de 1970, em meio a esta crise da primeira onda integracionista ou no modelo do velho regionalismo, a relação de Brasil e Venezuela sofreu uma virada mediante uma aproximação estratégica e gradual, já sob a segunda onda integracionista.

⁸ Atual município de Pacaraima/Roraima, situado a 212 KM de Boa Vista pela BR-174 norte, denominado Marco BV-o até 1995, nome dado em razão dos marcos que passam pelo território (Disponível em <http://roraimadefato.com/main/pacaraima/>. Acesso em: 18/11/2017)

2.2.2 Brasil e Venezuela no balanço da segunda e da terceira onda: novo regionalismo, passando pelo "regionalismo aberto" até a terceira onda

Em um contexto mundial, pode-se afirmar que a origem do neoliberalismo no âmbito teórico reporta-se às publicações de Friedrich Hayek na Inglaterra, no ano de 1944, todavia, a materialização do mesmo tem como marco os governos de Margaret Thatcher, primeira ministra do Reino Unido de 1979 a 1980, e Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos da América entre 1981 e 1989.

Friza-se que o neoliberalismo foi caracterizado pela diminuição do papel do Estado e na preponderância do mercado regulador, e, no plano internacional, foi marcado precipuamente pelo regionalismo aberto.

Todavia, antes de sedimentação do regionalismo aberto, como embrionário desta, Sanahuja preleciona acerca do novo regionalismo:

(...)Como consecuencia, se generaron un conjunto de iniciativas para el manejo de crisis y la resolución de conflictos fuera del marco de la OEA. Estas eventualmente conducirían a la creación del Grupo de Río y al establecimiento de una plataforma centroamericana de cooperación política, a través del Proceso Contadora y del Acuerdo de Paz de Esquipulas. En este escenario, el regionalismo latinoamericano comenzó a adquirir una nueva dimensión política. Este carácter multidimensional es uno de los rasgos característicos del "nuevo regionalismo" de la postGuerra Fría, mientras en el "viejo" regionalismo latinoamericano, las dimensiones económicas y de seguridad fueron colocadas en diferentes organizaciones, resultando en una relación subordinada con Estados Unidos. (Hettne *apud* (SANAHUJA, 2012, p. 24).

Este novo regionalismo foi a reação da América Latina na luta por melhorar sua posição no sistema internacional em virtude das mudanças pós-guerra fria, entretanto com uma estratégia mais abrangente, visto que ao mesmo tempo em que tinha como objetivo melhorar a posição internacional na região também almejava o fortalecimento da governabilidade interna.

Sanahuja enfatiza a racionalidade política do novo regionalismo e seu caráter multidimensional, uma vez que abarcava a coordenação de política exterior, temáticas da segurança nacional, meio ambiente e migração, além de diversas outras temáticas de interesse comum (SANAHUJA, 2012). Ainda, para este autor:

(...) el Nuevo Regionalismo era considerado una estrategia para enfrentar las dinámicas de la globalización apoyando las capacidades de los Estados-Nación para la gobernabilidad en un espacio regional, en aquellos campos en los cuales existían interdependencias regionales y globales crecientes, y

algunos intereses nacionales eran percibidos y redefinidos como intereses comunes. Así, el Nuevo Regionalismo podía ser visto como una forma embrionaria de “gobernanza a multinivel”. (Söderbaum y Shaw; Hettne *apud* SANAHUJA, 2012, p. 24)

Assim, como dito, o novo regionalismo se apresenta como "a porta de entrada" do regionalismo aberto, visto que, surge com espeque naquele. Ainda, comparando o novo regionalismo e o regionalismo aberto nas palavras do próprio Sanahuja:

Si el nuevo regionalismo fue la respuesta a los desafíos políticos y de seguridad de la era post-Guerra Fría, el “Regionalismo Abierto” podía ser considerado como la respuesta a las demandas de dinámicas crecientes y manifiestas de la regionalización económica y la globalización. El “Regionalismo abierto” asoció la integración económica regional con las políticas liberales del llamado “Consenso de Washington”. (SANAHUJA, 2012, p.25).

Anderson ao expor acerca do neoliberalismo, muito bem sintetiza: “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”. (ANDERSON, 1995, p.9)

Pode-se dizer que os entraves encontrados no Estado desenvolvimentista fomentaram a crítica das políticas exteriores da época e da região, o que acabou concedendo margem à ideologia neoliberal. Ainda:

(...) O abandono do paradigma de relações internacionais do Estado desenvolvimentista a favor do paradigma neoliberal teve seu impulso inicial em países de menor porte da América Latina, nos meados da década de 1980 e concluiu-se por volta de 1990 com a chegada ao poder do presidente Carlos Salinas de Gortari no México; Carlos Saúl Menem, na Argentina; Carlos Andrés Peres na Venezuela; Alberto Fujimori, no Peru; e, Fernando Collor de Mello, no Brasil. (CERVO, 2014, p.215)

Assim, as décadas de 1980 e 1990, em muitos países da América Latina, foram balizadas pela crise da dívida externa e pela consolidação da hegemonia neoliberal e, também, no cenário exterior, por novas formas de estruturação da economia internacional, criando-se um novo cenário caracterizado pela chamada fase da globalização, que sofre uma intensificação a partir dos anos 1980.

Nesta toada, o período neoliberal se iniciou na década de 1980 e estendeu por toda a América Latina no transcorrer da década de 1990 ainda que de

maneira descompassada no tangente ao ritmo e intensidade das reformas internas exigidas pelo novo modelo de inserção internacional.

O regionalismo aberto ao mesmo tempo em que almeja criar capacidades reguladoras para enfrentar os desafios internos e externos da economia e da segurança, frutos da globalização e regionalização, visa contribuir para o aprofundamento dos processos de globalização e regionalização, pois se consubstancia nas políticas de liberalização econômica intrarregional com baixa proteção externa (SANAHUJA, 2012).

Neste viés, nos *anos 1990, a América Latina foi levada a uma homogeneização forçada por via do ajuste estrutural e das condicionalidades impostas nas respectivas negociações da dívida* (LIMA, 2013, p. 173).

Ainda, nas palavras de Cervo:

(...) O consenso neoliberal global postulava a implementação dos seguintes parâmetros de conduta por parte dos governantes de todo o mundo: democracia, direitos humanos, liberalismo econômico, cláusula social, proteção ambiental e responsabilidade estratégica solidária, tendo em vista a promoção de tais valores. Como esse consenso representava o triunfo do centro capitalista - basicamente Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão - sobre as experiências socialistas terceiro-mundistas, parecia ter que prevalecer. Assim, entenderam os dirigentes latino-americanos dos anos 1990, que o abraçaram de corpo e alma, quase sempre de forma acrítica, diante de uma opinião pública dominada por pressões da imprensa cuja informação vinha impregnada como novos princípios. (CERVO, 2014, p.216)

Neste sentido, no período neoliberal vigorou na América Latina, inicialmente, o novo regionalismo como resposta aos desafios políticos e de segurança pós Guerra-fria e, após (concomitante até certo ponto), o regionalismo aberto em resposta ao crescimento das demandas de regionalização econômica e da globalização, associando a integração econômica regional com as políticas neoliberais do Consenso de Washington.

Cumpramos tratar do comportamento recíproco entre Brasil e Venezuela neste período, visto que, como dito, no final da década de 1970 até metade de década de 1980, bem no cerne da mudança do paradigma desenvolvimentista para o paradigma neoliberal, surgiu uma aproximação estratégica entre os dois países decorrentes não só das dificuldades enfrentadas por ambos, mas também por transformações no cenário internacional que denotaram uma necessidade de aproximação.

Entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980, o Brasil enfrentou um período marcado por dificuldades a fim de concretizar a transição da ditadura para a democracia, o que é sedimentado com a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, a qual se caracterizou por consagrar direitos sociais como direitos fundamentais sob a égide estatal ao mesmo tempo em que consagrava amplas liberdades democráticas.

A década de 1980 brasileira restou marcada por uma crise econômica e inflação descontrolada, o que mobilizou inúmeros movimentos sociais, consoante será minuciosamente explanado no próximo capítulo.

Já a economia da Venezuela, grande exportadora do petróleo, durante certo tempo beneficiou-se com os excessivos aumentos do petróleo. Todavia, em meados da década de 1980, a instabilidade dos preços enfatizou problemas econômicos estruturais no país, como a dependência exclusiva da exportação da mencionada comódite o que ocasionou aumento dos índices de endividamento externo, aumento da inflação, instabilidade das instituições e a recessão contínua com aumento dos índices de desemprego, o que também será retomado no próximo capítulo.

Em outros termos, ficou claro que a base da economia fixada exclusivamente no petróleo, não era sólida o suficiente para sustentar o país em meio à crise internacional o que ocasionou uma aproximação da Venezuela dos demais países da região.

Assim, ao final da década de 1980, apesar de Brasil e Venezuela buscarem a superação de suas respectivas crises na economia, o Brasil realizava a transição da ditadura para a democracia, enquanto a Venezuela ainda vivenciava a realidade do Pacto de *Punto Fijo* o qual somente cederia espaço para uma nova era republicana com a eleição de Chávez em 1998.

Entretantes, não foi apenas essa similitude em um momento de crise que despertou em Venezuela e Brasil a possibilidade de uma aproximação, uma vez que outros motivos se apresentaram, como, por exemplo, as questões de segurança envolvendo a região amazônica diante de ameaças externas de internacionalização da região, o que se menciona, todavia, não se esmiúça por não corresponder ao cerne do presente trabalho.

Assim a aproximação da Venezuela com o Brasil se inicia em 1977 com a visita de Carlos Andrés Pérez a Brasília e se materializa com o Tratado de

Cooperação Amazônica, o qual tinha um escopo bem específico, almejando o desenvolvimento integrado e sustentável da bacia do norte, por meio de esforços conjuntos dos subsistemas amazônicos brasileiro, andino e das Guianas.

Importante observar que o TCA estabeleceu uma cooperação entre um eixo-norte Brasil e Venezuela que ultrapassou os limites de cooperação bilateral e visava garantir os interesses e otimizar as relações de seus signatários, primordialmente no tangente às questões fronteiriças, o qual não correspondeu às expectativas do momento de criação, mas teve papel significativo e será melhor abordado em momento mais oportuno

Outro fator significativo, é que Brasil e Venezuela compartilham o problema do vazio demográfico na região amazônica, visto que o norte do Brasil, tal como o Sul da Venezuela possuem os menores índices de desenvolvimento humano de cada um dos países. Essa ausência de ocupação demográfica denota a baixa infraestrutura da região e o pouco desenvolvimento, reflexo das próprias peculiaridades da região e o compartilhamento desse problema apresentou-se como um fator hábil a demonstrar a necessidade de integração entre as duas nações a fim de promover soluções propiciando o desenvolvimento da região.

Assim, em meados da década de 1980 a Venezuela mantinha sua política externa focada primordialmente nas relações com a região do Caribe e da América Central, no entanto, ampliou a visão para a cooperação e integração latino-americana, buscando ao menos solidificar sua relação com o Brasil.

Já o Brasil consolidava o referido processo de aproximação econômica e diplomática que havia se iniciado em 1977, inclusive, firmando o protocolo de intenção com o governo venezuelano e mexicano para a criação da multinacional Petrolatina.

Assim, os dois países mostravam disposição em incrementar seus lastros comerciais e econômicos e ao final do mandato de Herrera Campins em 1984, o estreitamento das relações com o Brasil passa a ser um dos objetivos da política externa venezuelana.

Todavia apesar das intenções e dos avanços alcançados, os projetos de cooperação regional estagnaram com a recessão enfrentada por ambas economias e o Brasil passou a olhar com muito mais interesse para a Argentina no eixo do Cone-Sul, o que não pareceu acertado e será oportunamente melhor explorado.

Com o escopo de retomada integracionista e com o propósito de desencadear um moderno processo de integração, em 1987, os presidentes dos dois países, agiram no intuito de estabelecer eficácia à aproximação mencionada quando do Compromisso de Caracas.

A Venezuela ainda, flexibilizou à aproximação com o Brasil, diminuindo a desconfiança nas relações estabelecidas com este, em razão da redemocratização brasileira o que tomou ainda maior corpo com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, a qual consolidava o referido processo.

É sob este prisma que na década de 1990, o fato da Venezuela ser um país andino, amazônico e caribenho concomitantemente, exportador de petróleo e com influência na América Central, fez com que o Brasil conferisse maior ênfase a uma aproximação mais sólida, como uma possível parceira na construção de uma política regional.

De fato, as peculiaridades venezuelanas passaram anos nas sombras, começaram a ser desvendadas na década de 1980 e, somente foram efetivamente reconhecidas pelo Brasil a partir dos anos 1990, fator que resultou em um incremento das relações bilaterais entre os dois países.

Também foi neste período que a Venezuela, até então com seus interesses voltados quase que inteiramente ao Caribe e aos Estados Unidos, efetivamente expandiu seus horizontes para a América do Sul e visualizou no Brasil uma possibilidade de diversificação de seus parceiros, a fim de superar a crise econômica em que se encontrava inserida.

Nesta perspectiva, as relações bilaterais entre os dois países, a partir do encontro de *La Guzmania*, em 1994, durante o qual o então presidente venezuelano Rafael Caldera e o então presidente brasileiro Itamar Franco assinaram os mais significativos acordos da história entre os dois países até aquele momento, tomaram contornos positivos e promissores.

Os compromissos assumidos em *La Guzmania* geraram uma intensa agenda de reuniões, que perdurou ainda durante os governos de Fernando Henrique e Rafael Caldeira, em que pese muito limitados a discussões de relações fronteiriças.

Esta aproximação instaurada a partir de *La Guzmania* gerou frutos e refletiu positivamente com a ascensão de Hugo Chávez à presidência venezuelana em 1999 e, mais tarde, a partir de 2002, com a mudança promovida por este na

política externa venezuelana, priorizando as relações com o Brasil fazendo com que esse se firmasse com bastante ênfase na agenda desse fundamental ator político, o que já ocorre durante a terceira onda integracionista, que se instaura no início do século XXI.

A terceira onda de regionalismo também apresenta divergência terminológica em razão das diferentes ênfases que podem ser atribuídas às análises: regionalismo pós-liberal (SANAHUJA, 2012 e VEIGA; RIOS, 2007), regionalismo pós-neoliberal (SERBIN, 2010), regionalismo pós-hegemônico (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012), regionalismo multifacetado (BARBOSA, 2015) e regionalismo modular (GARDINI, 2015).

Esta onda integracionista se inicia quando o consenso neoliberal político e econômico decai no início dos anos 2000, período em que governantes de esquerda e centro-esquerda são eleitos em diversos países do continente, fazendo com que a América do Sul sofra mudanças substanciais em sua orientação ideológica e política. Observa-se que, ao contrário do ocorrido anteriormente, este regionalismo do século XXI abrange temáticas que não estariam tradicionalmente ligados aos conceitos anteriores de integração regional (BARBOSA, 2015).

Alguns especialistas denominam aludido fenômeno de " Onda Rosa", cumprindo citar Fabrício Silva:

A "onda rosa" se iniciou ainda na década de 1990, com a eleição de Hugo Chávez em 1998. Chávez, fundador do personalista Movimento V República (MVR), chegou ao poder em meio ao colapso das instituições e partidos "tradicionais". Na sequência, Ricardo Lagos, oriundo do Partido Socialista do Chile (PSC), foi eleito em 2000, representando uma inflexão à esquerda na Concertação, aliança que governava o país desde o retorno à democracia em 1990. Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito no Brasil. Na Argentina, Néstor Kirchner foi eleito presidente em 2003, e procurou governar como parte integrante desse giro à esquerda – apesar das evidentes dificuldades em se considerar de esquerda um governante oriundo do peronismo. Tabaré Vázquez, da Frente Ampla (FA), venceu as eleições uruguaias em 2004. Em 2005, Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS) da Bolívia, venceu as segundas eleições que disputou, como culminância da crise político-social vivenciada pelo país nos anos anteriores. No ano seguinte, Rafael Correa chegou ao poder no Equador, após fundar um movimento com o intuito de concorrer às eleições presidenciais, o Pátria Altiva e Soberana (PAÍS na sigla em espanhol), também em meio a um colapso de instituições e partidos "tradicionais". No mesmo ano, Daniel Ortega e sua Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) regressaram ao poder na Nicarágua, dessa vez por meios eleitorais. O ativista social Fernando Lugo chegou ao poder no Paraguai em 2008 encabeçando uma frente de movimentos sociais, sindicatos e partidos de oposição, encerrando uma hegemonia de seis décadas dos colorados. Por fim, no ano seguinte

Mauricio Funes, da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), chegou ao poder em El Salvador. (SILVA, 2010, p.03).

Em que pese os mencionados governos ostentem orientações semelhantes no tangente à superação da ideologia neoliberal e retomada da coordenação econômica do Estado e do prisma desenvolvimentista devidamente adequado às restrições decorrentes do capitalismo globalizado, priorizando a inclusão social, também divergiam em diversas temáticas.

Sobre este momento, muito bem pontua, Lima:

Esse é o momento em que a dinâmica dos modelos de integração se descola dos processos de regionalização na não convergência entre os diversos processos de integração econômica e regimes comerciais, tais como o Nafta, englobando América do Norte e México; Mercosul, incluindo Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela; Chile, Colômbia e Peru com clara preferência pelos Acordos de Livre Comércio (TLC) com Estados Unidos e países fora da região, e Alba, sob a liderança da Venezuela, e países centro-americanos e Cuba. Outra dimensão que diferencia esse momento é a constituição de iniciativas de âmbito sub-regionais envolvendo diversas áreas de cooperação. Em certo sentido, a diversidade e a heterogeneidade entre os regimes comerciais, que derivam da diferenciação entre países latino-americanos em termos dos respectivos padrões produtivos, modelos de democracia e opções de política externa, parecem estimular iniciativas de cooperação sub-regional. (LIMA, 2013, p. 181)

Foi neste contexto que Hugo Chávez ascendeu ao governo venezuelano a partir da vontade popular.

Chávez não só se tornou Presidente da Venezuela. Já no início de seu governo, apresentou uma Venezuela que pretendia pautar sua política externa com ênfase nos países latino americanos, tendo manifestado interesse em ingressar como membro associando no Mercosul, tendo eleito a área amazônica como uma de suas áreas básicas.

A Constituição da República Bolivariana da Venezuela, de forma enfática consagrou o ideal de integração da América Latina consoante o princípio da não intervenção e autodeterminação dos povos, o que aliado à expressa menção à Simón Bolívar enfatiza o intuito boliviano de retomar o projeto de seu libertador, para o qual unidade e integração do povo latino-americano seriam pressupostos para promover o equilíbrio entre com estas e as "grandes potencias" do cenário político.

Já no Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva ganhou as eleições presidenciais em 2002. Entretanto, Lula e o Partido dos Trabalhadores oscilaram entre sua essência revolucionária e transformadora que almejava a cidadania plena do povo

participando na vida política do país e com efetivas melhorias na vida e no trabalho do povo e as orientações reformistas moderadas que marcaram sua campanha política no processo eletivo.

De toda a forma, os novos governos de esquerda desenharam um novo conceito de integração regional, que passou a ser utilizado como instrumento do Estado para seu próprio desenvolvimento. Assim, cumpre colacionar Barbosa:

Diferente dos regionalismos dos anos 60 e 90, ambos centrados em questões comerciais, esse regionalismo surgido no novo milênio traz a inclusão de temas que não estariam tradicionalmente ligados aos conceitos anteriores de integração regional. As denominações para o fenômeno variam na literatura e ele pode ser chamado de integração multidimensional, regionalismo pós-liberal, pós-hegemônico ou pós-comercial, de acordo com a fonte consultada. Em comum, como será visto adiante, os termos trazem a constatação de que alguns processos cooperativos e/ou integrativos entre determinados países da América do Sul passaram a operar sob uma lógica diferente daquela que havia predominado em estágios anteriores criando um cenário bastante heterogêneo no subcontinente, onde processos de diferentes naturezas convivem. Ou seja, identifica-se o começo de um novo ciclo de regionalismo, que traz como inovação a superação da ideia de que o comércio e a ideologia neoliberal devem ser os motores que fazem andar a integração e a cooperação entre os vizinhos. A lógica comercialista dá lugar a processos mais abrangentes do ponto de vista temático, com a inclusão de questões sociais, políticas e participativas. (BARBOSA. 2015, p. 39)

O regionalismo pós liberal denota o momento marcado pela decadência do modelo neoliberal, o qual apresenta uma agenda positiva para a integração, com primazia no papel do Estado em detrimento dos atores privados, priorização das demandas políticas sobre as demandas comerciais e forte influência dos projetos bolivarianos de valorização de América Latina, com as seguintes características (SANAHUJA, 2010):

a) La primacía de la agenda política, y una menor atención a la agenda económica y comercial, lo que no es ajeno a la llegada al poder de distintos gobiernos de izquierda, al tono marcadamente nacionalista de esos Gobiernos, y a los intentos de ejercer un mayor liderazgo en la región por parte de algunos países, en particular Venezuela y Brasil. b) El retorno de la “agenda de desarrollo”, en el marco de las agendas económicas del “post-consenso de Washington”, con políticas que pretenden distanciarse de las estrategias del regionalismo abierto, centradas en la liberalización comercial. c) Un mayor papel de los actores estatales, frente al protagonismo de los actores privados y las fuerzas del mercado del modelo anterior. d) Un énfasis mayor en la agenda “positiva” de la integración, centrada en la creación de instituciones y políticas comunes y en una cooperación más intensa en ámbitos no comerciales, lo que, como se indicará, ha dado lugar a la ampliación de los mecanismos de cooperación sur-sur, o la aparición de una agenda renovada de paz y seguridad.

e) Mayor preocupación por las dimensiones sociales y las asimetrías en cuanto a niveles de desarrollo, y la vinculación entre la integración regional y la reducción de la pobreza y la desigualdad, en un contexto político en el que la justicia social ha adquirido mayor peso en la agenda política de la región. f) Mayor preocupación por los “cuellos de botella” y las carencias de la infraestructura regional, con el objeto de mejorar la articulación de los mercados regionales y, al tiempo, facilitar el acceso a mercados externos. g) Más énfasis en la seguridad energética y la búsqueda de complementariedades en este campo. h) La búsqueda de fórmulas para promover una mayor participación y la legitimación social de los procesos de integración. (SANAHUJA, 2010, p.95).

No entendimento do citado autor uma das características do regionalismo pós-liberal é ser resultado e instrumento de fortificação do nacional e dentre as iniciativas de integração regional que operaram nessa nova dinâmica destaca a União de Nações Sul-americanas (UNASUL)⁹, Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA)¹⁰ e os movimentos de reforma do MERCOSUL (SANAHUJA, 2012). Em outros termos:

Más allá de esas divisiones concernientes a las políticas comerciales, desde 2005 en adelante, el regionalismo está siendo repensado en un diseño “post-liberal” que intenta ir más allá del Regionalismo Abierto (Chacón 2004, Motta and Ríos 2007, Sanahuja 2010, Gardini 2011). Los dos mayores ejemplos serían la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA-TCP) y la Unión Sudamericana de Naciones (UNASUR) (Fritz 2007; Altmann 2011; Cienfuegos y Sanahuja 2010). El ALBA-TCP subraya el antiimperialismo o el ingrediente “Bolivariano” del regionalismo latinoamericano. Ambos, UNASUR y el ALBA-TCP pueden ser vistos como una interpretación del regionalismo “anti” o “post” liberal, y ninguno de los dos puede ser considerado una iniciativa de integración en el significado estándar de este término, ya sea por su contenido económico, político o legal. Ninguno se acerca o se trata de adaptar a las etapas tradicionales de la integración económica o sus taxonomías —zonas de libre comercio, uniones aduaneras o mercados comunes...— como lo definió Béla Balassa, ni existe ningún diseño o propósito supranacional. (SANAHUJA, 2012, p.31-32).

⁹ A UNASUL tem como objetivo construir um espaço de integração dos povos sul-americanos. A UNASUL é estruturada por Conselhos formados por Chefes de Estado, por Chanceleres e por Delegados, por uma Secretaria-Geral – que passa por uma fase de consolidação e fortalecimento – e por doze Conselhos Setoriais, que tratam de temas específicos: energia; defesa; saúde; desenvolvimento social; infraestrutura; problema mundial das drogas; economia e finanças; eleições; educação; cultura; ciência, tecnologia e inovação; segurança cidadã, justiça e coordenação de ações contra a delinquência organizada transnacional (BRASIL. MRE. 2017)

¹⁰ A Aliança Bolivariana para os povos de nossa América (ALBA-TCP) foi criada em 2004, fruto de uma proposta da Venezuela e Cuba em conjunto com os movimentos sociais latinoamericanos, em contraposição ao projeto da ALCA com o escopo de superar a lógica de acordos de livre comércio e colocar outros acordos multilaterais como, a cooperação e solidariedade entre as nações, os aspectos culturais e políticos. Tem como países membros: Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Honduras, Equador, Santa Lúcia, São Vicente, San Cristóbal y Nieves e as Granadinas e Antiga e Barbuda (PORTAL ALBA, 2014).

Serbin, preleciona sobre o referido regionalismo, o qual nomina *post-neoliberal*:

. A principios de la actual década, han emergido nuevos esquemas y proyectos de integración de rasgos distintivos, caracterizados por el desplazamiento de los temas de liberalización comercial y desreglamentación por una agenda marcadamente política signada por el retorno a un rol protagónico del Estado. La transformación de la Comunidad Sudamericana de Naciones (CSN), impulsada desde la década del 90 por Brasil, en la Unión de Naciones Sudamericanas (UNASUR), con una agenda regional innovadora, es uno de los hitos del inicio de esta nueva fase. La creación, aún en curso, de la Comunidad de Estados de América Latina y Caribe (CEALC) es otro de los indicadores. La conformación progresiva de la Alternativa Bolivariana de las Américas (ALBA), promovida por el presidente Hugo Chávez en base a los recursos petroleros venezolanos en contraposición al Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), es otro referente de este proceso de regionalismo postliberal. No obstante, estos procesos se desarrollan en un marco regional caracterizado por la fragmenación y la heterogeneidad, en tanto persisten iniciativas de acuerdos de libre comercio entre algunos países de la región y EEUU, y además algunos países latinoamericanos continúan privilegiando sus políticas y acuerdos comerciales como prioridades de su política exterior. Sin embargo, mientras que los derroteros de la CEALC² en términos de la integración regional aún están en pleno proceso de definición, su creación refuerza una tendencia distintiva del regionalismo postliberal desarrollado en América del Sur con la redefinición de un espacio sudamericano caracterizado por la exclusión explícita de EEUU³. (SERBIN, 2010, p.5).

Imprescindível é que este regionalismo denota uma ruptura com o discurso hegemônico dos anos 1990 e a adoção de um espaço de resistência para enfrentar o neoliberalismo e a hegemonia norte-americana (RIGGIROZZI, 2011).

Ainda mais, o regionalismo pós-hegemônico seria a manifestação de uma repolitização da região, na qual Estados, governantes e movimentos sociais estabelecem uma relação para promover a criação do espaço regional (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012).

Este regionalismo pós-liberal substitui a agenda pautada na liberalização comercial por processos com temáticas mais amplas, incluindo questões sociais, participativas, e objetivos políticos. (VEIGA; RIOS, 2007).

Desta feita, surge, consoante SANAHUJA (2010) um indicador do fechamento do ciclo anterior (regionalismo aberto), qual seja, o debate sobre a falência do mesmo, surgindo, portanto, o regionalismo pós-liberal. Para BARBOSA (2015), o ciclo anterior não se encerra, apenas entra em crise e viabiliza que diferentes modelos passem a conviver simultaneamente na América Latina, motivo pelo qual o denomina regionalismo multifacetado.

Ainda que o presente trabalho não tenha como objetivo aprofundar e menos ainda esgotar esta discussão, para análise considera-se o surgimento do novo modelo de regionalismo, o qual, inclui temáticas sociais, políticas e participativas, adotando-se a terminologia regionalismo pós-liberal sugerida por SANAHUJA (2010).

Assim, no próximo capítulo contextualiza-se o período republicano mais recente de Brasil e Venezuela abarcado pela segunda onda integracionista, mediante uma análise minuciosa do contexto histórico de ambos no período compreendido entre 1985 e 1999 com o objetivo específico de analisar como as relações entre os dois países variaram do desinteresse mútuo aos acordos bilaterais.

3 O PERÍODO REPUBLICANO MAIS RECENTE: DA "NOVA REPÚBLICA" BRASILEIRA AO FINAL DA IV REPÚBLICA VENEZUELANA (1985-1999)

Profundas mudanças balizaram o cenário internacional a partir de meados dos anos 1980. Ainda, o sistema internacional da década de 1990 restou precipuamente marcado pelo final da Guerra Fria, com o fim dos regimes socialistas no Leste Europeu, a queda do Muro de Berlim em 1989 e a desestruturação da União Soviética em 1991. A formação de blocos econômicos, a internacionalização do capital e o acirramento do processo de globalização também foram fatores balizadores do período.

Na América Latina, o referido período foi marcado pelo desgaste interno e internacional dos regimes militares, criticados internacionalmente a partir de meados da década de 1970, momento no qual os Estados Unidos iniciaram uma política de diminuição dos custos das alianças com os governos da região em áreas já controladas.

Neste viés, em razão da política protecionista de direitos humanos de Jimmy Carter (1977-1981) levada adiante por Ronald Reagan (1981-1989), os Estados Unidos passam a pressionar pela redemocratização, uma vez que o projeto de desenvolvimento nacionalista dos países da região colidia com os novos rumos da política mundial, o que culminou nos processos de democratização. Neste sentido:

A crise das dívidas, que demonstrou o esgotamento do modelo de desenvolvimento e seu eminente colapso, revelava o empobrecimento das classes trabalhadoras que não haviam sido contempladas com os milagres econômicos promovidos pelo autoritarismo. À exposição pública dos fracassos econômicos somou-se o renascimento dos movimentos sociais e a rearticulação das oposições que, na maioria dos casos, buscou soluções negociadas para o retorno à democracia, evitando, assim, rupturas descontroladas. (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010, p. 292).

Tanto o foi, que a crise dos regimes militares e a passagem de governo para civis ocorrem gradativamente na região, iniciando pela Argentina em 1983, Uruguai em 1985, Brasil em 1986, Paraguai em 1989 e Chile em 1990.

O período republicano brasileiro mais recente, desdobra-se a partir da transição do período ditatorial para a democracia marcada pela Nova República,

compreendida entre 1985 e 1990 e consolidado com a nova Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Na Venezuela enfatiza-se a década de 1990, mormente a última fase do *Punto Fijo*, passando pelos governos de Jaime Lusinschi (1984-1989), Carlos Andrés Pérez (1989-1993), o governo de emergência de Ramón Velazquez (1993) e Rafael Caldera (1994-1999).

Dentro deste panorama, neste capítulo, busca-se contextualizar o período republicano mais recente de Brasil e Venezuela que se desdobrou na segunda onda integracionista da América-Latina e sob o viés do regionalismo aberto, o qual predominou no período, analisado como as relações entre Brasil e Venezuela variaram do desinteresse mútuo aos acordos bilaterais.

Para tanto, elabora-se uma breve retrospectiva histórica dos dois países a partir de 1985 até o final da década de 1990, sendo fundamental a referida análise para que se possa estabelecer um comparativo entre ambos, visto que, muitos fatores determinantes para compreender como os dois países se relacionam podem ser identificados a partir de similitudes e diferenças no processo histórico de cada um.

Destaca-se, inclusive, uma diferença fundamental entre ambos, uma vez que, enquanto o Brasil passava pela redemocratização, a Venezuela vivenciava o final da democracia pactuada oriunda de *Punto Fijo*.

Analisa-se a política externa de Brasil e Venezuela, as relações bilaterais de ambos e as multilaterais com participação mútua, bem como as parcerias comerciais firmadas para, a partir dos referidos delineamentos, constatar se houve de fato um movimento do pêndulo e qual foi a direção e a intensidade deste movimento.

3.1 DA "NOVA REPÚBLICA" DO BRASIL AO FINAL DA IV REPÚBLICA VENEZUELANA

No Brasil, durante o governo Figueiredo (1979-1985) quando o país entrava na reta final do processo de liberalização e de retorno do poder aos civis,

sob o prisma econômico, restou largamente afetado por abalos na conjuntura internacional que impôs obstáculos ao projeto de desenvolvimento do país.

O governo de Figueiredo tinha como foco findar o ciclo militar mediante a continuidade do processo de redemocratização, todavia, enfrentou mobilização social, inúmeras manifestações da oposição e a reação da direita ao agravamento e prolongamento da crise econômica (VISENTINI, 2013, p.80)

Em outros termos, no âmbito doméstico o país vivia os impasses oriundos do processo redemocratizador e da crise econômica e no âmbito externo, sofria com a crise da dívida e os reflexos da Guerra Fria.

Presidente da República imposto por Geisel sobre setores linha-dura, Figueiredo tinha por tarefa promover a liberalização política e as reformas necessárias, sem comprometer a unidade das forças armadas. A imagem externa do Brasil era a de um país do Terceiro Mundo, assolado pela crise econômica, e não mais a de uma potência emergente. Dessa forma, o regime militar deixava uma herança de maior internacionalização do país, um extenso parque industrial (embora desigualmente desenvolvido) e uma grande lista de conflitos com os Estados Unidos e com as finanças nacionais falidas. (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010, p. 293-294).

Ainda a política externa do Governo Figueiredo era exteriorizada por meio do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro *como universalismo e esforçava-se para manter a autonomia brasileira em um cenário cada dia mais desfavorável, conservando traços de continuidade com o Pragmatismo Responsável.* (VISENTINI, 2012, p.81), o que se confirma pela Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional em 1º de março de 1980:

A política externa do Brasil continua orientada de acordo com os vetores do universalismo, da boa convivência internacional e da soberania e dignidade nacionais. A pauta cumprida pela diplomacia brasileira, neste primeiro ano de Governo, evidencia que essa orientação corresponde às necessidades do momento nacional e vem colhendo expressivos frutos, apesar das difíceis realidades internacionais de nossa época. Nossa política global caracteriza-se pela presença, cada vez mais marcante, dos interesses nacionais em variadas regiões do planeta e na ampla gama de temas em debate no plano internacional. O Brasil de hoje valoriza suas relações tanto com o mundo industrializado, quanto com os países da América Latina, África e Ásia. O universalismo da política externa se expressa pela ampla disposição ao diálogo, com base no respeito mútuo e no princípio da não-intervenção. Em sua ação, o Brasil procura afirmar um novo tipo de relações internacionais, de natureza aberta e democrática, horizontal, sem subordinações nem prepotências. Com as nações vizinhas e irmãs da América Latina, pratica-se uma política de igualdade, não-intervenção e descontraimento, que visa ao benefício comum. O Brasil assume integralmente sua condição de país latino-americano. Acredita que, em conjunto, as nações latino-americanas devem buscar mais aperfeiçoadas

formas de integração regional, que permitam, não só acelerar o desenvolvimento e o intercâmbio entre elas, com realismo e atenção às potencialidades e necessidades de cada país, senão também que lhes facilite presença mais homogênea nas negociações econômicas com os países desenvolvidos. O Governo brasileiro deseja que a convivência regional seja intensa e fraterna. Favorece, por conseguinte, a realização de consultas com os demais países latino-americanos sobre temas de natureza bilateral ou regional, sem exclusivismos ou precondições (...) (FIGUEIREDO, 1980)

Neste contexto de abertura política e de redemocratização e com a derrota do projeto de eleições diretas para 1985, ocorreram eleições indiretas sagrando-se vencedor Tancredo Neves, o que já denota "uma redemocratização não tanto redemocratizadora".

Na véspera da posse de Tancredo, o povo restou surpreendido pela notícia de hospitalização do mesmo e, em 21 de abril de 1985, a morte, ainda antes de assumir a presidência.

Com a morte de Tancredo, José Sarney, vice-presidente eleito, todavia, político ligado à Arena durante a ditadura e menos de um ano antes líder parlamentar do regime militar, que havia ingressado no PMDB durante o processo de recondução ao regime democrático, assumiu a presidência e desenvolveu um governo bem peculiar, tendo como base de apoio a coalização de partidos liderados pelo PMDB e PFL, tendo os militares como balizadores do novo e aparentemente instável governo, inclusive auxiliando a estabelecer a a manter os limites da transição.

Sarney desenvolveu um governo marcado por inúmeros planos econômicos tendo por escopo primordial aplacar a inflação e a crise econômica que havia intensificado. Uma das peculiaridades da política externa do governo Sarney foi a aproximação comercial com diversos países, assim como um discurso que denunciava as desigualdades do sistema internacional.

Por meio da aprovação da Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985, restou restabelecida a capacidade eleitoral ativa aos analfabetos, restaram restabelecidas as eleições diretas para a Presidência da República e para Prefeito, instituída a liberdade de organização partidária e concedida representação política ao Distrito Federal no Senado e na Câmara (BRASIL, EC 25. 1985).

Após, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, pela qual foi convocada a Constituinte encarregada de elaborar a oitava Constituição brasileira nos seguintes termos: *Art. 1º Os Membros da Câmara dos*

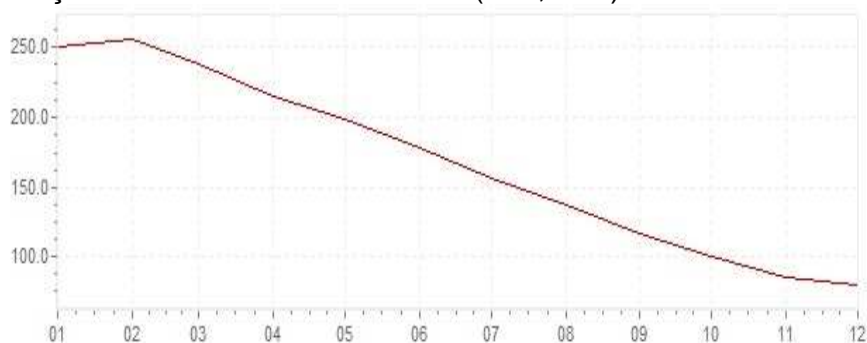
Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional (BRASIL, EC 26, 1985).

Implicitamente, o referido ato convocatório conferia aos integrantes do Poder Legislativo, Senadores e Deputados, que seriam eleitos no ano seguinte o duplo poder de atuar como constituintes e legisladores ordinários. Nesta perspectiva, a legislatura em que o Congresso tomou para si poderes constituintes também serviu como legislatura ordinária. Em outros termos, os eleitos dispunham da prerrogativa de elaborar o novo texto constitucional paralelamente ao exercício das prerrogativas ordinárias do Poder Legislativo, mormente, votar as leis do País.

Assim, no início de 1986 foi implantando o Plano Cruzado com o congelamento de salários e preços, bem como o controle cambial. A população foi estimulada a atuar como "fiscal do governo" impedindo as remarcações de preço (LOPES, 2011).

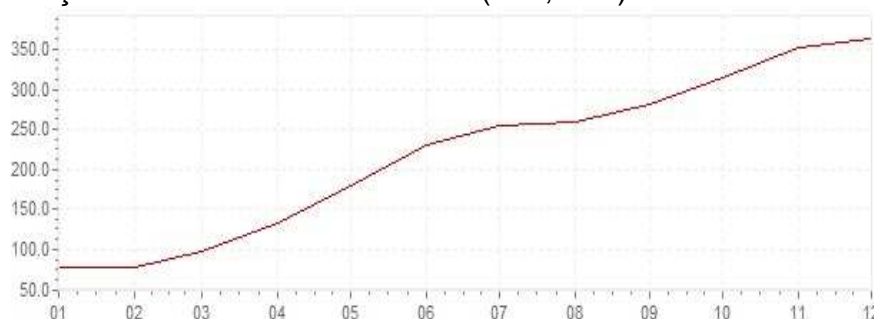
Aludida medida ensejou o aumento expressivo da popularidade do governo, a qual foi retribuída com uma votação esmagadora nas eleições do mesmo ano, visto que o PMDB elegeu vinte e dois governadores em vinte e três possíveis, maioria de senadores, deputados federais e deputados estaduais, consoante números do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, 1986).

Com o apoio dos governos estaduais e com a maioria no Congresso e Assembléia Constituinte, já que os novos eleitos foram justamente agraciados para cumular as duas atividades nos termos da Emenda Constitucional n. 26, em poucos dias restou anunciado o fim do Plano Cruzado, ocasionando a explosão da inflação e, conseqüentemente a redução do consumo, o que se pode extrair do comparativo gráfico abaixo:

Gráfico 1: Inflação média no Brasil em 1986 (167,80%)

Fonte: inflation. eu

Nota: IPC na Brasil em 1986

Gráfico 2: Inflação média no Brasil em 1987 (218,52%)

Fonte: inflation. eu

Nota: IPC na Brasil em 1987

Assim, a década de 1980 brasileira restou marcada por uma crise econômica e inflação descontrolada o que rendeu ao período a denominação de "década perdida", todavia, este mesmo fator negativo mobilizou inúmeros movimentos sociais.

Referidos movimentos sociais, assim podem ser definidos:

(...) foi o tempo da "vez e voz do povo", [onde] o sentido de povo é amplamente recuperado e reelaborado: de clientela cativa, passa a ser visto como aquele que não se deixa cooptar e manipular; de massa amorfa, torna-se um coletivo organizado e predisposto à participação continuada na luta por seus interesses; de um ser subordinado ao Estado-nação e às vanguardas políticas, brota o ser autônomo e independente; de mero objeto das instituições de representação política, emerge o sujeito realizador da democracia de base e direta e propositor de políticas alternativas em torno dos direitos humanos e sociais. (DOIMO, 1995, p.124)

Não se pode negar o papel preponderante dos movimentos sociais no processo de redemocratização brasileira, visto que a partir dos mesmos que tinham

o propósito de conquistar direitos fundamentais sociais, deu-se origem a Constituição Federal de 1988.

Gohn elabora um interessante levantamento acerca dos movimentos, lutas e eventos que marcaram a década de 1980 e que denotam o papel da sociedade na conquista de direitos de cunho social e refletiram no texto da Constituição da República Federativa do Brasil, ainda em vigor (GOHN, 2004):

QUADRO 1: movimentos, lutas e eventos marcantes da década de 1980

Ano	Movimento (s)
1979	* Movimento dos Transportes Coletivos; * Criação do Movimento dos Sem-terras; * Movimentos das Favelas;
1980	* Criação da ANAMPOS - Articulação nacional de Movimentos Populares e Sindicais; * Criação do Partido dos Trabalhadores;
1981	* Movimento dos Trabalhadores para a Construção de centrais Sindicais;
1982	* Criação da Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM); * Criação da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT)
1983	* Movimento de Desempregados em São Paulo; * Criação da CUT - Criação da Central Única dos Trabalhadores
1984	* Movimento Diretas-Já; * Criação dos Mutuários do Banco Nacional de Habitação (BNH); * Movimentos dos Assentamentos Rurais.
1985	* Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra; * Movimento pela Constituinte;
1986	* Criação do Movimento dos Inquilinos Intranquilos; Movimentos dos Proprietários Lacradores de Imóveis
1987	Criação da União dos Movimentos da Zona Leste de São Paulo; Criação da União Democrática Ruralista (UDR)
1988	* Promulgação da Nova Constituinte.

Fonte: Elaboração própria, a partir de GOHN, 2004

No mesmo período a Venezuela que havia ostentado sua condição de vultosa exportadora de petróleo e sustentado a sua economia beneficiando-se dos excessivos aumentos de preço da referida comódite na década de 70, passa a suportar um período de crise:

Ali reinou, como em outros países, a lógica de “fazer o bolo crescer” para depois dividi-lo, e foi possível sustentá-la graças ao crescimento econômico dos anos 70 e à elevação do consumo, até que a receita murchou, nos anos 80, e algumas das velhas fraturas daquela sociedade vieram à tona. (MENDES, 2010. p.8)

No transcorrer da referida década de 1980, a dependência exclusiva da exportação do petróleo mostrou-se como um problema na estrutura econômica venezuelana, que não conseguia manter-se diante da instabilidade dos preços.

No período compreendido entre 1979 e 1984, Luís Herrera Campíns, presidente eleito pelo Copei, governa uma Venezuela que sofria com a crise internacional, a queda do petróleo e o aumento da dívida pública, sendo compelida a desvalorizar a moeda nacional.

Entre 1984 e 1989, no governo de Jaime Lusinschi, o declínio da economia venezuelana persiste, o que fez surgir a necessidade de reforma, a qual foi implementada por meio do Pacto de *Punto Fijo*:

Em 1985 foi criada a Comissão para a Reforma do Estado (Copre), que propôs a adoção de eleições diretas para prefeitos e governadores, algo não previsto pela carta de 1961. Além disso, mudou-se a legislação para as disputas proporcionais, abolindo-se as listas partidárias em favor de postulações pessoais dos candidatos parlamentares. Esse passo auxiliou na consolidação de novos partidos de esquerda, especialmente o Movimento ao Socialismo (MAS, um racha do PCV, no início dos anos 1970) e La Causa Radical (LCR). (MARINGONI, 2009, p. 68)

Todavia, em que pese a reforma venezuelana, resultados não foram conquistados e a crise continuou a se expandir pelo país.

Neste aspecto, as experiências venezuelanas e brasileiras apresentam diversas semelhanças, dentre as quais cita-se a insatisfação social que provocou mudanças significativas na política interna de ambos.

No Brasil, foi nesta conjuntura marcada pelo descontentamento, devido à crise manifestada em várias dimensões, que o universalismo não foi um consenso no aparato burocrático brasileiro, ocasionando as inúmeras manifestações de oposição em relação àquela política externa, o que acabou influenciando os políticos que já pensavam nas eleições presidenciais que ocorreriam em seguida, o que resultou na aprovação e promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, a qual visava marcar a redemocratização e até apresentou avanços de ordem social, ainda que vagos e penderes de regulamentações o que será melhor abordado em momento mais oportuno. Assim, nas primeiras eleições diretas pós duros anos de ditadura, Collor alcança à presidência da república.

Enquanto isso, na Venezuela, os dois partidos mais tradicionais (*Accion Democratica* - AD e *Comité de Organización Política Electoral Independiente* -

COPEI) perderam espaço considerável no jogo político, inclusive por problemas internos, sendo que internamente a linha renovadora da AD consegue se impor e Carlos Andrés Pérez se consolida como candidato do partido governante. Assim, um dos nomes mais renomados da defesa terceiromundista no país, Carlos Andrés Pérez retornou ao governo em 1988 favorecido pela popularidade do governo da AD.

No Brasil, o início do governo Collor marcou a introdução do neoliberalismo, tendo em vista a explícita adoção dos preceitos estabelecidos no Consenso de Washington, enfatizando-se seus três pilares básicos: desestatização, desregulamentação e desuniversalização e agregando-se à abertura econômica e a crítica severa ao desenvolvimentismo da América Latina.

A década de 1990 brasileira se iniciou com uma política externa tendenciosa a se amoldar aos preceitos estabelecidos pelos mencionados países desenvolvidos e alinhado à política estadunidense.

(...) o Governo Collor abandonou a postura defensiva com respeito ao tema ambiental e legislação de propriedade intelectual e elaborou um discurso que interpretava o fim da Guerra Fria como uma fonte de oportunidades e não como o aprofundamento da clivagem Norte-Sul.

Nesse sentido, ao identificar multilateralismo com as "tendências terceiromundistas" das resoluções da ONU, a política externa de Collor se inclinou para os entendimentos individuais com os Estados Unidos, mesmo quando se tratasse de autênticas relações multilaterais. Junto ao GATT, o Brasil aceitou negociar bilateralmente questões que se achavam colocadas no âmbito da Rodada Uruguai, acentando e inclusive defendendo as posições norte-americanas no pacote de regras sobre serviços, patente e propriedade intelectual. Outro efeito da política externa do governo Collor foi a retratação da presença brasileira em várias regiões do mundo, acentuadamente África e Oriente Médio, Elegendo como meta diplomática alcançar o ingresso do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança, o Brasil participava das missões de paz das Nações Unidas e acabou acatando vários itens da nova agenda internacional. (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010, p. 310).

Todavia, a crise e o final inusitado do governo Collor em 1992 comprometeram o ideal neoliberal das elites brasileiras e embora durante o Governo Itamar Franco tenham permanecido as críticas ao modelo de Estado intervencionista e desenvolvimentista, os danos oriundos da abertura unilateral e acelerada da economia motivaram a defesa de um modelo mais brando e protegido de abertura comercial e com políticas de proteção à indústria nacional.

Entretanto, a criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira, a supervalorização do câmbio e as altas taxas de juros do plano real,

logo abalaram a confiança governamental, a qual somente começou a se restabelecer no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com uma inflexão do programa neoliberal (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010).

Carlos Andrés Pérez, eleito presidente da Venezuela em 1988 prometeu a retomada do crescimento (o mesmo havia estado à frente do Estado em um dos períodos mais prósperos para a economia venezuelana, entre 1974 e 1979). Todavia, em seu segundo mandato (1989-1993), Pérez, tomou um caminho diametralmente oposto ao percorrido anteriormente. Assim, pertinente colacionar a síntese abaixo:

A Venezuela tinha uma história recente atípica na América do Sul. O governo eleito de Carlos Andrés Pérez (1974-1979) deu sequência à continuidade democrática que vinha desde o final da década de 1950, e com a nação sendo beneficiada com a riqueza advinda da exploração do petróleo. Tudo parecia indicar que o país entraria em uma etapa auspiciosa. Os gastos públicos em educação, cultura e obras sociais multiplicaram-se, com Caracas desenvolvendo uma política exterior independente, firmando relações diplomáticas com Cuba, apoiando a Argentina no conflito com a Inglaterra e participando do movimento terceiro-mundista. Apesar de todas essas reformas, persistiu na Venezuela uma enorme desigualdade social. A crise, que se abateu sobre a região, não deixou de afetar o país, mesmo na condição de exportador de petróleo. Em 1989, quando Andrés Pérez era eleito pela segunda vez, os anos dourados tinham ficado para trás, tendo o governo que aplicar as mesmas medidas econômicas de austeridade que muitos países do continente já haviam começado a implementar. . (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010, p. 284-285).

Neste segundo governo, Pérez colocou em prática um programa de ajuste e reestruturação econômica (*“El Gran Viraje”*) e promoveu medidas que visavam à reforma do Estado e à modernização do sistema político, executando uma política exterior que priorizava a inserção internacional e auxiliava no processo de abertura e da liberalização da economia nacional, consoante sintetizado abaixo:

As metas do programa eram, nesse sentido, extremamente claras: a partir do protagonismo do grande empresariado nacional e do capital transnacional, flexibilizar a economia de modo a vincular a sociedade venezuelana junto à competição dos mercados internacionais globalizados. (CICERO, 2010, p. 143).

As medidas oriundas do pacote denominado *“El Gran Viraje”* foram o "preço" pelo empréstimo de U\$ 4,5 bilhões dólares do Fundo Monetário Internacional -FMI e foram acompanhadas da promessa de corrigir o rumo da Venezuela e impulsionar o processo de modernização econômica e social, permitindo à Venezuela adentrar ao século XXI:

Figura 2: Manchetes jornalísticas referentes ao “El Gran Viraje”



Fonte: VENEZOLANA DE TELEVISIÓN

Nota: Jornais Diversos

Nesta toada, o segundo governo de Pérez marcou um período de mudanças e o começo da queda dos partidos políticos tradicionais no país, uma vez

que colocou em prática um projeto calcado no neoliberalismo irrestrito e incondicional, plano diametralmente oposto ao desenvolvido em seu primeiro governo, executando como dito, uma política exterior que priorizava a inserção internacional e auxiliava no processo de abertura e da liberalização da economia nacional.

As mudanças promovidas por Carlos Andrés Pérez seguiam as orientações do Consenso de Washington, tais como: restrições dos gastos fiscais; arrochos salariais, estabelecimento das taxas de juros pelo mercado, redução dos subsídios às atividades agrícolas e ajuste das tarifas dos bens e serviços oferecidos pelas empresas estatais (inclusive os preços dos produtos derivados do petróleo no mercado interno) (CICERO, 2010, p. 143).

As novas medidas foram rejeitadas com violência até mesmo pelo partido do governo e agravaram os efeitos da crise, mormente a população mais pobre e o anúncio do aumento de 30% nos preços da gasolina e do transporte urbano, em 26 de fevereiro de 1989, desembocou na insurreição civil que acometeu a capital venezuelana no dia seguinte e culminou no "Caracazo" em 1989, manifestação popular que, apesar do nome, extrapolou em muito a capital Caracas:

Figura 3: Manchete Jornalística sobre o "Caracazo"



Fonte: BOON, 2015.

Nota: Capa do jornal el nacional de 28/02/1989

A partir de 1989, observa-se quatro identificadoras de uma crise de legitimidade no sistema político-econômico da Venezuela: o movimento social "Caracazo" em 1989, onde a população Venezuelana foi às ruas protestar contra as condições econômicas e sociais do país que sofria com a desvalorização do Petróleo, sua principal comódite, e com a corroboração da debilidade do sistema político liberal vigente até então; o levante dos militares em 1992; o aprofundamento do processo de deslegitimação do espaço político a partir da abstenção crescente da população nas eleições no começo da década de 1990 (VIEIRA, 2013, p. 54).

A telesur assim reporta-se ao sangrento episódio do "Caracazo":

Entre el 27 de febrero y el 6 de marzo de 1989, el Ejército y la policía usaron unas 4 millones de balas para reprimir al pueblo, que empobrecido y hambriento salió a las calles para reclamar sus derechos. A esta masacre se le conoce como El Caracazo. (TELESUR, 2017).

No mesmo site, complementando a notícia, tem-se a declaração de Hugo Chávez, sobre o que viu:

“Entré a Fuerte Tiuna y me tocó verlo en guerra. Fui a buscar gasolina con un compadre que era coronel. Me senté en su oficina y veo en el televisor aquel desastre. Salgo al patio, los soldados corriendo y unos oficiales mandando formación y a buscar los fusiles. Y le digo: ‘Mi coronel, ¿qué van a hacer ustedes?’. ‘¡Ay, Chávez!, yo no sé qué va a pasar aquí. Pero la orden que llegó es que todas las tropas salgan a la calle a parar al pueblo’. ‘¿Pero cómo lo van a parar?’. ‘Con fusiles, con balas’, incluso dijo: ‘Que Dios nos acompañe, pero es la orden’. Vi los soldados salir, los soldados logísticos que no son soldados entrenados. Esos son los que hacen la comida, los que atienden los vehículos. Hasta a los mecánicos los sacaron y les dieron un fusil, un casco y bastante munición. Lo que venía era un desastre, como así fue”. (CHÁVEZ, 1989)

Na sequência do "Caracazo", cumpre mencionar o Movimento Bolivariano Revolucionário - 200 (MBR-200), liderado por Chávez, e que foi fundado por militares que haviam se graduado sob a vigência do plano educativo "Andrés Bello", criado em 1971 com o propósito de elevar institutos de formação de oficiais das Forças Armadas venezuelanas e escolas de nível universitário. Foi criado entre 1982 e 1983 com o propósito de discutir a conjuntura do país, a carreira militar e o papel das Forças Armadas na sociedade venezuelana.

Figura 4: Reunião do MBR 200



Fonte: Fuentes, 2013

O número 200 utilizado na nomenclatura, refere-se ao bicentenário do nascimento de Simon Bolívar e seus membros dedicaram-se ao estudo das idéias de três heróis nacionais: Simón Bolívar, Ezequiel Zamora e Simón Rodríguez.

O MBR-200 deu azo para que o então tenente-coronel Hugo Chávez tentasse um Golpe de Estado contra Carlos Andrés Pérez. Assim, em 4 de Fevereiro de 1992, uma corrente militar-revolucionária liderada por Chávez organizou um levante com o objetivo de substituir o governo neoliberal de Carlos Andrés Pérez e convocar uma Assembléia Nacional Constituinte, a qual era o ponto fundamental do Projeto Bolivariano (programa de luta deste movimento militar civilmente apoiado).

Na noite de 3 para 4 de fevereiro, oficiais do Exército, comandados por um tenente-coronel paraquedista de 37 anos, tomam a base aérea Francisco de Miranda, em Caracas, conhecida como La Carlota, cerca a residência presidencial, chamada de La Casona, e promovem sublevações nas bases de Maracaibo, Maracay e Valência.

O tenente-coronel era um ilustre desconhecido. Tinha cara de mestiço, era magro, e chamava-se Hugo Rafael Chávez Frias. (MARINGONI, G. 2009, p. 75).

Enfatiza-se que o referido levante sob o aspecto militar fracassou e Chávez e seus companheiros restaram presos por anos. Ao se render, Hugo Chávez, fez um emblemático discurso na rede televisiva nacional, o qual ficou conhecido sob a expressão *por ahora*:

Primero que nada, quiero dar los buenos días a todo el pueblo de Venezuela y, este mensaje bolivariano va dirigido a los valientes soldados

que se encuentran en el Regimiento de Paracaidistas de Aragua y en la Brigada de Valencia:

Compañeros, lamentablemente, por ahora, los objetivos que nos planteamos no fueron logrados en la ciudad capital. Es decir, nosotros acá en Caracas, no logramos controlar el poder. Ustedes lo hicieron muy bien por allá, pero ya es tiempo de evitar más derramamiento de sangre. Ya es tiempo de reflexionar y vendrán nuevas situaciones y el país tiene que enrumbarse definitivamente hacia un destino mejor. Así que oigan mi palabra. Oigan al Comandante Chávez quien les lanza este mensaje para que, por favor, reflexionen y depongan las armas porque ya, en verdad, los objetivos que nos hemos trazado a nivel nacional, es imposible que los logremos. Compañeros, oigan este mensaje solidario. Les agradezco su lealtad, les agradezco su valentía, su desprendimiento, y yo, ante el país y ante ustedes, asumo la responsabilidad de este Movimiento militar Bolivariano. Muchas gracias. (CHÁVEZ, 1992)

Abaixo uma fotografia com Hugo Chávez, Francisco Arias Cárdenas e Jesús Urdaneta, quando da manifestação em 1992, ilustra o momento.

Figura 5: Hugo Chávez, Francisco Arias Cárdenas e Jesús Urdaneta.



Fonte: Resistência, 2015

Apesar do fracasso militar da tentativa de golpe encabeçada por Chávez e da prisão, Carlos Andrés Pérez sofreu *impeachment* em 1993. Neste sentido:

Pela primeira vez em quatro décadas uma organização política apresentou-se como uma sólida alternativa ao regime *puntofijista*. O golpe de misericórdia ao governo CAP veio quando um escândalo político provocado por rumores de que o presidente havia desviado cerca de U\$ 17 milhões foi denunciado pelo seu próprio partido perante a Suprema Corte de Justiça. No dia 5 de maio de 1993 o tribunal considerou que havia evidências suficientes para afastá-lo do cargo. Além do impeachment, a Pérez foi imposta a pena 23 meses de prisão domiciliar. Era, oficialmente, o fim do *puntofijismo*. (CICERO, 2010, p. 146).

Em regime de emergência, Ramón Velazquez governou a Venezuela de junho de 1993 até as eleições presidenciais no final do ano, quando foi eleito Rafael Caldera, em eleições presidenciais que refletiram a conturbada situação política do país, ao apresentarem uma taxa de abstenção eleitoral de 39,84%, bem superior ao ocorrido nas eleições presidenciais de 1988 que totalizou 18,08 % consoante dados extraídos do próprio Consejo Supremo electoral da Venezuela (VENEZUELA, 2000).

Caldera, alcançou novamente o poder pelo "Convergencia", desvinculando-se de seu antigo partido, o COPEI, pelo qual foi presidente na década de 1970 e fazendo uso de um discurso populista e comprometendo-se a renegociar a dívida externa e evitar privatizações e seu triunfo ocorreu em razão da crítica do povo venezuelano às medidas neoliberais adotadas por Pérez.

O anterior presidente Caldera aproveitou a oportunidade para chegar novamente ao poder. Decidiu realizar uma campanha baseada em sua excelente imagem como reserva moral do país, mesmo tendo seu próprio partido já nomeado seu candidato. Levado por uma aliança entre o recém-fundado Movimento Convergência composto de seus seguidores democrata-cristãos, alguns partidos menores e o Movimento Socialista, ganhou as eleições gerais de 1993 por uma estreita vitória. A ação de Caldera acelerou a erosão do domínio bipartidário que começou nas eleições locais e estaduais de 1992, quando candidatos de outros partidos ganharam um quarto dos governos da Venezuela e a maioria da capital Caracas. Pela primeira vez desde 1968, quando Caldera ganhou sua primeira presidência por uma estreita margem de votos sobre seu mais próximo contendor, os dois primeiros candidatos juntos terminaram com menos de 55 % dos votos. O Congresso ficou tão dividido quanto estava antes de 1973, com a oposição socialdemocrata e democrata-cristã ocupando pouco mais da metade das cadeiras, enquanto o restante ficou dividido em três partes: o governo, os movimentos Convergência e Socialista e os Radicais de oposição. (WELSCH; CARRASQUERO, 1998, p. 4).

Após eleito, em seu primeiro ato, em 1994, Caldera concedeu anistia aos líderes das rebeliões militares de 1992, dentre eles, Hugo Chávez. Em seguida, colocou em prática o Programa de Estabilização e Recuperação Econômica com três principais objetivos: o restabelecimento dos equilíbrios macroeconômicos; o fortalecimento do aparato produtivo interno e; a melhora das condições de vida da população (SOUZA, 2008). No entanto, o programa não logrou êxito, apresentando resultados negativos com aumento da inflação, aumento da taxa de desemprego e consequentemente aumento da pobreza.

Tentando controlar a crise econômica e o crescente descontentamento popular, em 1996, Rafael Caldera recorreu ao FMI e adotou o plano econômico

chamado *Agenda Venezuela*, sobre o qual, a Revista Sobre Relaciones Industriales Y Laborales publicou o denominado Documento II resumindo o mesmo, o qual, traz o seguinte texto de apresentação:

El lunes 15 de abril de 1996, el Presidente de la República, Dr. Rafael Caldera anunció a la nación una serie de medidas contenidas en la llamada Agenda Venezuela, que tienen como propósito fundamental abatir la inflación a través del reestablecimiento de los equilibrios macroeconómicos y la recuperación del crecimiento de la economía.

En esta forma se comienza a superar una larga etapa de transición que se inició con el boom petrolero de los años 1973-1974 cuando el Gobierno Nacional vió incrementada bruscamente la disponibilidad de recursos y comprometió una parte importante de ellos en la creación y ampliación de un grupo de empresas públicas deficitaria, disminuyendo su capacidad para financiar su tradicional política de subsidios generalizados sin apelar al déficit fiscal como nueva fuente de financiamiento. Esta tendencia de agravó posteriormente en los años 80 al producirse un deterioro de progresivo de los precios del petróleo y la crisis de la deuda externa, proceso que impactó desfavorablemente las variables que afectan la inflación y explica en forma fundamental la crisis que actualmente vive Venezuela.

A principios de 1989 se hizo un intento de corregir esa situación con la firma de una Carta de Intención y programas concertados de ajuste estructural con el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial contenidos en el documento conocido con el Gran Viraje. Si bien este programa correspondió a un buen diseño, sus resultados no permitieron lograr una disminución del creciente ritmo inflacionario. Diversos factores contribuyeron a esos resultados. Instrumentación deficiente, falta de apoyo político, entorno institucional enrarecido y ausencia de una política comunicacional, entre otros. (VENEZUELA, p. 213-218)

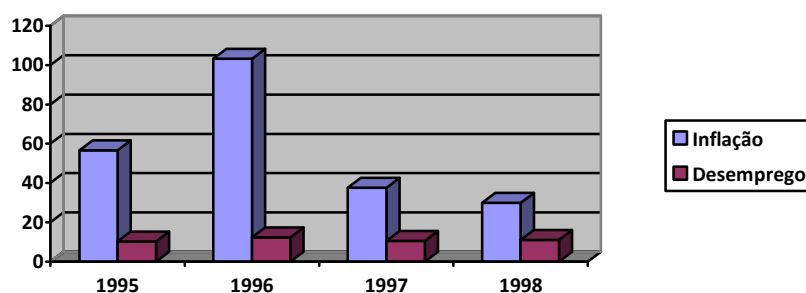
A *Agenda Venezuela* foi engendrada submersa na essência neoliberal e tinha como propósitos: a redução dos gastos e investimentos estatais, por meio de uma política de ajustes fiscais e cortes nos investimentos públicos; evitar o déficit público, por meio de uma reforma tributária; reduzir os encargos para a demissão de trabalhadores sem justa causa, mediante a flexibilização da legislação; instituir um programa de transferências do setor público para o setor privado das atividades relativas a prospecção, refinamento e comercialização do combustível, mediante a abertura petroléira.

O plano agravou ainda mais a situação econômica do país, visto que a inflação chegou a 103,2% em 1997 e o petróleo já não conseguia mais, sozinho, sustentar a economia venezuelana e atender as demandas populacionais.

Assim, com os crescentes índices de endividamento externo, a inflação alta, instabilidade das instituições e a recessão contínua com aumento dos índices de desemprego, ficou claro que a base da economia do petróleo não era sólida o suficiente para sustentar o país em meio à crise internacional e os aproximou dos

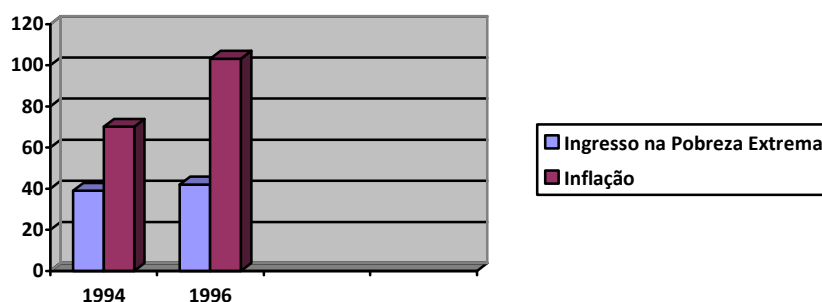
demais países da região, os quais, embora não contassem com o petróleo, suportavam situação similar. Abaixo, traduz-se o período abordado por meio de gráficos:

Gráfico 3: Comparativo: inflação e desemprego entre 1995 e 1998



Fonte: a autora, 2017.
Nota: VENEZUELA, 2016, p. 14.

Gráfico 4: Comparativo: ingresso na pobreza e desemprego entre 1995 e 1998.



Fonte: a autora, 2017.
Nota: VENEZUELA, 2015, p. 139.

A última fase republicana Venezuelana e Brasileira apresenta um hiato de quase uma década. A finais da década de 1980, enquanto ambos os países tentavam superar a crise econômica, o Brasil realizava sua transição de um regime ditatorial para um regime democrático enquanto a Venezuela ainda acompanhava a agonizante morte do regime do Pacto de *Punto Fijo* que apenas daria espaço para uma nova era republicana com a chegada de Chávez ao poder no final da década de 1990. Em outras palavras:

Sem dúvida a sociedade venezuelana realizou uma transição significativa entre 1958 e o início dos anos 80, que resultou num movimento que podemos chamar de “modernização”, para nos mantermos presos aos termos do debate. Essa transição se deu sob um regime democrático

atípico no continente. Porém, é impossível não traçar um paralelo entre a profunda crise que atingiu aquele país nos anos 80 e a que encontramos nos vizinhos que viviam, no mesmo período, o processo de abertura democrática: os anos de “modernização” tinham conservado intactas algumas questões a serem superadas no caminho rumo à almejada verdadeira democracia. No Brasil, por exemplo, recorreu-se à expressão “modernização conservadora” para classificar o processo de mudanças sem grandes rupturas sob o regime militar. Talvez seja possível aplicar esse conceito ao caso venezuelano, mesmo que ali as transformações tenham se dado sob um sistema político que adotasse a forma democrática, pois os dados mais importantes, afinal, são o seu conteúdo e os seus resultados. (MENDES, 2010, p. 8)

Entretanto, não foi só essa semelhança e uma situação de crise que ensejou em Brasil e Venezuela a possibilidade de uma aproximação. Outros fatores, como as questões de segurança envolvendo a região amazônica diante de ameaças externas de internacionalização da região geraram preocupação e foram determinantes para os primeiros passos de uma cooperação concreta entre ambos, despertando não só para os benefícios da aproximação, mas os malefícios do afastamento que perdurava até então, o que se extrai a partir da exposição acerca da criação do Tratado de Cooperação Amazônica no próprio sitio eletrônico do Itamaraty:

(...) As origens da organização remontam a 1978, quando, por iniciativa brasileira, os oito países amazônicos assinaram, em Brasília, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), com o objetivo promover o desenvolvimento harmônico da região e o bem-estar de suas populações, além de reforçar a soberania dos países sobre seus territórios amazônicos. O fortalecimento da cooperação regional é o principal meio para alcançar esses objetivos. (...) (BRASIL. MRE. 2017)

Todavia, em que pese imprescindível citar estes fatores como motivadores destes primeiros passos de aproximação, os quais desembocam no Tratado de Cooperação Amazônica abordado a frente, em razão da complexidade da temática e do fato de não estar situado no cerne do presente trabalho, deixa-se de realizar uma exposição mais minuciosa, a qual, certamente demandaria um trabalho específico.

3.2 BRASIL E VENEZUELA NA SEGUNDA ONDA INTEGRACIONISTA: DO DESINTERESSE MÚTUO AOS ACORDOS BILATERAIS

A aproximação da Venezuela com o Brasil se inicia em 16 de novembro de 1977 com a visita de Carlos Andrés Pérez a Brasília e em seu discurso de saudação, o Presidente Ernesto Geisel menciona não só o distanciamento dos dois países até aquele momento, como destaca o espírito de ambos em não desejar e não aceitar hegemonias.

Pela primeira vez, Brasília acolhe um Chefe de Estado da Venezuela (...) Não obstante a extensão da fronteira comum, a importância dos interesses regionais de que compartilhamos e a coincidência, em tantas de nossas posições no campo da política internacional, o relacionamento entre o Brasil e a Venezuela, por muito tempo, esteve marcado por distorções características das relações entre países em desenvolvimento, excessivamente dependentes de suas vinculações a países desenvolvidos. É mérito nosso, da Venezuela e do Brasil, havermos sido dos primeiros e dos mais ativos países a propugnar por um reordenamento econômico internacional que diminua essas distorções (...) Não obstante a vizinhança que nos une, as características de crescimento histórico a que me referi de início fizeram com que nossos interesses comuns maiores se manifestassem a partir de coincidências nos planos mais vastos da cooperação internacional. Já mencionei as posições que nos aproximaram no diálogo político e econômico entre o Sul e o Norte. Desejo agora referir-me às coincidências no plano regional. (...) A cooperação e o respeito mútuo são a inspiração de nossa convivência com os vizinhos do Continente e, estamos certos, a chave para que esse relacionamento prospere de modo a trazer, a todos, o progresso e a paz que entendemos só serem definitivos se solidários. Dentro dessa óptica, não cabem aspirações hegemônicas nem ambições de preponderância entre as nações do Continente. (...) Em nossa ação externa no continente, guiamo-nos pela fidelidade irrestrita ao ideal pacifista do povo brasileiro e a seu espírito de cooperação, de conciliação e de amizade com os povos todos da América. Sentimentos esses que encontram a mais perfeita correspondência nos ideais da unidade com que sonhou o maior dos compatriotas de Vossa Excelência, o libertador Bolívar, grande entre os grandes na admiração e afeto de todos nós. Tal é o espírito que tem animado tantas iniciativas venezuelanas em busca de uma integração maior dos países latino-americanos. (...) Em ambos os casos, do SELA e do Pacto Amazônico, o que realmente se busca, em graus diferentes embora, é a harmonização e conjugação de interesses no âmbito da América Latina. Senhor Presidente, Através da cooperação multilateral de caráter universal ou regional, aprendemos a nos conhecer melhor. Agora, as iniciativas que pretendemos tomar em conjunto, no plano sub-regional, ainda mais nos aproximarão, entre outras razões pelo simples fato de que a floresta amazônica, que nos separa, será, dominada pelo homem, um traço de união. No plano estritamente bilateral, muito ainda podemos fazer para trazer o intercâmbio de toda ordem, entre nossos países, a níveis compatíveis com as dimensões e possibilidades das respectivas economias. Nosso comércio pode ser ampliado e diversificado, pois substancial é a complementaridade entre nossas pautas de exportação. (...) (GEISEL, 1977, p.321-336)

O encontro, ocorreu ainda no contexto da primeira onda integracionista e começa a se materializar com o Tratado de Cooperação Amazônica, o qual tinha um propósito bastante peculiar, pois visava o desenvolvimento integrado e sustentável da bacia do norte, a partir de esforços conjuntos dos subsistemas amazônicos brasileiro, andino e das Guianas e ia além de cooperação entre um eixo-norte Brasil e Venezuela, tendo também o propósito de garantir os interesses e otimizar as relações de seus signatários com ênfase as relações fronteiriças.

Os objetivos condicionantes da criação do TCA ficam evidenciados na exposição de motivos do mesmo:

As Repúblicas da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela, CONSCIENTES da importância que para cada uma das Partes têm suas respectivas regiões amazônicas como parte integrante do seu território; ANIMADAS do propósito comum de conjugar os esforços que vêm empreendendo, tanto em seus respectivos territórios como entre si, para promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia, que permita uma distribuição eqüitativa dos benefícios desse desenvolvimento entre as Partes Contratantes, para elevar o nível de vida de seus povos e a fim de lograr a plena incorporação de seus territórios amazônicos às respectivas economias nacionais; CONVENCIDAS da utilidade de compartilhar as experiências nacionais em matéria de promoção do desenvolvimento regional; CONSIDERANDO que para lograr um desenvolvimento integral dos respectivos territórios da Amazônia é necessário manter o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente; CÔNSCIAS de que tanto o desenvolvimento sócio-econômico como a preservação do meio ambiente são responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado e que a cooperação entre as Partes Contratantes servirá para facilitar o cumprimento destas responsabilidades, continuando e ampliando os esforços conjuntos que vêm realizando em matéria de conservação ecológica da Amazônia; SEGURAS de que a cooperação entre as nações latino-americanas em matérias específicas que lhe são comuns contribui para avançar no caminho da integração e solidariedade de toda a América Latina; PERSUADIDAS de que presente Tratado significa o início de um processo de cooperação que redundará em benefícios de seus respectivos países e da Amazônia em seu conjunto, RESOLVEM subscrever o presente Tratado: (...) (BRASIL. Tratado de Cooperação Amazônica. 1978)

O momento em que nasce o referido Tratado também faz-se importante ressaltar, mormente em razão as discussões ambientais que exsurtem no período, o que pode assim ser especificado:

(...) nasceu em 1978 exatamente no período em que o sistema internacional dava sinais de mudanças de paradigmas importantes, tanto no campo político, quanto no econômico. A agenda internacional incorpora com vigor às discussões internacionais os temas pertinentes ao sócio-ambientalismo, aos direitos humanos e aos padrões técnicos de reprodução do capital. Os Estados periféricos como Brasil, Bolívia, Equador, Guiana,

Peru e Suriname, governados por ditaduras, percebiam os movimentos ambientalistas como pontas de lança dos interesses das potências na “internacionalização” da Amazônia. (SANTOS, 2011, p.249)

A mencionada aproximação segue como expõe Cervo:

(...) O primeiro indicador da mudança em curso nas relações regionais advém do memorando entregue às autoridades venezuelanas, aos 6 de novembro de 1979, pelo governo brasileiro. A mudança de filosofia consistia na transformação do Estado desenvolvimentista, divorciado da economia de mercado, em Estado logístico, cuja função consistiria em dar suporte operacional a projetos de cooperação a serem implementados por empresas públicas e privadas. A participação brasileira em empreendimentos venezuelanos era, então, prevista em diversos e variados setores de atividades, tais como a implantação de um complexo siderúrgico e de outro para a produção de valores, a construção de casas pré-fabricas, as produções de açúcar e de óleo de palma, a prospecção de urânio, a indústria alimentícia, a exploração mineral, a transmissão de eletricidade. (CERVO, 2014, p.200)

Essa concepção também pode ser visualizada por meio da Declaração Conjunta firmada em 07 de novembro de 1979, quando da visita do Presidente Figueiredo ao Presidente Luís Herrera Campíns na Venezuela, onde ambos reafirmam a ideia de cooperação já no primeiro parágrafo da referida declaração:

Ao analisar o estado atual das relações entre o Brasil e a Venezuela, comprovaram, com satisfação, que as mesmas alcançaram alto grau de desenvolvimento. Manifestaram, ao mesmo tempo, sua confiança na ampliação e consolidação da cooperação brasileiro-venezuelana, em todos os campos das relações entre as duas nações, vinculadas não só pela proximidade geográfica, mas também por amizade fraterna e laços comuns históricos e culturais. (Declaração Conjunta Brasil-Venezuela, 1979)

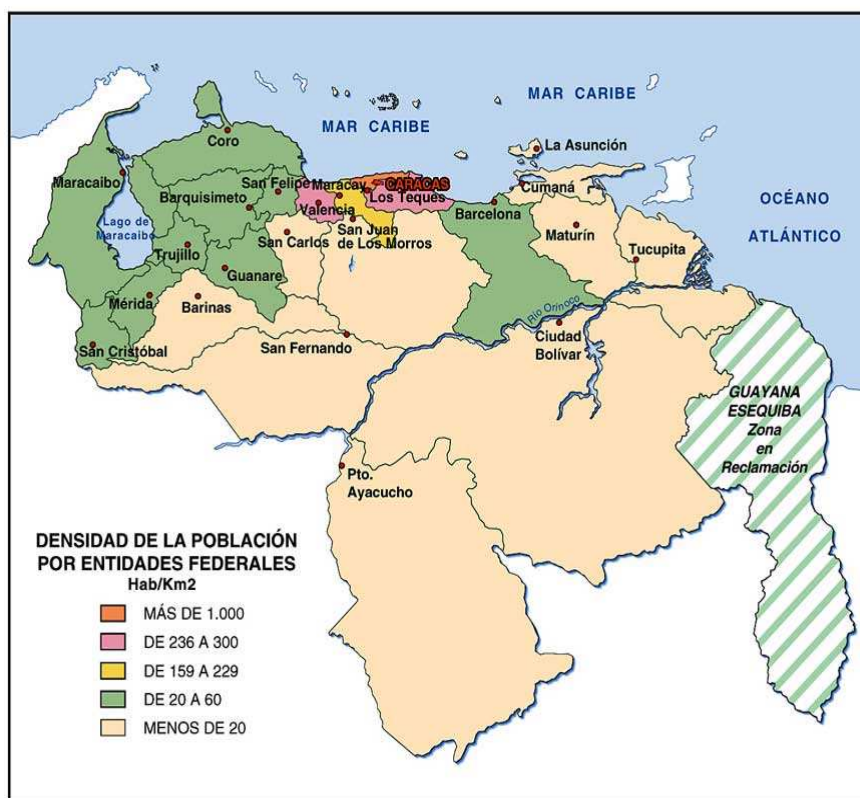
Apesar deste auspicioso momento inicial, o TCA enfrentou inúmeras dificuldades de cooperação entre os países Amazônicos, dentre as quais as atividades ilícitas na região como a biopirataria, além de conflitos fronteiriços e somente no ano de 2002 restou institucionalizado sob a OTCA, o que já se desdobra sob a terceira onda de integração e será abordado em momento mais oportuno.

Ainda, não se pode deixar de mencionar, que, embora não tenha correspondido a sua expectativa de criação, o TCA, ainda na década de 1980 propiciou *grandes vitórias à diplomacia brasileira, em outras organizações internacionais que foram levadas a discuti-lo, inclusive a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992* (CERVO, 2014, p. 201), bem como sob a expectativa de integração regional a partir do eixo Brasil-

Venezuela, já que os dois países compartilham grande parte da Amazônia e, segundo Franklin compartilham uma fronteira de 2.200 quilômetros, sendo que o espaço Amazônia-Orinoco destaca-se pela quantidade e qualidade de recursos que comporta em termos de bacias hidrográficas, energia, minério de ferro e biodiversidade, motivo pelo qual alcança demasiada importância no quadro geopolítico regional e internacional, despertando, inclusive, o interesse internacional (FRANKLIN, 2012, p.18).

Dentro desta ótica, é fato que Brasil e Venezuela compartilham o problema do vazio demográfico na região amazônica, visto que o norte do Brasil, tal como o Sul da Venezuela possuem os menores índices de desenvolvimento humano de cada um dos países (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2010 e INE, 2011).

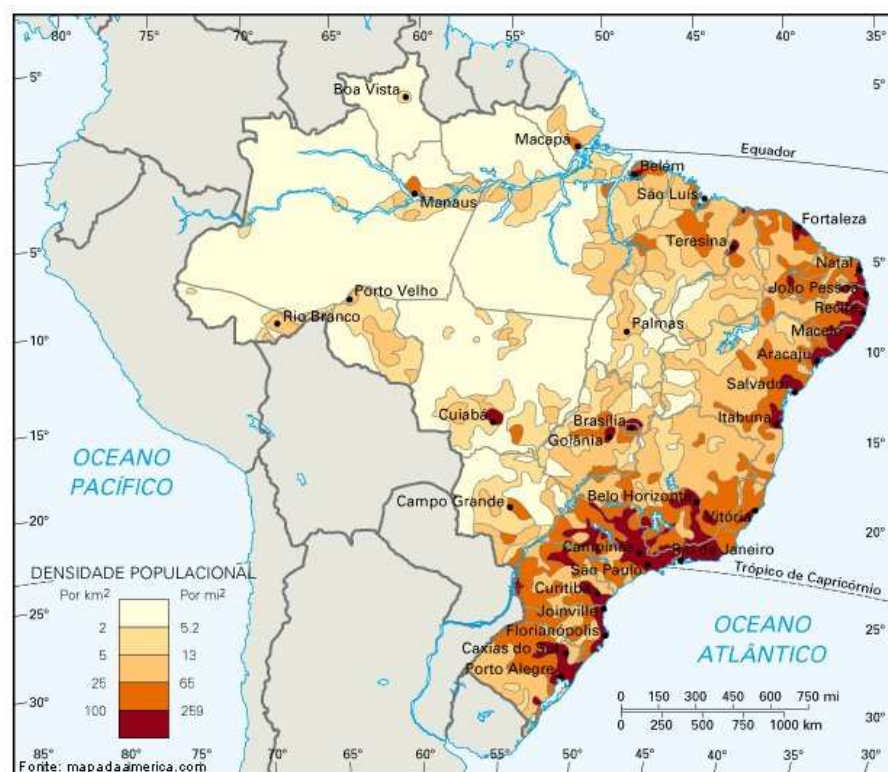
Mapa 1: Densidade demográfica na Venezuela



Fonte: a-Venezuela, 2017.

Nota: A densidade populacional da Venezuela.

Mapa 2: Densidade demográfica no Brasil



Fonte: PARANÁ, 2017.

Nota: A densidade populacional do Brasil

Essa ausência de ocupação demográfica denota a baixa infraestrutura da região e o pouco desenvolvimento, reflexo das próprias peculiaridades da região e o compartilhamento desse problema de alta complexidade apresentou-se como um fator hábil a demonstrar a necessidade de integração entre as duas nações a fim de promover soluções propiciando o desenvolvimento da região.

Também em 1980 foi implantada em Caracas, na sede do Instituto de Altos Estudos da América Latina da Universidade Simón Bolívar, o Centro de Estudos Brasileiros, o qual tinha por escopo implementar atividades de investigação, docência e extensão concernentes à realidade brasileira e às relações entre o Brasil e os países na América Latina, bem como os processos de integração da América Latina que o Brasil fazia parte (CERVO, 2014, p.202).

Assim, no transcorrer do novo regionalismo (final da década de 1980) Brasil e Venezuela passaram a demonstrar disposição em incrementar seus lastros comerciais e econômicos.

O Brasil, demonstrou tal inclinação ao buscar consolidar o processo de aproximação econômica e diplomática com a Venezuela que havia se iniciado em

1977, inclusive mediante o protocolo de intenção com o governo venezuelano e mexicano para a criação da multinacional Petrolatina¹¹.

Já a Venezuela mantinha o foco da sua política externa nas relações com a região do Caribe e da América Central. Entrementes, estendeu referido foco para a cooperação e integração latino-americana, visando ao menos consolidar sua relação com o Brasil.

Assim, os objetivos da política externa da Venezuela ao termo do mandato de Herrera Campins (1984) podem assim ser resumidos e definidos: solução para a reivindicação territorial sobre o Essequibo; envolvimento político em favor da Argentina, durante o conflito das Malvinas; relativo distanciamento dos E.U.A; permanente atenção a região caribenha e centro-americana; estreitamento da relação com o Brasil (CERVO, 2014, p. 205).

Mas, apesar das intenções e dos degraus suplantados, os projetos de cooperação regional foram freados pela recessão enfrentada por ambas economias e viveram um período de esquecimento, sendo que o Brasil olhava com muito mais interesse para a Argentina (eixo do Cone-Sul) do que para a Venezuela:

(...) Em termos estratégicos, foi um erro abandonar a integração com a Venezuela, visto que adquiria caráter complementar. Com efeito, a Argentina, desprovida de grandes empresas, representava um importante mercado de consumo para as exportações brasileiras, fato que forçou a integração produtiva, delineada nos protocolos de 1986, a converter-se apenas em integração comercialista, com o tratado de 1991. Mas a Venezuela abria a perspectiva de, por meio da associação, dar nascimento a grandes empresas de matriz venezuelano-brasileira capazes de se tornar latino-americanas e transnacionais nas áreas de prospecção do petróleo, petroquímicas, siderurgia e hidroeletricidade, conforme já se aventara nos meios dirigentes. (CERVO, 2014, p.212)

O referido autor, ainda justifica tanto o caráter meramente comercial que adquiriu o Cone Sul como o esquecimento da integração produtiva no eixo-norte a partir do abandono do paradigma desenvolvimentista de política exterior na década

¹¹ Protocolo assinado em 1981 visando a criação de uma multinacional latino-americana, a Petrolatina entre Venezuela, México e Brasil e suas respectivas empresas petrolíferas: a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), a Petróleos de México (PEMEX) e a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). A Petrolatina seria a primeira empresa transnacional criada por países em desenvolvimento. Contudo, o contexto de recessão econômica da década de 1980 inviabilizou o projeto (BARROS, 2007, p. 127). Embora o referido projeto tenha permanecido "engavetado" por longos anos, o gesto diplomático brasileiro foi um importante passo na mudança da identidade negativa do Brasil subimperialista perante a Venezuela (VILLA, 2005, p. 70).

de 1980, o que se consegue visualizar a partir dos documentos fundacionais do MERCOSUL, iniciando-se pela Declaração de Foz do Iguaçu em 1985:

(...)

7. Os Presidentes coincidiram na análise das dificuldades por que atravessa a economia da região, em função dos complexos problemas derivados da dívida externa, do incremento das políticas protecionistas no comércio internacional, da permanente deterioração dos termos de intercâmbio e da drenagem de divisas que sofrem as economias dos países em desenvolvimento. 8. Concordaram, igualmente, quanto à urgente necessidade de que a América Latina reforce seu poder de negociação com o resto do mundo, ampliando sua autonomia de decisão e evitando que os países da região continuem vulneráveis aos efeitos de políticas adotadas sem a sua participação.

(...)

13. Ao examinarem a cooperação desenvolvida no âmbito da Bacia do Prata, manifestaram a vontade política das duas Nações de impulsionar ações bilaterais e multilaterais destinadas ao cumprimento dos objetivos do Tratado de Brasília, com renovado dinamismo e em bases pragmáticas.

(...) (DECLARAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU, 1985)

O referido documento ainda exterioriza o interesse de aprofundamento nos vínculos de cooperação econômica, também nas áreas da indústria, energia, transporte e comunicação.

Logo em seguida, já em 1986, Brasil e Argentina firmaram a Ata para Integração, a qual ocasionou a criação do Programa de Integração e Cooperação entre Argentina e Brasil, visando viabilizar um relação mais harmoniosa em assuntos econômicos e políticos e se estendeu com o ingresso do Uruguai por meio da Ata do Alvorada em 1988, a Declaração de Buenos Aires em 1990 e, por fim, o Tratado de Assunção, criando efetivamente o Mercosul em 1991, com Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai como países membros, o que apenas cita-se neste momento, visto que o foco é justamente a interrupção que as tratativas de iniciativa Mercosul ocasionam na relação entre Venezuela e Brasil no transcorrer da década de 80.

Todavia, em 17 de outubro de 1987, com o escopo de retomada integracionista e com o propósito de desencadear um moderno processo de integração, os presidentes Jaime Lusinchi e José Sarney, agiram proativamente para conferir eficácia à aproximação mencionada ao firmarem o Compromisso de Caracas, o qual tinha o escopo principal de criar um eixo regional hábil a promover o processo de integração do Sul da Venezuela com o Norte do Brasil:

(...)

37. Como resultado dos trabalhos desenvolvidos durante o transcurso da presente visita, o Presidente José Sarney e os Presidentes Jaime Lusinchi aprovaram o seguinte Programa de Ação a ser executado pelo Brasil e pela Venezuela:

1. Manter um diálogo político permanente entre os Chanceleres de ambos os países, a fim de examinar temas relevantes e de interesse tanto no campo bilateral, quanto em nível de organismos regionais e mundiais.

2. Avançar consultas com vistas ao estabelecimento de um Programa Especial de Cooperação e Complementação Brasileiro-Venezuelano, com base nas experiências e potencialidade de ambos os países.

3. Celebrar a IV Reunião da Comissão de Coordenação Brasil-Venezuela, em abril de 1988, em Brasília, convencidos da extrema importância e utilidade da referida Comissão no âmbito das relações entre os dois países. Nesta reunião, entre outros, se dará especial importância aos seguintes temas: (...) E. Examinar os meios mais adequados para a cooperação em matéria de comércio fronteiriço (...)

5. Formalizar o Convênio Geral de Cooperação entre Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) e o Petróleo da Venezuela SA (PDVESA), com o propósito de promover a colaboração conjunta e o assessoramento mútuo nas atividades das indústrias petrolíferas e petroquímicas.

(...)

8. Implementar as modalidades específicas de cooperação necessárias para asfaltar a Rodovia BR-147, ao norte de Boa Vista, até o marco BV-8, na fronteira entre ambos os países.

(...) (DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL- VENEZUELA, 1987).

Com a concretização do processo redemocratização brasileira, a Venezuela imprimiu mais confiança nas relações estabelecidas, mormente com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, a qual assegurava o compromisso brasileiro com a democracia, com os direitos fundamentais individuais e sociais, além de expressamente consignar a priorização à integração econômica, política, social e cultural com os povos da América Latina em seu artigo 4º, parágrafo único:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

(...)

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

(BRASIL, 1988)

A fim de corroborar o exposto acima:

Após a volta do regime democrático no Brasil, as relações gradativamente foram se situando em novos níveis de cooperação que alcançaram algum grau de dinamismo que se prolongará por muito tempo. Os anos noventa, especialmente durante os mandatos de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), situaram as relações bilaterais

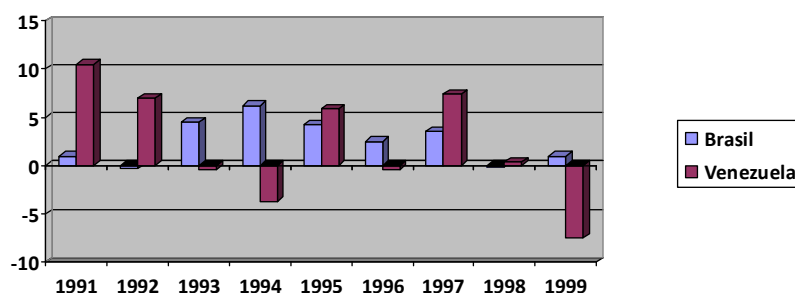
em um novo plano que respondia a interesses e realidades convergentes entre países vizinhos. (URRUTIA. 2011. p. 108)

Assim, na primeira década após a Guerra Fria (década de 1990), na esteira da abertura política, a maioria dos países da América do Sul executaram os programas neoliberais minimizando o papel estatal e permitindo maior trânsito e lucro do capital estrangeiro, por meio da abertura econômica, liberalização de mercados e privatização de empresas estatais, dando azo ao regionalismo aberto. Essas medidas neoliberais foram acompanhadas de reformas constitucionais com o intuito de viabilizar a liberalização dos mercados e a fragilização dos marcos regulatórios que dificultaram a ação do mercado e capitais estrangeiros.

Desta feita, ao termo da década, o modelo neoliberal experimentado por grande parte dos países sul-americanos submergiu na crise e os resultados conquistados com a implementação do modelo não se apresentaram satisfatórios.

Corroborando o exposto acima, cumpre expor alguns dados que denotam a falta de êxito das referidas experiências neoliberais. No Brasil, a taxa média anual de crescimento do PIB atingiu apenas 1,7% até 1999, sendo bem inferior a taxa média anual da década de 80 que foi de 3%. Ainda, apesar do controle da inflação por meio do Plano Real em 1994, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aumentou a distância salarial entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres. Em 1992 a diferença entre o pico e a base da pirâmide nacional de rendimentos era de cerca de treze salários mínimos em 1999, alcançou a aproximadamente dezessete (RENDA CRESCE *apud* ALVES, 2002). Ainda meio do repositório estatístico da CEPAL, cumpre verificar o Produto Interno Bruto de Brasil e Venezuela no transcorrer da década de 1990:

Gráfico 5: Comparativo entre o PIB de Brasil e Venezuela na década de 1990

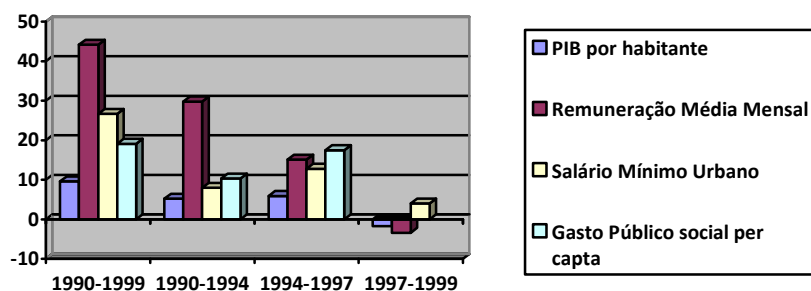


Fonte: a autora, 2017.

Nota: CEPAL, sobre la base de cifras oficiales convertidas a dólares a precios constantes 1995, p. 36

Também por meio de repositório estatístico da CEPAL, é possível visualizar a evolução de alguns indicadores socioeconômicos de Brasil e Venezuela no transcorrer da década de 1990:

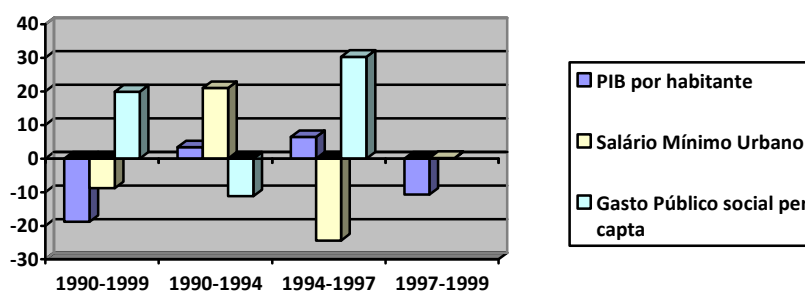
Gráfico 6: Evolução de alguns indicadores socioeconômicos no Brasil no transcorrer da década de 90



Fonte: a autora, 2017.

Nota: CEPAL, sobre la base de información oficial suministrada por los países.p. 229-230

Gráfico 7: Evolução de alguns indicadores socioeconômicos na VENEZUELA no transcorrer da década de 90



Fonte: a autora, 2017.

Nota: CEPAL, sobre la base de información oficial suministrada por los países.p. 230

Neste sentido, sob o prisma econômico e social, as experiências neoliberais tanto brasileira como venezuelana não culminaram no desenvolvimento econômico e social e não auxiliaram na contenção de crises futuras. Muito pelo contrário, tal como na maioria dos países da América do Sul, a abertura de mercado abrupta e mal calculada ocasionou o aumento da vulnerabilidade e instabilidade desses mercados perante os menores abalos na economia mundial.

Dessa forma, após as diversas crises, o deslumbramento com a solução neoliberal foi atenuado e o discurso em favor da globalização absoluta foi posto à prova. As economias subdesenvolvidas se deram conta de que a

globalização também poderia ser excludente e notaram que somente a união de forças poderia trazer algum resultado no âmbito da diminuição de suas vulnerabilidades externas frente aos países centrais. O discurso em favor da globalização foi substituído pela crítica à globalização assimétrica. (NUNES, 2011, p.58)

Nesta perspectiva e diante do contexto econômico e social acima exposto, no contexto do regionalismo aberto, os processos de integração da América do sul hesitaram entre a adesão e a resistência ao processo de globalização.

Todavia, apesar desta hesitação, foi neste mesmo período que o fato da Venezuela ser um país andino, amazônico e caribenho concomitantemente, exportador de petróleo e com influência na América Central, finalmente foi devidamente observado pelo Brasil.

De fato, as peculiaridades venezuelanas passaram anos nas sombras, somente sendo reconhecidas efetivamente pelo Brasil a partir dos anos 90 e culminando em um incremento das relações bilaterais entre os dois países, o que se vislumbra a partir da análise dos documentos firmados entre os dois países e abaixo esmiuçado. Observa-se que com essa mudança de prisma, foi conferida maior ênfase a uma aproximação mais sólida, como uma possível parceira na construção de uma política regional.

Também foi neste período que a Venezuela, até então com seus interesses voltados quase que inteiramente ao Caribe e aos Estados Unidos, a fim de superar a crise econômica em que se encontrava inserida, expandiu seus horizontes para a América do Sul e constatou no Brasil uma possibilidade de diversificação de seus parceiros. A fim de corroborar o exposto:

“o interesse venezuelano manifestou-se em 1990 quando o presidente Pérez assistiu aos eventos de posse do novo presidente Collor de Mello. Desde então, seguiram-se diversos encontros entre os dois líderes nos quais foram discutidas questões prioritárias da agenda binacional – em especial os temas de meio ambiente e desenvolvimento – fortalecendo as relações. Inclusive, se avançou em torno da ideia da criação de uma zona de livre comércio na América Latina, e em torno de questões de caráter ecológico e de segurança fronteiriça” (ROMERO, 2002, p. 142).

Assim, durante o período em que esteve à frente do Brasil, Itamar Franco propiciou um aprofundamento qualitativo nas relações com a Venezuela e ao final de

1992, pouco antes do afastamento de Pérez do poder, galgou os primeiros degraus em direção a uma dinamização das relações com a Venezuela.

Em seu primeiro discurso como titular da Presidência da República, em 30/12/1992, Itamar Franco já mencionou o compromisso de manutenção do Pacto Andino, bem como a integração do Brasil, além do Cone Sul:

O mundo, depois da guerra fria, se organiza em grandes blocos regionais, que prenunciam uma sociedade política universal. Estamos participando do MERCOSUL, e sentimos salutar desafio diante da integração continental. Ao mesmo tempo em que avançamos na integração do Cone Sul, mantemos os nossos compromissos com o Pacto Amazônico. É o que nos determina a Constituição Federal em um dos seus dispositivos: «A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações».

A nossa participação na sociedade mundial prometida pelo novo milênio pressupõe a nossa própria integração. A associação com os países meridionais não será apenas a integração do Sul do País com o Sul do Continente, mas, sim, a integração do Brasil como um todo com seus vizinhos austrais. (FRANCO, 1992, p. 13)

Ainda em dezembro de 1992, Itamar Franco lançou as bases da Iniciativa Amazônica com o intuito de robustecer as relações econômicas e comerciais com os vizinhos do norte (interesse no petróleo da Venezuela, no gás da Bolívia e do Peru e também no carvão da Colômbia):

A par do extraordinário impulso representado pelo MERCOSUL, estamos agora tomando medidas para reforçar o Tratado de Cooperação Amazônica, com a criação de uma Secretaria Permanente, para a qual oferecemos Brasília como sede paralelamente, presento apresentar - durante minha próxima visita ao Uruguai e no foro maior da integração latino -americana que é a ALADI - uma nova iniciativa, com vistas à aproximação econômica e comercial entre o Brasil e seus vizinhos amazônicos. (FRANCO, 1992, págs. 27 e 28)

Destaca-se que, em 28 de dezembro de 1992, Itamar Franco voltou a reafirmar o compromisso com as iniciativas na região amazônica, bem como que os mesmos serviriam para ampliar as possibilidades de cooperação e integração dos países da região com o Brasil.

Ainda, em 15 de outubro de 1993, ao Discursar na Primeira Sessão de Trabalho em Assuntos Políticos, durante a VIII Cúpula Presidencial do Grupo Rio, Itamar assim declarou:

A última Cúpula do Grupo do Rio, em dezembro último, em Buenos Aires, foi a ocasião escolhida pelo Brasil para o lançamento da Iniciativa Amazônica. Esta surgiu da percepção clara de que deveríamos aprofundar o relacionamento econômico com nossos parceiros amazônicos, o que inclui os países do Grupo Andino, além da Guiana e do Suriname. Prosseguem, com êxito, as negociações nesse sentido. De minha parte — animado pela receptividade que teve a proposta brasileira — continuarei a perseguir este objetivo com determinação.

Com a conformação da União Aduaneira do Mercosul, poderemos dar o primeiro passo concreto para o adensamento de vínculos entre o Mercosul e o conjunto dos países amazônicos. (FRANCO, 1993, p. 27-28)

Em 04 de março de 1994, ao discursar no almoço oferecido pelo Presidente Rafael Caldera, novamente Itamar enfatiza a necessidade de transformação por meio da aproximação:

As relações entre o Brasil e a Venezuela se beneficiam de uma conjuntura histórica favorável ao adensamento do diálogo e ao fortalecimento da cooperação. Minha visita traz essa mensagem: vamos transformar a separação da fronteira numa convergência para o desenvolvimento — o homem é mais importante que o marco divisório. (FRANCO, 1994, p. 55)

Ainda, em 04 de março de 1994, Itamar Franco e Rafael Caldera, a partir do encontro de *La Guzmania*, assinaram os mais significativos acordos da história entre os dois países até aquele momento, tomando contornos positivos e promissores. No referido documento, Brasil e Venezuela, acordaram nos termos abaixo colacionados:

1. Estabelecer uma Comissão Binacional de Alto Nível, que terá mandato amplo e será presidida pelos Ministros de Relações Exteriores de ambos os países e integrada pelos Ministros responsáveis por temas relevantes para a cooperação bilateral.

2. A Comissão poderá realizar suas sessões por ocasião dos encontros presidenciais.

3. A Comissão reunir-se-á alternadamente no Brasil e na Venezuela. A agenda e a data das reuniões serão acordadas pelos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países, no quadro do Mecanismo de Consulta Política.

Com vistas a assegurar o necessário apoio às deliberações da comissão, as delegações de ambos os países deverão, conforme a necessidade, incluir representantes de outros órgãos governamentais cujas competências sejam relevantes para o tratamento de temas incluídos, na agenda.

A Comissão poderá estabelecer órgãos subsidiários para o exame de temas setoriais ou específicos.

6. Em sua primeira sessão, a Comissão estabelecerá um programa geral de trabalho e as correspondentes prioridades, a fim de garantir a crescente obtenção de benefícios concretos na promoção de uma cooperação frutífera e duradoura.

(...) (PROTOCOLO DE LA GUZMANIA, 1994)

Assim, os compromissos assumidos em *La Guzmania* geraram uma intensa agenda de reuniões, que perdurou ainda durante os governos de Fernando Henrique e Rafael Caldera, sendo que este esteve em Brasília nos anos de 1994 e 1996 e o Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve em Caracas no ano de 1995. Neste sentido:

En marzo de 1994 se da un salto en las relaciones, cuando los presidentes Rafael Caldera e Itamar Franco se reúnen en Venezuela y firman el “Protocolo de la Guzmania”, mediante el cual se acuerda una ampliación e intensificación de las relaciones, y en julio de 1995 el Presidente Fernando Henrique Cardoso visita Caracas donde asiste a los actos oficiales de la Firma del Acta de Independencia de Venezuela. En esta oportunidad, el Presidente brasileño se refiere en forma explícita a la importancia de la convergencia entre los procesos subregionales del Mercosur y del Pacto Andino. (MENDIBLE. 2013, p. 265)

A fim de corroborar o exposto, cita-se parte do Discurso de Fernando Henrique Cardoso por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente Rafael Caldera, em 04/07/1995.

Sr. Presidete,

Este é o terceiro encontro de Chefes de Estado do Brasil e da Venezuela em um período de um ano e meio. Isso traduz um compromisso político e um programa de trabalho.

Nossas Chancelarias e a Comissão Binacional de Alto Nível trabalham em ritmo acelerado, para ampliar a moldura institucional necessária para intensificação da cooperação bilateral.

(CARDOSO, p.12)

Em *La Guzmania*, foram criados o Mecanismo Político de Consulta -MPC com 7 atos no ano de 1994 e a Comissão Binacional de Alto Nível - Coban, presidida pelos chanceleres e integradas por diversos ministros de Estado, a qual realizou 6 encontros naquele ano, dentre os quais cumpre citar os Grupos de Trabalhos atinentes ao comércio e integração, transporte, energia, agricultura e comunicação e desenvolvimento de fronteira.

É preciso fazer uma menção especial ao período de 1994-1998, período em que se iniciou uma agenda de contatos no âmbito presidencial que geraria o “Protocolo de la Guzmania” (subscrito pelos Presidentes Itamar Franco – Brasil- e Rafael Caldera – Venezuela) que estabeleceu o Primeiro Mecanismo Político de Consulta e a Comissão de Alto Nível, a partir dos quais seria desenvolvida uma agenda de trabalho que incluía os temas de energia, comércio e integração; transporte; comunicações e desenvolvimento fronteiriço. (URRUTIA. 2011. p. 2)

Friza-se que, a partir de *La Guzmania* até final de 1999, 17 atos bilaterais restaram firmados entre Venezuela e Brasil, sendo que, com exceção do Acordo para a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos (o qual visa criar condições favoráveis a cooperação econômica e investimentos recíprocos que impliquem transferências de capitais de um país ao outro) que desde 04/07/1995 se encontra *em tramitação*, todos os demais se encontram vigentes¹². Assim, cumpre citar referidos atos bilaterais entre Venezuela e Brasil:

QUADRO 2 - atos bilaterais envolvendo Brasil e Venezuela

Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor	Situação
Declaração de Santa Elena de Uarién	04/07/1995	23/11/1998	Vigente
Ajuste Complementar ao Convênio de Amizade e Cooperação em matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal	08/12/1997	07/01/1998	Vigente
Declaração conjunta de Boa Vista	11/04/1997	11/07/1997	Vigente
Comunicado Conjunto - Ata do Planalto	20/05/1996	20/05/1996	Vigente
Declaração de Brasília	20/05/1996	20/05/1996	Vigente
Protocolo de intenções (Petróleo)	04/07/1995	04/07/1995	Vigente
Memorando de Entendimento na Área de Mineração e Siderurgia	04/07/1995	04/07/1995	Vigente
Ata de Miraflores	04/07/1995	04/07/1995	Vigente
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para Cooperação em Matéria de Planejamento	04/07/1995	04/07/1995	Vigente
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para a Cooperação Amazônica e do Orenoco	04/07/1995	04/07/1995	Vigente
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento das Telecomunicações	04/07/1995	08/10/2003	Vigente
Acordo para a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos	04/07/1995	X	Trâmite
Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre o Brasil e a Venezuela	04/07/1995	16/10/1998	Vigente
Declaração sobre a Formação de uma Área de Livre Comércio	04/07/1995	04/07/1995	Vigente
Declaração de Caracas	04/07/1995	04/07/1995	Vigente
Acordo que autoriza os Dependentes dos Funcionários acreditados Junto às Missões Diplomáticas e Consulares de ambos os Países a desempenharem Trabalho Remunerado	29.07.1994	04/07/1995	Vigente
Memorandum de Entendimento sobre Cooperação na Formação de Pessoal Diplomático Através do Instituto Rio Branco e do Instituto de Altos Estudos Diplomáticos Pedro Gual.	29/07/1994	29/07/1994	Vigente
Protocolo da Guzmania, Protocolo Adicional ao Convênio de Amizade e Cooperação	04/03/1994	04/03/1994	Vigente
Comunicado Conjunto	04/03/1994	04/03/1994	Vigente

Fonte: a autora, 2017.

Nota: BRASIL, 2017.

Essa aproximação mais substancial instaurada a partir de *La Guzmania* gerou frutos, cumprindo enfatizar a Declaração de Caracas em 04/07/1995 que expressamente mencionou a integração energética, fronteiriça, científica e tecnológica:

¹² Informação disponível no site do Ministério das Relações Exteriores, Sistema Consular Integrado; Atos Internacionais/Atos Bilaterais/ Brasil-Venezuela.

(...)

5. Nossos países apresentam evidentes complementaridades no campo energético. Decidimos explorá-las de forma conjunta, em todas as dimensões, tanto bilateralmente como em escala global, nas áreas de petróleo, derivados, gás, oremulsão, na interconexão elétrica e na mineração. A integração energética entre nossos países gerará desenvolvimento e bem estar social e dinamizará nossos fluxos de comércio, em especial na zona fronteiriça. (...)

7. O desenvolvimento fronteiriço e as perspectivas de integração requerem vias modernas de comunicação. A ligação por estrada pavimentada de Manaus à fronteira com a Venezuela representará um passo fundamental nesse sentido. Estaremos também estabelecendo, a curto prazo, as conexões aéreas entre o norte do Brasil e o sul da Venezuela. Estaremos cooperando crescentemente na área de telecomunicações, aspecto cada vez mais fundamental para o crescimento e a modernização de nossas economias. A mais longo prazo, pretendemos também aprofundar nossos estudos conjuntos sobre a conexão entre as Bacias do Amazonas e do Orenoco.

8. Em matéria de ciência e tecnologia, definimos um programa de cooperação que já está em andamento e que procura responder a alguns dos principais desafios que enfrentamos em nossas regiões fronteiriças. A execução desse programa apoiará nossos esforços de desenvolvimento sustentável na região.

(...) (DECLARAÇÃO DE CARACAS, 1995)

Visualizasse que restou reafirmado o compromisso anteriormente assumido mediante as declarações no âmbito do comércio, transporte rodoviário internacional de passageiros e carga (que só entrou em vigor em 1998), desenvolvimento de telecomunicações (que somente entrou em vigor em 2003), cooperação na região compreendida da Amazônia e do Orenoco e cooperação técnica em matéria de planejamento.

Firmaram entendimento da área de mineração e siderurgia, bem como protocolo de intenções entre a Petrobras e a PDVSA de modo a combinar esforços, experiências e investimentos em projetos relacionados com a indústria petrolífera e petroquímica brasileira, venezuelana e latino-americana em geral, permitindo a otimização e a maximização dos resultados e dos benefícios, tanto para a PETROBRÁS, quanto para a PDVSA, nos seguintes termos, resumidamente:

(...)

3.1 Dentre os projetos que poderão ser desenvolvidos em conjunto pelas PARTES, através do Acordo Empresarial mencionado na Cláusula 1.1, sem prejuízo de outros que possam ser futuramente acordados, destacam-se os seguintes:

- identificação conjunta de oportunidades para viabilizar a expansão da participação das PARTES no mercado internacional;
- exploração de petróleo e gás natural no Brasil e na Venezuela, dentro das normas legais vigentes;
- construção e operação de refinarias;

- acordos de compra e venda de hidrocarbonetos incluindo toda a gama de crus leves, médios e pesados, produtos destilados, combustíveis de aviação, GLP, lubrificantes e oremulsão;
- distribuição de derivados nos países da América Latina e em outros países;
- comercialização conjunta de Bunkers na região norte-noroeste do Brasil;
- distribuição de combustíveis e lubrificantes no mercado interno brasileiro;
- incremento nas importações feitas pela PETROBRÁS de petróleo e derivados produzidos pela PDVSA;
- participação da PETROBRÁS na expansão da produção de GLP na Venezuela;
- cooperação na área de transporte marítimo;
- abastecimento na área de fronteira do Brasil com a Venezuela;
- exploração conjunta de áreas de interesse no setor petroquímico com o propósito de identificar oportunidades comerciais para os dois países neste setor. (...) (PROTOCOLO DE INTENÇÕES-PETRÓLEO. 1995)

Na Ata de Miraflores, também em 04/07/1995, novamente os Presidentes expressaram sua satisfação pelos consideráveis avanços registrados no dinâmico processo de aproximação bilateral iniciado com a assinatura do Comunicado Conjunto e do Protocolo de "La Guzmania", nos seguintes termos:

(...)

Os Presidentes expressaram sua satisfação pelos consideráveis avanços registrados no dinâmico processo de aproximação bilateral iniciado com a assinatura do Comunicado Conjunto e do Protocolo de "La Guzmania", em 4 de março de 1994. A esse respeito, comprovaram que as deliberações dos oito Grupos de Trabalho, estabelecidos no âmbito do mencionado Protocolo e coordenados pela Comissão Binacional de Alto Nível, dirigida pelos respectivos Chanceleres, traduziram-se em resultados tangíveis e positivos. (...) (ATA DE MIRAFLORES, 1995)

O interesse na manutenção das relações bilaterais entre os dois países restou reafirmado em 20/05/1996 na Declaração de Brasília:

(...) 1. Expressamos nossa convicção de que o aprofundamento e a ampliação dos vínculos de cooperação entre nossos países, em uma visão prospectiva de integração, no espírito das decisões que adotamos no encontro presidencial de Caracas, em 4 de julho de 1995, constituem objetivo permanente no relacionamento bilateral.(...)

4. Nesse sentido, expressamos nossa firme decisão de estabelecer, entre nossos países, uma parceria fundada na complementaridade econômica, energética e mineral, nos benefícios mútuos, e orientada pela perspectiva da integração.

5. A aproximação crescente de nossos países envolve igualmente a integração de nossas regiões fronteiriças, que já se vêm beneficiando de um incremento significativo do comércio e do turismo. Os avanços na integração física e na cooperação ambiental serão fundamentais para assegurar a continuidade desse processo.

(...) (DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA, 1996)

O mencionado interesse também foi reafirmado no Comunicado Conjunto - Ata do Planalto, bem como pela Declaração Conjunta de Boa Vista 1997:

(...)

3. Os Presidentes ressaltaram a importância dos notáveis avanços alcançados nos últimos dois anos, que permitiram elevar a níveis sem precedentes a cooperação bilateral e ampliar o campo da integração entre os dois países. Tais avanços propiciaram alto grau de entendimento que transcende o plano estritamente bilateral para operar também em favor da integração sul-americana, regional e hemisférica. A esse respeito, comprovaram que as deliberações dos onze Grupos de Trabalho estabelecidos no Protocolo de La Guzmán, coordenados pela Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN), foram traduzidas em resultados tangíveis e positivos. (COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-VENEZUELA, 1996)

Assim, observando-se o teor dos documentos acima parcialmente colacionados, a aproximação e o mútuo interesse se desenvolve em um formato crescente no transcorrer da década de 1990, sempre entoando os esforços regionais de integração voltados para a criação de um espaço integrado na América do Sul como "porta de entrada" para a integração hemisférica.

Todavia, no mesmo período, no tangente aos atos multilaterais, não se vislumbra nada significativo abrangendo os dois países, uma vez que além de serem poucos atos¹³, todas giram em torno da Associação Latino-Americana de Integração - ALADI, estabelecendo-se preferências tarifárias e/ou compromissos em matéria de redução ou eliminação de medidas não tarifárias:

QUADRO 3 - atos multilaterais envolvendo Brasil e Venezuela

Título do Acordo	Assunto	Data da entrada em vigor no Brasil	Situação
Segundo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial n. 13, no Setor da Indústria Fonográfica, entre o Brasil, a Argentina, o México e a Venezuela.	Aladi	29/08/1990	Vigente
Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo Comercial n. 5, no Setor da Indústria Química, entre o Brasil, a Argentina, o Chile, o México, o Uruguai e a Venezuela.	Aladi	01/07/1991	Vigente
Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período de 1962/1980, entre o Brasil e a Venezuela (Acordo n. 13)	Aladi	29/08/1990	Vigente
Décimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período de 1962/1980, entre o Brasil e a Venezuela (Acordo n. 13).	Aladi	07/02/1991	Vigente

Fonte: a autora, 2017.

Nota: BRASIL, 2017.

¹³ Informação disponível no site do Ministério das Relações Exteriores, Sistema Consular Integrado; Atos Internacionais/Atos Multilaterais/ Brasil-Venezuela.

Consoante informações extraídas do Ministério das Relações Exteriores Brasileiro, a Associação Latino-Americana de Integração - ALADI, foi criada em 1980 por meio do Tratado de Montevideu (TM80) com o intuito de promover o desenvolvimento econômico e social da região, em processo de integração, almejando o estabelecimento de um mercado comum latino-americano.

Surgiu a partir da ALALC, um modelo que não avançou em virtude de mecanismos demasiadamente rígidos obrigando que toda concessão comercial de cada um dos países membro fosse automaticamente estendida aos demais, por meio da *cláusula da nação mais favorecida*.

Visualizando a necessidade de modificação desse modelo, restou criada a ALADI prevendo a possibilidade da assinatura de acordos entre apenas dois ou mais países-membros, um elemento de flexibilização primordial para seu êxito.

(...)

Dessa forma, os compromissos não mais precisaram ser assumidos por todos os países. Isso fez com que o número de acordos assinados no âmbito da ALADI aumentasse de forma significativa.

O TM80 está notificado junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) sob a denominada “cláusula de habilitação”, o que permite aos países-membros da ALADI estabelecer preferências tarifárias e compromissos em matéria de redução ou eliminação de medidas não tarifárias sem precisar estender esses benefícios aos demais membros da OMC – uma exceção, portanto, à cláusula da nação mais favorecida.

Esse mecanismo jurídico para aceitação de exceções para países em desenvolvimento da ALADI é o amparo para os compromissos comerciais no âmbito do MERCOSUL, formalizados sob o Acordo de Complementação Econômica Nº 18 (ACE-18). Embora o Tratado constitutivo do MERCOSUL não tenha sido protocolizado na ALADI, muitas normas comerciais do MERCOSUL são registradas na ALADI, como Protocolos Adicionais ao ACE-18. As normas amparadas juridicamente no TM80 conformaram a zona de livre comércio e a união aduaneira no MERCOSUL. Como resultado, entre 1991 e 2012, o comércio intrabloco no MERCOSUL multiplicou em mais de dez vezes, saltando de US\$ 5,1 bilhões para US\$ 58,2 bilhões. (...) (BRASIL. MRE. 2017)

Hodiernamente a ALADI é integrada pela Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Ainda, está em processo de adesão, a Nicarágua. Esse conjunto de 13 membros, abrange uma área de 20 milhões de km² (quase cinco vezes maior do que a área dos 28 países que conformam a União Europeia), cerca de 530 milhões de habitantes e um PIB superior a US\$ 5 trilhões. (BRASIL. MRE. 2017).

Assim, a partir da análise esboçada acerca do contexto econômico e social de Brasil e Venezuela realizada acima, tem-se que ambos passaram por

experiência neoliberais que não ocasionaram o desenvolvimento propagado e menos ainda tiveram o condão de conter crises.

Todavia, foi neste período e neste contexto que ambos se aproximaram e que o Brasil conferiu maior ênfase a uma aproximação comercial econômica mais sólida, como uma possível parceira na construção de uma política regional.

Considerando todo o exposto, os quadros abaixo visam demonstrar de forma esquematizada a abordagem esmiuçada no presente capítulo durante a segunda onda, precisamente entre 1985 e 1989, primeiro sob a situação doméstica de cada país (Quadro 4) e, após, sob as relações bilaterais entre ambos (Quadro 5):

QUADRO 4: ASPÉCTOS DOMÉSTICOS - 1985-1989

Período	Brasil	Venezuela
1985	Estado desenvolvimentista Início da "Nova República" Eleição e morte de Tancredo Neves Presidente: José Sarney (1985-1990) Convocação - Assembléia Nacional Constituinte	Vigência do Pacto de <i>Punto Fijo</i> desde 1958 e da Constituição Venezuelana de 1961 Presidente: Jaime Lusinschi (1984-1989) Crise - Desvalorização do Petróleo Criada a comissão para a reforma do Estado (Copre)
1986	Hegemonia política do partido de oposição	Crise - Desvalorização do Petróleo
1987	Instalação - Assembléia Nacional Constituinte	Crise - Desvalorização do Petróleo
1988	Constituição do Brasil	Eleição de Carlos Andrés Perez
1989	Eleição de Collor (PNR)	Presidente: Carlos Andrés Perez (1989-1993) "El Gran Viraje" (projeto neoliberal) + Rejeição das Reformas de Perez = "Caracazo"
Década 80	Estado Desenvolvimentista em crise Crise econômica + Inflação descontrolada = Mobilizações sociais	Instabilidade dos preços do petróleo = problemas econômicos estruturais - ex. dependência exclusiva da exportação do petróleo Crescentes índices de endividamento externo Inflação alta Instabilidade das instituições Recessão contínua e aumento do desemprego Base da economia do petróleo não era sólida para sustentar o país. Os planos de ajuste econômico foram "heterodoxos", sem compromisso com agências internacionais de financiamento, principalmente FMI.

Fonte: a autora, 2017.

Nesta acepção, sob o aspecto doméstico, pode assim ser resumida a segunda metade da década de 1980, a qual no Brasil é marcada pela transição do regime ditatorial para um regime democrático, ainda que referida transição ocorra de uma forma "pactuada" e mediante um governo civil não eleito diretamente pelo povo. Aludida transição ocorre em meio a crise econômica com uma inflação descontrolada e que acarreta inúmeras mobilizações de cunho social. Essa crise do modelo de Estado desenvolvimentista "abre caminho" para a chegada e tomada do modelo neoliberal que se implementou no transcorrer do Governo Collor.

Já na Venezuela, ainda vigente uma democracia Pactuada pelo Pacto de *Punto Fijo* e sustentada por este juntamente com a vigente Constituição de 1961, o povo sofrendo com a crise de desvalorização do petróleo elege Carlos Andrés Pérez movido pela esperança de retomada do período de bonança da década de 1970 e é surpreendido pelo *Paquete* denominado El Gran Viraje, mediante adoção de políticas neoliberais.

O referido momento, assim reflete na relação entre os dois países na medida em que a crise suportada por ambos, fornece margem para que a ideologia neoliberal fomente as críticas ao modelo desenvolvimentista adotado por ambos até então e se apresente como uma solução para os mesmos, o que aconteceu em outros países da América Latina.

Assim, a situação de crise semelhante, o compartilhamento dos problemas da região Amazônica, quais sejam, vazio demográfico, baixa estrutura e pouco desenvolvimento, bem como as ameaças externas de internacionalização desta região, juntamente ao período de redemocratização brasileira, foram fatores que contribuíram para a aproximação entre Brasil e Venezuela.

A referida aproximação, pode ser visualizada a partir do Compromisso de Caracas em 1987, visando criar um eixo regional hábil a promover o processo de integração do Sul da Venezuela com o norte do Brasil, em que pese, o Brasil se apresente bem mais voltado para o Cone Sul.

QUADRO 5: RELAÇÕES BILATERAIS - DÉCADA DE 1980

Período	Brasil	Venezuela
R. E. Década de 1980	Bastante voltado para o Cone Sul (Argentina)	A partir de 1984: ampliou para a cooperação e integração latino-americana; estreitamento com o Brasil (até 84: P.E focada na região do Caribe e da América Central) El Gran Viraje: inserção internacional, abertura e da liberalização da economia nacional = projeto calcado no neoliberalismo irrestrito e incondicional
CONTRIBUÍRAM PARA APROXIMAÇÃO DE BRASIL E VENEZUELA NA DÉCADA DE 1980: * A situação de crise semelhante; * O compartilhamento do problema do vazio demográfico, da baixa estrutura e pouco desenvolvimento na região Amazônica, bem como as ameaças Externas de Internacionalização da região Amazônica;		
ATOS QUE DENOTAM A APROXIMAÇÃO DE BRASIL E VENEZUELA NO FINAL DE DÉCADA DE 1980: * Compromisso de Caracas em 1987 (Jaime Lusinchi e José Sarney): criar um eixo regional hábil a promover o processo de integração do Sul da Venezuela com o Norte do Brasil * Redemocratização brasileira - Venezuela flexibiliza aproximação - maior confiança nas relações		

Fonte: a autora, 2017.

Já no que tange à década de 1990, os quadros abaixo, buscam demonstrar de forma esquematizada a abordagem esmiuçada no presente capítulo durante este momento da segunda onda integracionista, primeiro sob o prisma doméstico de cada país (Quadro 6) e, após, sob as relações bilaterais estabelecidas entre ambos (Quadro 7):

QUADRO 6 - ASPECTOS DOMÉSTICOS - DÉCADA DE 1990

Período	Brasil	Venezuela
1990 e 1991	Finalização do período "Nova República" Presidente: Collor (1990-1992) Implementação do modelo neoliberal 1991 - Assinatura do Tratado de Assunção que deu origem ao MERCOSUL	Continuidade da Crise: 1990/1991 Instabilidade dos preços do petróleo = problemas econômicos estruturais - ex. dependência exclusiva da exportação do petróleo Crescentes índices de endividamento externo Inflação alta Instabilidade das instituições Recessão contínua e aumento do desemprego Base da economia do petróleo não era sólida para sustentar o país
1992	<i>Impeachment</i> e Renúncia de Collor Presidente: Itamar Franco (1992-1994)	Índices históricos de abstenção nas eleições Movimento Bolivariano Revolucionário - 200 (MBR-200) Levante dos militares: tentativa fracassada de Golpe de Estado liderada por Hugo Chávez contra Perez = Chávez preso
1993	Itamar Franco lançou as bases da Iniciativa Amazônica visando o fortalecimento das relações econômicas com os vizinhos do norte.	Impeachment de Carlos Andrés Perez Presidente - emergência - Ramón Velazquez Eleição de Rafael Caldera
1994	Eleição de Fernando Henrique Cardoso (1994) Idéia da ALCA - Cimeria das Américas/Miami	Presidente: Rafael Caldera (1994-1999) Fim do Pacto de Punto Fijo "Início do fim" o <i>Pacto de Punto Fijo</i> Rafael Caldera visitou Brasília
1995	Presidente: FHC (1995-1998) Continuidade do modelo neoliberal FHC visitou Caracas	Durante 18 meses tentou frear modelo neoliberal Declaração de Caracas - 04.07.95
1996		Altos índices inflacionários - (1996 chegou a 103%). Rafael Caldera visitou Brasília Plano econômico Agenda Venezuela - modelo neoliberal
1997	Aprovação de EC permitindo a reeleição para presidente da República por dois mandatos consecutivos	
1998	Reeleição de FHC Fernando Henrique Cardoso visita a Venezuela	Fim do Pacto de Punto Fijo Eleição de Hugo Chávez
1999	Presidente: FHC (1999-2002)	Presidente: Hugo Chávez (1999-2013) Chávez - primeira visita oficial ao Brasil e segunda para reunião em Manaus Constituição da República Bolivariana da Venezuela - Nascimento da V República Queda do modelo neoliberal e retomada do desenvolvimento nacional pela vontade popular, como o governo progressista de Chávez
Década de 1990	Descontentamento e Denúncias de corrupção do governo Collor Hegemonia neoliberal brasileira nos anos 1990	Implementação do neoliberalismo: 1989 Redução do papel do Estado na economia Privatização das Estatais Aumento do desemprego e expansão do setor informal. Baixa do preço do petróleo Ruptura com o neoliberalismo: 1999

Fonte: a autora, 2017.

QUADRO 7 - RELAÇÕES BILATERAIS - DÉCADA DE 1990

Período	Brasil	Venezuela
R. E. Década de 1990	Modificação das estratégias de R.E. Estreitamento com os Estados Unidos Afastamento países ditos em desenvolvimento Afastamento do M.R.E no desenvolvimento da P.E. Abertura econômica e Processos de privatização (Collor - FHC) Observou que a Venezuela, um país andino, amazônico e caribenho, exportador de petróleo e com influência na América Central poderia ser uma parceira na construção de uma política de integração regional	Sofrendo com a instabilidade dos preços do petróleo e os problemas econômicos estruturais decorrentes desta dependência exclusiva da exportação do petróleo, visualizou no Brasil um parceiro para superar a crise
1990		Presidente Pérez assistiu aos eventos de posse do presidente Collor de Mello
12/1992	Itamar Franco lançou as bases da Iniciativa Amazônica visando o fortalecimento das relações econômicas com os vizinhos do norte (petróleo da Venezuela; gás da Bolívia e Peru; carvão da Colômbia);	
1994	<i>La Guzmania</i> - 1994 (Rafael Caldera e Itamar Franco): intensa agenda de reuniões, ainda que limitadas a questões fronteiriças.	
1994		Rafael Caldeira visitou Brasília
1995	FHC visitou Caracas em 1995	Declaração de Caracas 07.07.1995 Ata de Miraflores
1996	Declaração de Brasília	Rafael Caldeira visitou Brasília
1997	Declaração de Conjunta de Boa Vista	Rafael Caldeira visitou Brasília

Fonte: a autora, 2017.

Nesta perspectiva, a partir de todo o exposto acima o que se constata é que durante a década de 1990, os processos de integração da América do Sul hesitaram entre a adesão e a resistência ao processos de globalização, resistência essa bem mais enfática na Venezuela do que no Brasil, como restou evidenciado.

Na Venezuela, o projeto neoliberal teve curta duração e implementado a partir do governo Perez em 1989 não chegou a completar uma década, tendo sua derrocada final com a eleição de Hugo Chávez, tema que será retomado no capítulo subsequente.

Já no Brasil, o referido projeto perdurou desde Collor até o final do Governo de Fernando Henrique com o apoio de boa parte da população brasileira e partidos políticos, embora, lutando contra pudesse se identificar o Partidos dos Trabalhadores e alguma parcela da população.

Assim, somente com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República o neoliberalismo restou amenizado, junto com uma significativa mudança na política exterior do país, o que refletiu sobremaneira nas relações do país com a Venezuela, já que, no período ora abordado o processo de integração entre os dois países além de não se concretizar substancialmente, também não ocasionou qualquer impacto no contexto sul americana.

Nesta toada, o que se constata é que a abordada aproximação entre Brasil e Venezuela na década de 1990, ocorreu consoante o balançar de um pêndulo, ora avançando, ora retrocedendo e com uma intensidade adensada em meados da década de 1990, em especial a partir da assinatura do Protocolo da *La Guzmania em 1994*, quando diversos acordos bilaterais visando integração, mormente na seara fronteiriça restaram firmados.

Tal processo refletiu positivamente com a ascensão de Hugo Chávez a presidência venezuelana em 1999¹⁴ e, mais tarde, a partir de 2002, com a mudança promovida por este na política externa venezuelana, priorizando as relações com o Brasil fazendo com que esse se firmasse com bastante ênfase na agenda desse fundamental ator político, o que já ocorre durante a terceira onda integracionista, que se instaura no início do século XXI e será objeto do próximo capítulo.

¹⁴ Nas eleições de 98, Chávez, apoiado pelo seu partido, Movimiento y República, e por uma série de partidos menores, derrota por larga margem as forças tradicionais (AD e COPEI).

4 BRASIL E VENEZUELA NO BALANÇAR DA TERCEIRA ONDA (1999-2010)

Na América Latina, o final da década de 1990 corresponde à fase de crise da hegemonia neoliberal, mediante o desgaste tanto do modelo como do bloco de forças protagonizador do mesmo.

Esgotou-se a ilusão de que uma nova economia, pautada no receituário oriundo do Consenso de Washington, propiciaria um crescimento contínuo e estável pondo fim à crise. Muito pelo contrário, fragilidades no âmbito econômico em conjunto com crises financeiras se alastraram pela América Latina (SADER, 2009, p. 62).

Nesse cenário, que já acenava com mudanças, o empreendimento de diferentes experiências de governos “progressistas”¹⁵ em diversos países sul americanos, iniciada com a posse presidencial, em 1999, de Hugo Chávez na República Bolivariana da Venezuela, sendo seguida pelas de Ricardo Lagos, no Chile, em 2000; Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, em 2003; Néstor Kirchner, no mesmo ano, na Argentina; Tabaré Vázquez, em 2005, no Uruguai; Evo Morales, na Bolívia, em 2006; Rafael Correa, em 2007, no Equador; Daniel Ortega na Nicarágua; Fernando Lugo, em 2008, no Paraguai; e Mauricio Funes, em 2009, em El Salvador tornou-se fundamental para uma virada substancial:

A troca de Clinton por Bush nos Estados Unidos veio acompanhada da substituição dos socialistas por Jacques Chirac na França, da coalizão de centro-esquerda por Silvio Berlusconi na Itália e de Felipe Gonzáles por José Maria Aznar na Espanha. No continente, Carlos Andrés Pérez e Rafael Caldera foram substituídos por Hugo Chávez na Venezuela e FHC por Lula no Brasil; os governos colorados e brancos, por Tabaré Vazquez no Uruguai Sánchez de Lozada por Evo Morales na Bolívia, Lúcio Gutiérrez por Rafael Correa no Equador; e Nicanor Duarte e o partido colorado por Fernando Lugo no Paraguai. Esses governos - expressões do enfraquecimento da capacidade de liderança política e econômica dos Estados Unidos, protagonizaram um novo bloco de forças - se valeram das novas condições para inviabilizar a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e pôr em prática políticas alternativas (SADER, 2009, p.67)

É nesta seara que se passa a analisar o desdobramento da década de 1990 ao longo do século XXI a partir desta terceira onda de integração sul-americana, o pós regionalismo e as relações entre Brasil e Venezuela, conferindo-se

¹⁵ Entendido como governos que buscam mudanças e/ou transformações, em maior ou menor medida de acordo com o caso, em relação ao *status quo* anterior (PEREIRA DA SILVA, 2011).

ênfase aos governos Chávez e Lula, em razão dos referidos governantes terem estado a frente dos dois países por maior parte do período analisado.

Consoante o presente estudo vem abordando, historicamente, até meados da década de 1990, tanto a política externa brasileira como a venezuelana consideraram pouco as relações bilaterais recíprocas, especialmente no que diz respeito aos temas de desenvolvimento e cooperação. Entrementes, no final do século XX, neste período de desgaste do modelo neoliberal, com a assinatura do protocolo de *La Guzmania*, em 1994, a relação entre os dois países começou a ganhar novos contornos, ainda que incipientes.

Assim, antes de se aprofundar nas minúcias do comportamento de Brasil e Venezuela no decorrer da terceira onda integracionista, cumpre explorar o processo de ascensão da esquerda na Venezuela e no Brasil.

A partir da ascensão política de Chávez e Lula aos governos venezuelano e brasileiro respectivamente, que antes, por meio de uma agenda bilateral singela limitavam-se à assuntos fronteiriços, expandiram seus horizontes e conseqüentemente suas agendas, passando a priorizar a necessidade de desenvolvimento conjunto dos países, consoante será pormenorizado neste capítulo.

Após, analisa-se a inserção internacional dos dois países e o papel de ambos na integração regional sul-americana partindo-se de suas relações bilaterais com o objetivo específico de verificar se o movimento pendular das ondas integracionistas da América Latina pode ser confirmado no contexto das relações entre ambos.

Destaca-se que após a virada do século, uma América Latina que visava, ainda que com diferentes graduações de intensidade, a retomada da capacidade de operação do Estado sob o aspecto econômico e mediante a intensa utilização de políticas sociais para a minimização da pobreza, fenômeno identificado pelos estudiosos da região como um novo tipo de regionalismo, como uma terceira onda integracionista (RIGGIROZZI, 2010) e nominado regionalismo pós-liberal (SANAHUJA, 2010).

Justamente, busca-se finalizar com o cotejo das relações bilaterais brasileiras e venezuelanas no contexto do regionalismo pós-liberal e como movimentou-se o "pêndulo" nesta onda integracionista, identificando a direção e a intensidade do mesmo.

4.1 A VENEZUELA DE CHÁVEZ

A onda de governos progressistas na América Latina se inicia com as eleições de 1998 na Venezuela, onde, em razão do declínio de partidos tradicionais, o cenário eleitoral se apresentava diversificado.

Na ocasião, candidataram-se o tenente-coronel reformado, Hugo Chávez incentivado por Luiz Michalena, antigo líder comunista e Irene Sáez, ex-miss universo e ex-prefeita de Chacao, candidata independente e favorita em inúmeras pesquisas. Todavia, Irene acabou por firmar aliança com o Copei (um dos partidos fundadores do Pacto de *Punto Fijo*) o que a fez despencar nas pesquisas de intenção de votos e foi decisivo para a vitória de Chávez pelo Polo Patriótico, uma aliança popular formada por partidos de esquerda (OLIVEIRA, 2011).

É consenso que o distanciamento político de Chávez com relação à política tradicional, e sua postura anti-sistêmica e crítica das reformas neoliberais, foram os fatores responsáveis pela sua vitória eleitoral. A ascensão de Chávez deu início a um período marcado por intensa mobilização política, apelo às massas, politização da sociedade, aliança cívico-militar que dá sustentação ao regime e a resistência à dominação norteamericana (HELLINGER *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 66).

Chávez foi eleito em 06 de dezembro de 1998 com 56,20% dos votos válidos consoante informação disponibilizada pelo *Consejo Nacional Electoral* (VENEZUELA, 1998) e tomou posse em 02 de fevereiro de 1999, em meio a uma grave crise econômica agravada pela queda abrupta do preço do petróleo no final de 1997 (OEPE, 1999, p. 112-119).

Eleito, Chávez cumpriu à promessa eleitoral de promover um plebiscito acerca da convocação de uma *Asembleia Nacional Constituinte*. A proposta de constituinte foi aprovada e a mesma trabalhou por quase seis meses, tendo o texto final sido referendado em 15 de dezembro de 1999 por 71% dos votantes, com 350 artigos (SOUZA, 2016, p. 389).

Além da promulgação da Constituição, o primeiro ano de governo, 1999, foi marcado por inúmeros protestos até mesmo por parte de setores da população que exigiam transformações radicais da sociedade venezuelana. Chávez contou com forte oposição por parte dos meios de comunicação privados e de alguns atores remanescentes da velha ordem institucional (OLIVEIRA, 2011, p. 66).

A nova Constituição expôs seu objetivo de *refundar a República para estabelecer uma sociedade democrática, participativa e protagônica, multiétnica y pluricultural* e apresentou diversas transformações, dentre as quais dissolver o Senado, aumentar o poder dos militares e a possibilidade de dissolução da Assembléia Nacional. Criou ainda um legislativo unicameral e reconstruiu completamente o Poder Judiciário. Ainda, em seu artigo 153 novamente constou expresso o ideal de integração com o povo latino-americano (VENEZUELA, 1999).

Em 31 de julho de 2000, foram realizadas novas eleições para presidente da República, governadores, prefeitos e parlamentares e Chávez derrotou Francisco Arias Cárdenas com 59,76% dos votos, desmantelando a oposição (VENEZUELA, 2000).

O período compreendido entre 1999 e 2003 foi de grande instabilidade política e concentração de poder o que ocasionou a polarização do povo venezuelano (PUENTE, GOMEZ & VERA *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 66).

Concomitante à estas questões de cunho político, questões econômicas como a queda nos preços do petróleo contribuíram para o agravamento da crise no país e a primeira medida do governo consistiu na II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos membros da Opep com o objetivo de rearticular a Organização e restabelecer os preços internacionais do petróleo com o retorno das políticas de cotas. A Venezuela, responsável na época por 4% da produção mundial e por quase 10% da oferta da Opep, com cota em torno de 3 milhões de barris diários, propôs o estabelecimento de uma banda de preços variável pelo volume de produção, fazendo a Organização renascer (MARINGONI, 2009, p. 118).

Com essa medida, Chávez conseguiu dinamizar a Opep, mediante a valorização do preço para o financiamento dos seus projetos sociais e concomitantemente desenvolveu uma diplomacia razoavelmente independente:

O governo Bush não escondia seu interesse para que Chávez deixasse o governo, não apenas porque ele se aproximara de Fidel Castro e dos chefes de governo do Iraque, Sadam Hussein, e da Líbia, Muammar Kadafi, mas também porque a Venezuela, dentro do Bloco Andino, passará a constituir o contraponto do Brasil, na resistência à implantação à ALCA, e se opunha a intervenção multilateral na Colômbia. Em 30 de outubro de 2000 os presidentes de Cuba e Venezuela assinaram um convenio de cooperação para venda do petróleo para Cuba. Além do pagamento do petróleo, o governo cubano ofereceu uma série de convênios de cooperação técnica na área da saúde, educação e esporte para a Venezuela. (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010, p. 338):

O segundo lance audacioso do governo Chávez foi em 2001 e causou a oposição de empresários do setor petrolífero, os quais, inclusive, lideraram greves contra o governo. Chávez aprovou um pacote de leis que viabilizou a expropriação de terras para fins de exploração do petróleo.

Outras iniciativas significativas foram a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, minuciosa no tangente à função social da propriedade, ocupação, produtividade e ociosidade da terra taxaço dos lotes e direitos dos proprietários, além de criar o Instituto Nacional de Terras (INT), traçoando contornos para a reforma agrária (VENEZUELA, 2001a); A Lei de Pesca, focada na pesca artesanal e industrial (VENEZUELA, 2001b); e, a Lei de Hidrocarbonetos, visando o controle estatal da atividades petrolíferas, por intermédio do Ministério das Minas e Energia (VENEZUELA, 2001c).

Internamente, Chávez conseguiu conter as privatizaçoes, mediante a defesa da intervenço do Estado na economia, concretizando o afastamento das medidas neoliberais

Tudo isso causou insurgência de setores conservadores e de parte do empresariado, a qual iniciou manifestaçoes e o dirigente direitista da confederaço empresarial (Fedecámaras), Pedro Carmona, incitou militares a deporem o presidente. No dia 11 de abril de 2002, após uma manifestaço violenta frente ao palácio, Chávez se entregou preso. Mas, o golpe foi frustrado, com a populaço e parte do exército libertando Chávez e o recolocando no poder três dias depois (SERPA, 2013).

O presidente reassumiu pedindo uma reconciliaço nacional, atuando com a cautela e a prudência que faltou aos golpistas, ato que recuperou parte do prestígio de Chávez, mas não findou com os problemas de instabilidade do regime, ressaltando-se o episódio de *el paro* em dezembro do mesmo ano. O noticiário venezuelano da época retratou em suas manchetes o ocorrido:

Figura 6: Manchete sobre *el paro*



Fonte: SOLANO, 2017.

Nota: Manchete Jornal El Nacional em dezembro de 2002.

El paro, iniciou em 04 de dezembro de 2002 quando o *návio-tanque Pílin León* paralisou suas atividades, em pleno lago Maracaibo, rota de saída para o mar do Caribe. Durante tal manifestação, que perdurou por mais de 60 dias foram interrompidas as principais operações da economia nacional venezuelana, especialmente o setor de petróleo (MARINGONI, 2009, p. 140-143).

Figura 7: *Pilin Leon*



Fonte: SOLANO, 2012.

Além das eleições de 1998, Chávez ainda foi eleito nos anos 2000, 2006 e 2012, neste último com 54,42% dos votos (VENEZUELA, 2017).

Chávez também obteve êxito em quatro referendos. O primeiro referendo tinha como objeto a convocação da Assembléia Constituinte em 1999; o segundo, realizado no mesmo ano, tinha o objetivo de aprovação da Constituição Bolivariana;

o terceiro, referendo revogatório de mandato, realizado em 2004, no qual Chávez saiu vencedor; por fim, em 2009, venceu um referendo sobre reeleição indefinida¹⁶.

Em 2007, sofreu derrota quando não conseguiu aprovar por meio de referendo uma reforma da Constituição vigente (VENEZUELA, 2007).

Todavia, apesar dos conflitos, as mudanças oriundas da Lei de Hidrocarbonetos foram preponderantes para aumentar a renda estatal venezuelana e propiciar maiores recursos para as políticas sociais propostas pelo governo. Assim, até 2001, o foco do governo era a recuperação da economia. Todavia, a partir do *Plan Bolívar* e do *Plan Nacional de Desarrollo* lançados naquele ano, a ênfase passou a ser os programas de política social compensatória, por meio da aplicação de boa parte da renda petroleira em programas sociais. Aludido plano diminuiu a pobreza e constituiu a plataforma de sustentação política e de legitimidade do regime. Com isso, Chávez tentava mudar a herança deixada pelo *Pacto de Punto Fijo*, onde durante a bonança do petróleo a renda *per capita* sofria um impacto positivo, mas não era capaz de superar a concentração de renda e as desigualdade sociais (OLIVEIRA, 2011, p. 77-78).

O Governo Chávez ainda criou as *Misiones*, seu maior projeto de desenvolvimento sócio-econômico, estimando-se que entre 1999 e 2009 foram criadas 29 missões, visando a reestruturação da educação, saúde, cultura, energia, alimentação, meio-ambiente cumprindo expor sobre as de maior destaque, mormente, porque com o aumento dos gastos sociais, os indicadores sócio-econômicos como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) obtivera melhora no país (MARINGONI, 2009, p. 153-155):

A “*Misión Merca*” foi criada, em 2004, com o intuito de disponibilizar produtos alimentícios de primeira necessidade a baixo custo. Para tanto, foi criada uma rede pública de supermercados que, além de vender esses produtos, subsidia pequenos produtores e programas de economia social. (...)

Na área da saúde, destacam-se as três missões que formam a “*Barrio Adentro*” cujo objetivo é facilitar o acesso da população carente aos serviços básicos de saúde. Desde sua implementação, a “*Misión Barrio Adentro I*” contou com a participação de médicos cubanos. O programa consiste na criação de clínicas populares em locais de difícil acesso a serviços hospitalares. Além disso, nas etapas seguintes do programa, foram criados novos centros de diagnóstico e alguns hospitais foram modernizados. Já a

¹⁶ “Artículo 230. El período presidencial es de seis años. El Presidente o Presidenta de la República puede ser reelegido, de inmediato y por una sola vez, para un período adicional” (VENEZUELA, 1999)

“*Misión Milagroll*, um projeto de cooperação entre Cuba e Venezuela, tem como foco o diagnóstico e tratamento de problemas de visão de menor complexidade. (...)”

A área educacional conta com a “*Misión Ribas*” que procura reduzir a evasão escolar, garantindo continuidade de estudos do ensino primário, médio e profissionalizante, além das “*Misiones Robinson*”, que consistem em um amplo programa de alfabetização de adultos através de método criado por uma educadora cubana. Por fim, destaca-se a “*Misión Negra Hipólita*”, executada pelo Ministério de Participação Popular e Desenvolvimento Social, com o objetivo de resgatar jovens em situação de risco e inseri-los na escola e no mercado de trabalho. (OLIVEIRA, 2011, p. 81).

Assim, o Governo Chávez pautou suas ações em condutas nacionalistas e de viés socialista, com o escopo de diminuição do poder político das antigas elites dominantes, viabilizando uma melhora significativa na qualidade de vida do povo venezuelano mais pobre, o que se comprova a partir de uma análise de dados, iniciando pelo nível de distribuição de renda, considerando o método do coeficiente de Gini¹⁷, tem-se uma variação de 0,469 em 1999 para 0,398 em 2013:

Gráfico 8: Distribuição de renda entre 1998 e 2014 na Venezuela

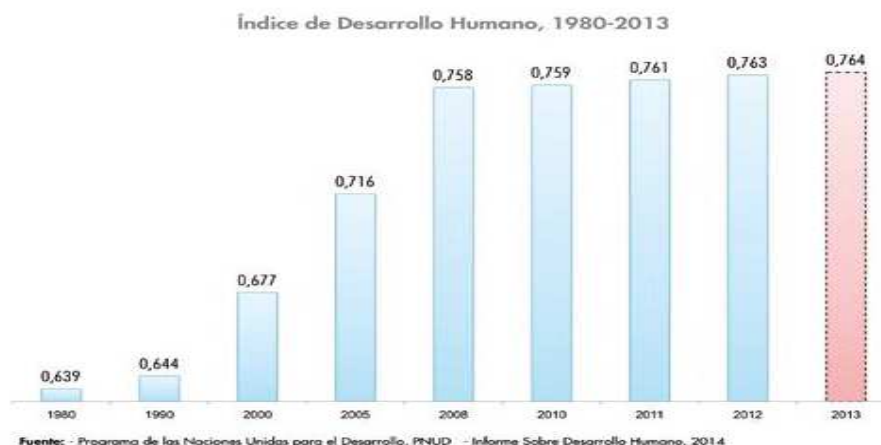


Fonte: VENEZUELA, 2015, p. 22.

¹⁷ O Índice de Gini, trata-se de um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um e o valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, enquanto o valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza (IPEA, 2004).

O índice de desenvolvimento humano evoluiu de de 0,677 no ano 2000 para 0,764 no ano de 2013¹⁸:

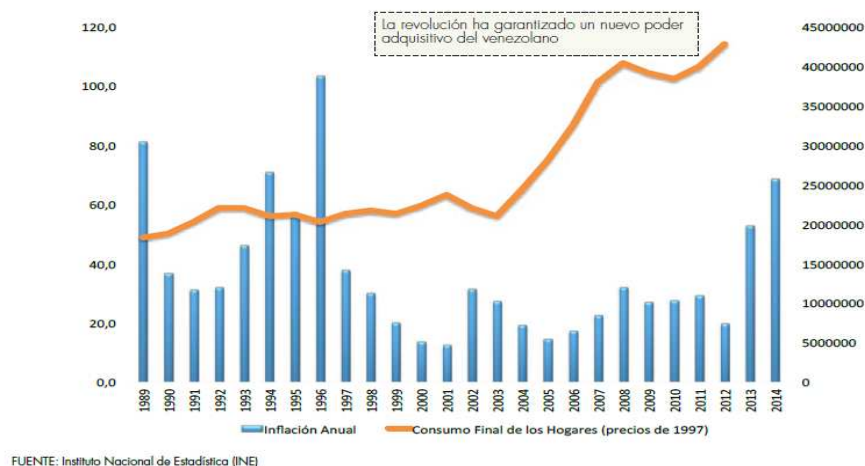
Gráfico 9: Desenvolvimento humano na Venezuela



Fonte: VENEZUELA, 2015, p. 37.

Analisando a inflação e o consumo doméstico, observa-se que há melhora do poder aquisitivo do venezuelano:

Gráfico 10: Inflação e consumo doméstico na Venezuela

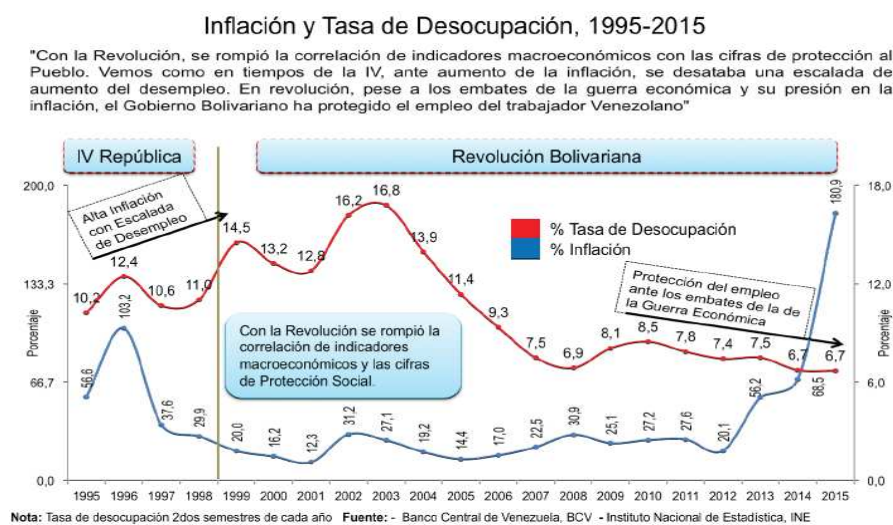


Fonte: VENEZUELA, 2015, p.122.

Por fim, analisando a inflação e a taxa de desemprego, constata-se que a primeira baixou de 29,9 % em 1998 para a mínima de 12,3% em 2001, chegando a 20,1% em 2012. Já o desemprego, variou de 14,5% em 1999 para 7,5% em 2013:

¹⁸ Os valores do IDH estão compreendidos em uma escala entre 0 e 1, e são obtidos a partir da média dos três componentes (VENEZUELA, 2015, p. 37).

Gráfico 11: Inflação e a taxa de desemprego na Venezuela



Fonte: VENEZUELA, 2016, p.14

De uma forma geral, pode-se afirmar a partir da análise dos dados acima compilados que houve uma melhora significativa nos indicativos sociais venezuelanos, fazendo com que boa parte da população apoiasse Chávez. No entanto, isso ocorreu paralelamente a uma certa instabilidade política doméstica como observado nos casos da tentativa de golpe e na paralisação na produção de petróleo, ambos no ano de 2002, o que se correlaciona a continuidade da dependência econômica da produção e exportação de uma única commodity e o temor sempre presente do índice inflacionário. Neste sentido:

A economia venezuelana durante os governos de Chávez continuou fortemente condicionada ao desempenho comercial do petróleo, a despeito das tentativas de diversificação econômica. A retomada do crescimento dos preços do petróleo desde 2003 favoreceu grandemente o governo de Hugo Chávez, possibilitando a ampliação dos programas sociais do governo e consolidando o apoio de amplos setores da população. A crise econômica mundial iniciada em 2008, associada ao fracasso da economia venezuelana em diversificar suas fontes de receita para além da exportação do petróleo, teve forte impacto no país, causando os índices negativos de crescimento da economia em 2009 (-3,2%) e 2010 (-1,49%). Ao final desse período, contudo, a taxa de pobreza no país decrescera de 49,4% em 1999 (primeiro ano da gestão de Hugo Chávez) para 27,8%, garantindo a continuidade do apoio popular ao governo. (IGLESIAS; CARDOSO; STREICH, 2014, p.18)

Todavia, apesar da referida instabilidade, a Venezuela sofreu uma significativa mudança em âmbito doméstico durante o governo Chávez e isso refletiu

também numa importante modificação no formato de inserção internacional do país como será explorado na próxima subseção.

4.1.1 A Política Externa De Chávez

Como visto, a Venezuela, a partir do governo Chávez rechaçou as práticas neoliberais e o fez a partir da nacionalização e estatização da petrolífera nacional (PDVSA), da maior distribuição da renda petrolífera e da ruptura política com as elites nacionais dominantes até então, tudo com o escopo de superação da profunda crise econômica pela qual o país passava. Assim, os esforços iniciais ficaram concentrados no âmbito da política interna, deixando a política externa em segundo plano.

Entretanto as modificações implementadas na política doméstica e na subseção anterior pormenorizadas, impactaram na formulação da política externa do país que passou a delinear novos contornos.

A própria Constituição Venezuelana de 1999 traçou em seu texto modificações que com o passar do tempo acabam por se solidificar e ensejar uma mudança na política externa desenvolvida.

Em seu preâmbulo expôs seu objetivo de *refundar a República para estabelecer uma sociedade democrática, participativa e protagônica, multiétnica y pluricultural* e na sequência, em seu primeiro artigo evoca a doutrina bolivariana:

Artículo 1. Venezuela se declara República Bolivariana, irrevocablemente libre e independiente y fundamenta su patrimonio moral y sus valores de libertad, igualdad, justicia y paz internacional, en la doctrina de Simón Bolívar, el Libertador. (VENEZUELA, 1999)

No artigo 153 novamente constou expresso o ideal de integração com o povo latino-americano, explicitando um processo integracionista que supera a integração meramente econômica e abrange a integração social, cultural, política e ambiental, bem como que as regras adotadas no âmbito dos acordos de integração serão consideradas parte integrante do sistema jurídico interno e de aplicação direta e preferencial ao mesmo:

Artículo 153. La República promoverá y favorecerá la integración latinoamericana y caribeña, en aras de avanzar hacia la creación de una

comunidad de naciones, defendiendo los intereses económicos, sociales, culturales, políticos y ambientales de la región. La República podrá suscribir tratados internacionales que conjuguen y coordinen esfuerzos para promover el desarrollo común de nuestras naciones, y que aseguren el bienestar de los pueblos y la seguridad colectiva de sus habitantes. Para estos fines, la República podrá atribuir a organizaciones supranacionales, mediante tratados, el ejercicio de las competencias necesarias para llevar a cabo estos procesos de integración. Dentro de las políticas de integración y unión con Latinoamérica y el Caribe, la República privilegiará relaciones con Iberoamérica, procurando sea una política común de toda nuestra América Latina. Las normas que se adopten en el marco de los acuerdos de integración serán consideradas parte integrante del ordenamiento legal vigente y de aplicación directa y preferente a la legislación interna. (VENEZUELA, 1999).

O artigo 73 cuida de irradiar a democracia participativa peculiar no âmbito doméstico venezuelano chavista para a esfera internacional ao prever a possibilidade de referendo popular para a celebração de acordos internacionais:

Artículo 73. (...)

Los tratados, convenios o acuerdos internacionales que pudieren comprometer la soberanía nacional o transferir competencias a órganos supranacionales, podrán ser sometidos a referendo por iniciativa del Presidente o Presidenta de la República en Consejo de Ministros; por el voto de las dos terceras partes los y las integrantes de la Asamblea o por el quince por ciento de los electores y electoras inscritos en el registro civil y electoral. (VENEZUELA, 1999).

Além do Presidente da República, o qual é o principal formulador de Política Externa na Venezuela, ainda atuam nesta atividade o *Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores* (MPPRE) e o poder legislativo, principalmente por intermédio da *Comissão Permanente de Política Exterior na Assembleia Nacional*. A própria Constituição de 1999, juntamente com a *Ley Orgánica de Administración Pública* (2001), o *Reglamento Orgánico MRE* (2004), a *Ley Del Servicio Exterior* (2005), e o Regulamento interno e suas demais resoluções destacaram-se como as principais normativas do MPPRE, o qual passou a ter a missão de harmonizar as ações dos vários órgãos do país no tangente às relações internacionais visando uma posição estratégica congruente com a defesa do interesse nacional (OLIVEIRA, 2012, p. 68-70).

O *Programa Económico de Transición de 1999-2000* exteriorizava a necessidade de melhor aproveitamento das benesses oriundas de seus recursos naturais e o interesse pelos blocos econômicos, *Comunidad Andina de Naciones*

(CAN), MERCOSUL, Grupo dos três e Caricom (Comunidade do Caribe). (GUERRA, 2003).

No ano seguinte, o documento *Venezuela Construye su camino: 2001 Año de decisiones para grandes logros* exteriorizou como objetivos no campo da política externa uma melhor inserção regional, o fortalecimento de organizações internacionais de países em desenvolvimento, estreitar vínculos com países das regiões andina, caribenha e amazônica, ampliar relações mediante acordos energéticos com países como França, China e Rússia, a defesa dos preços do petróleo e o fortalecimento da OPEP. Ainda em 2001 foi lançado o *Plan de desarrollo económico y social de la nación* pelo qual o país retomaria sua vocação integracionista. (OLIVEIRA, 2012, p. 71-72).

Em um documento denominado *Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007*, de setembro de 2001, o governo venezuelano muito bem sintetiza os objetivos no tangente ao equilíbrio internacional visando fortalecer a soberania nacional e promover um mundo multipolar, mediante a diversificação dos relacionamentos com privilegio as relações com os países latino americanos e caribenhos e a redefinição do modelo de segurança hemisférica, mediante estratégias de *pluralización multipolar* ou diversificação das relações internacionais, tanto mediante o aumento do número de países com os quais a Venezuela se relaciona ativamente, como diversificando e imprimindo maior qualidade nestas relações. (VENEZUELA, 2001d).

Em 2004, *El Nuevo Mapa Estratégico*, assim se expressa no tangente à América Latina:

(...) En América Latina, vivimos un momento bastante interesante. En América Latina hay un gran forcejeo, es un forcejeo histórico de dos siglos por lo menos. Veamos el mapa de la América Latina y el Caribe. Vamos a mirar América del Sur. Se han venido definiendo dos ejes contrapuestos, Caracas, Brasilia, Buenos Aires. Ese es el eje sobre el cual corren vientos fuertes de cambio con mucha fuerza. El imperio va a tratar de debilitarlo siempre o de partirlo, incluso. Cuando nos dieron el golpe a nosotros antes de que ganara Lula, estaban tratando de evitar la conformación del eje, ya se preveía, pero no pudieron. Además ganó Tabaré Vázquez y el Frente Amplio en el Uruguay, lo cual fortalece el eje que pudiéramos llamar Orinoco-Amazonas-Río de la Plata. Hace 200 años ni siquiera existía este eje. Existe el otro eje, Bogotá-Quito-Lima-La Paz-Santiago de Chile, ese eje está dominado por el Pentágono, es el eje monroísta y éste (muestra en el mapa) es el eje Bolívar, en referencia al eje Orinoco-Río de la Plata. Bolivia pudiera estarse convirtiéndose en una excepción y pudiera estarse acercando más a este eje. Sin embargo, aún es temprano para concluir en eso, así que Bolivia pudiéramos dejarla todavía allí. Monroe o Bolívar, este

es el eje monroista y este es el eje Bolívar (muestra en el mapa). Claro que la estrategia nuestra debe ser quebrar ese eje y conformar la unidad Sudamericana y creo que no es un sueño, creo que nunca antes en América se había dado una situación como ésta. Hace tres años atrás éramos Cuba y Venezuela, a nivel de gobierno, y ahora cómo ha cambiado la situación. (...) (VENEZUELA, 2004).

Já no segundo mandado de Hugo Chávez, em 2007 a proposta de integração regional foi formalizada pelo Ministério das Relações Exteriores, no documento denominado *Marco filosófico de la nueva integración del sur* no qual resta afirmado que:

(...) a projeção externa da Venezuela deveria ter alcance mundial, objetivando impulsionar um comércio internacional mais justo e um novo modelo econômico produtivo, humanista, alternativo e sustentável, tendo por alicerce a integração energética.

No documento, aponta-se, ainda, para a existência de dois processos de integração regional em curso na região. O primeiro deles, marcado por processos de integração nos moldes do MERCOSUL ou mesmo por países que optariam pelo fortalecimento deste bloco priorizando a cooperação e integração econômica. O segundo, capitaneado pela própria Venezuela, iria além da cooperação comercial, e implicaria na união política dos países da região. Os Estados favoráveis a este último projeto são os mesmos que vieram a compor o Eixo Bolívar e que também fazem a ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas), ou seja, Bolívia, Cuba, Venezuela, Equador (a incorporação da Nicarágua, não citada no documento, dar-se-á mais tarde). De acordo com o próprio Ministério das Relações Exteriores, este seria o Processo Integrador Solidário Humanista em que se é reconhecido o papel da sociedade civil na conformação de uma “Diplomacia dos Povos.” Em verdade, trata-se de um plano estratégico para o estabelecimento de uma união entre os povos, que incluiria um projeto nas áreas alimentar, de saúde e desenvolvimento econômico. Por fim, o referido documento destaca a necessidade de coordenação das Forças Armadas da região para se criar um bloco de poder autônomo na América Latina. (OLIVEIRA, 2012, p. 76).

No mesmo ano, o documento intitulado *Proyecto Nacional Simón Bolívar y la Venezuela Socialista, Primer Plan Socialista, Desarrollo Económico y Social de La Nación 2007-2013*, no tangente ao equilíbrio internacional proposto nas *Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social 2001-2007*, cuidou de enfatizar o fortalecimento da soberania nacional e o avanço na construção de um mundo multipolar, na integração latino americana e caribenha e na diversificação das relações internacionais o que importou no crescimento da Venezuela no cenário mundial (VENEZUELA, 2007b)., expressando:

En los últimos 7 años la Revolución Bolivariana ha implementado una intensa política exterior, rompiendo con la pasividad histórica que caracterizó la relación de Venezuela con el mundo, en la cual el elemento fundamental fue la mediatización y subordinación a los intereses

geopolíticos del imperialismo norteamericano. En la actualidad, Venezuela recuperó su independencia y soberanía en la formulación de su agenda internacional, las nuevas circunstancias presentes determinan que Venezuela avance hacia una nueva etapa en la geopolítica mundial, fundamentada en una relación estratégica de mayor claridad en la búsqueda de objetivos de mayor liderazgo mundial. venezolana (VENEZUELA, 2007b, p.43).

Ainda, dentre outros pontos também cuidou de formalizar a *nueva geopolítica internacional* venezuelana com o firme propósito de ruptura com a subordinação dos países latino-americanos aos interesses dos Estados Unidos da América na região, criando novos núcleos de poder geopolítico, inserindo intercâmbio científico e cultura entre os países, considerando imprescindível para a Venezuela, a consolidação da *Comunidad Sulamericana de Naciones* e da ALBA, bem como o estreitamento de laços com o MERCOSUL (OLIVEIRA, 2012, p. 77).

A partir da análise acima, identifica-se na política externa do governo Chávez elementos concernentes à implementação de uma ordem internacional multipolar e solidária com ênfase nos países latino-americanos subdesenvolvidos, bem como o ideal de promover uma identidade comum entre as referidas nações. Nesta toada, observa-se como prioridade da política externa venezuelana, a partir de 1999, a integração da região latino-americana.

4.2 O BRASIL DE LULA

No Brasil, já no transcorrer do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o modelo neoliberal mostrava-se esgotado e a política externa apontava uma necessidade de mudança. No ano de 2002, o governo FHC apresentava uma avaliação negativa, todavia algumas conquistas, como a estabilidade econômica, eram reconhecidas pela população e até por analistas econômicos e políticos (LAMOUNIER e FIGUEIREDO, 2002).

No início da campanha eleitoral, Roseana Sarney despontava nas pesquisas o que logo findou com o escândalo decorrente da denominada operação lunus da polícia federal, onde restaram apreendidos mais de R\$ 1.000.000,00 na empresa de propriedade da mesma e de seu marido, o que a fez despençar na campanha e desistir da candidatura (FONTES, 2010). Com a derrocada de Roseana, permaneceram na disputa José Serra, Ciro Gomes e Lula.

As pesquisas indicavam que a maior parte do eleitorado estava disposta a votar em um candidato que representasse mudança nos rumos do país, o que favorecia Lula, uma vez que sempre se apresentou como opositor ao governo FHC, entretanto precisava de algo mais para pensar em êxito. Lula foi derrotado em três eleições presidenciais sucessivas e era estigmatizado por isso e por sua inexperiência administrativa, imagem como líder radical de esquerda, promotor de greves e por não ter cursado nível superior, precisando justificar como pretendia ser um governante (COUTINHO; FIGUEIREDO. 2003).

Afinal, Lula era pernambucano de Garanhuns e foi um torneiro mecânico, trabalhador de metalúrgicas da região do ABC paulista, que se tornou militante e líder sindical, tendo organizado as primeiras greves naquela região durante a ditadura militar. Ajudou a fundar o partido pelo qual se elegeu deputado federal em 1986, tendo sido o mais votado do país e, após, Presidente da República (INSTITUTO LULA, 2017):

Figura 8: Lula



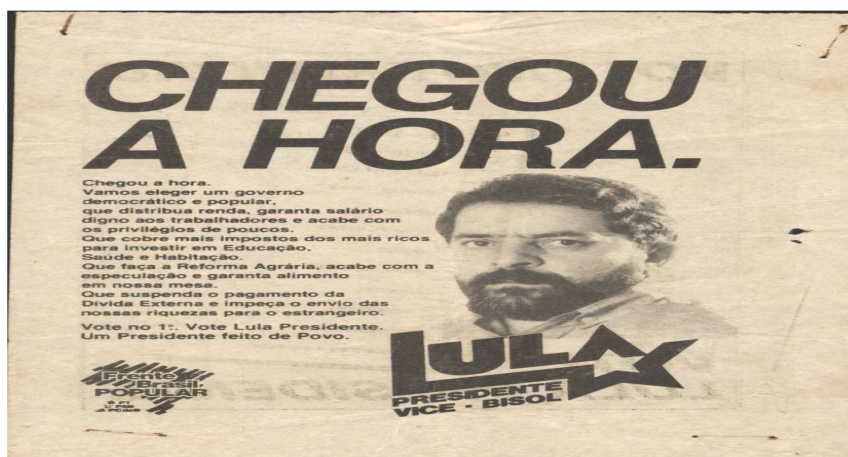
Fonte: FOLHA UOL

Todavia, uma bem traçada estratégia de marketing político apresentou Lula como um conciliador, elegantemente trajado e amparado por uma equipe técnica de qualidade, mostrando-se disposto a continuar com as linhas principais da política econômica e cumprir contratos assumidos com investidores estrangeiros, enfatizando que saberia flexibilizar e negociar para o bem do país sempre com o auxílio de estudiosos especialistas que compensariam qualquer eventual falta de preparo acadêmico de sua parte. Ademais, pesquisas indicavam que os eleitores viam em Lula um ator que poderia dedicar atenção às temáticas sociais, governando

com “garra” e “emoção” (CARRO e FELÍCIO *apud* COUTINHO; FIGUEIREDO. 2003).

As fotografias abaixo muito bem elucidam o Lula, candidato à presidência em 1989 e o Lula, candidato à presidência em 2002:

Figura 9: material da campanha presidencial de Lula em 1989.



Fonte: OLIVAR, 2006

Figura 10: material da campanha presidencial de Lula em 2002.



Fonte: Centro Sérgio Buarque de Almeida.

Em um documento denominado "Carta ao Povo Brasileiro", Lula assim de reportou no que tange ao esgotamento do modelo neoliberal e a frustração decorrente do mesmo:

(...)

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção

com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. (...) (SILVA, 2002)

No mesmo documento, além de enfatizar o apoio espontâneo de diversas classes ao projeto petista de mudança do Brasil, Lula também esclareceu sua proposta de governo em consonância com a vontade popular:

(...)

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional.

O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

(...)

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

(...)

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

(...)

Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento. Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico.

(...)

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.

(...)

Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos. (...) (SILVA, 2002)

Assim, foi somente com a chegada de Lula a presidência que novos contornos passaram a ser desenhados.

Figura 11: A posse de Lula



Fonte: JOSÉ, 2013

O governo Lula mostrou-se amplamente sustentado por bases sindicais do PT, setores das Forças Armadas, do Estado e políticos nacionalistas, além de segmentos de classe média que sofreram com o modelo econômico do governo FHC e empresários com interesse no fortalecimento do mercado interno. Por meio

destas bases adotou medidas hábeis a reduzir o imenso déficit social deixado pela era neoliberal, gerando empregos e reforçando a economia de produção (VISENTINI, 2012, p. 111-112).

Em outros termos, no governo Lula restou claro o papel do Estado na indução do processo econômico e no desenvolvimento do país, tendo sido implementadas ações como programas de intervenção direta na renda nacional, principalmente dos mais pobres, criação de conselhos integrados por diversas classes (trabalhadores, empregadores, empresários, formuladores de políticas públicas e outros), o fortalecimento das empresas estatais, como no caso dos bancos públicos (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES), e a implantação de projetos estruturantes como o Programa de Aceleração do Crescimento, tudo isso em virtude de uma retomada na função estatal de planejamento da economia (IGLESIAS; CARDOSO; STREICH, 2014)

Em 2006 Lula foi reeleito em segundo turno com 60,83% dos votos válidos (TSE, 2007) e em seu segundo mandato aprofundou as políticas iniciadas anteriormente, registrando consideráveis índices de mobilidade social e desenvolvimento econômico.

A implantação de projetos estruturantes como o Programa de Aceleração do Crescimento em 2007 também corrobora o papel conferido ao Estado como viabilizador de investimentos. Assim, estabeleceu uma série de investimentos em infraestrutura urbana, logística e energética, tudo isso em virtude de uma retomada na função estatal de planejamento da economia. (IGLESIAS; CARDOSO; STREICH, 2014, p.13)

Consoante Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnda)¹⁹ divulgada em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,) durante o período de 2001 a 2013, o rendimento médio mensal real de todas as fontes apresentou tendência próxima à evolução do rendimento do trabalho, mas

¹⁹ A PNAD foi implantada no País, gradativamente, a partir de 1967. O plano amostral da pesquisa foi inspirado no Plano Atlântida do U.S. Bureau of the Census. Desde então, essa pesquisa tornou-se a pesquisa domiciliar anual mais importante no Brasil. É uma pesquisa com múltiplos propósitos que investiga características econômicas e sociais, principalmente aquelas relativas à situação da força de trabalho. Possui abrangência nacional, com exceção da área rural da região Norte. Além disso, ocasionalmente são aplicados questionários suplementares na mesma amostra e ao mesmo tempo em que se coleta a pesquisa tradicional, com o objetivo de investigar tópicos específicos, tais como saúde, educação, trabalho, seguridade social, fertilidade, acesso aos serviços de saúde, contracepção, participação política (BIANCHINI, 1998).

com variações percentuais distintas. Traçando um comparativo entre 2001 e 2013, o crescimento foi de 20,1% (IBGE, 2013).

No rendimento de todas as fontes também houve perdas reais anuais no período de 2001 a 2004: de 3,2% (de 2001 para 2002), 7,9% (de 2002 para 2003) e 0,5% (de 2003 para 2004). De 2004 para 2005, o rendimento de todas as fontes apresentou o primeiro ganho real do período, de 5,1%. De 2005 para 2006, este rendimento aumentou em 6,1. De 2007 a 2009, os crescimentos do rendimento de todas as fontes foram de 3,4% (de 2006 para 2007), 1,8% (de 2007 para 2008) e 2,0% (de 2008 para 2009). Entre 2009 e 2011, o crescimento foi de 4,4% e entre 2011 e 2012 foi de 5,5%. Em 2013, o rendimento médio mensal real de todas as fontes foi 3,4% maior do que a média desse rendimento em 2012. (IBGE, 2013)

Constatou-se pelo Índice de Gini da distribuição de rendimentos, que desde 2001 a distribuição do rendimento médio mensal de trabalho foi menos desigual do que a distribuição do rendimento médio mensal de todas as fontes. Os Índices das distribuições do rendimento de trabalho e do rendimento de todas as fontes apresentaram tendência decrescente, o que indica uma melhora na distribuição desses rendimentos entre os anos. De 2001 para 2013, o Índice de Gini da distribuição do rendimento de trabalho diminuiu continuamente, de 0,563 para 0,494. O Índice de Gini da distribuição do rendimento de todas as fontes também caiu continuamente, mas em patamares diferentes, tendo ficado estável em 2001 e 2002, com coeficiente de 0,569 e diminuído de 0,560 em 2003 para 0,501 em 2013 (IBGE, 2013).

Comparando-se 2013 e 2011 no tangente à existência de serviços básicos nos domicílios, observa-se o crescimento das proporções de domicílios atendidos por rede geral de abastecimento de água, rede coletora de esgotamento sanitário e fossa séptica ligada à rede coletora e coleta de lixo (IBGE, 2013).

Nos casos dos domicílios atendidos por coleta de lixo e rede geral de abastecimento de água, as elevações apontadas permitiram que, em 2013, as coberturas por esses dois serviços alcançassem 90,5% e 86,0% das unidades domiciliares, respectivamente. Já em relação ao serviço de rede coletora de esgoto, 65,3% dos domicílios foram atendidos (IBGE, 2013).

Foi consistente o progresso realizado no mercado de trabalho, uma vez entre os empregados da iniciativa privada aqueles que possuíam carteira de trabalho assinada registraram percentual de 63,4% em 2001. Em 2002, essa proporção atingiu o menor patamar, 62,7%. A partir de 2003, houve crescimento desse

indicador, alcançando 76,1% em 2013. Frente a 2001 a expansão foi de 12,7 % (IBGE, 2013).

Considerando-se o total de empregados, em 2001, 55,3% do total de empregados (exclusive trabalhadores domésticos) possuíam carteira de trabalho assinada. Em 2002, essa proporção atingiu o menor patamar, 54,5%. A partir de 2003, houve crescimento do emprego com carteira de trabalho assinada, alcançando 64,8% em 2013, expansão de 9,5% se comparado a 2001 (IBGE, 2013).

De 2001 a 2013, a taxa de desocupação apresentou tendência de queda, com poucos momentos de alta – como nos anos de 2003, 2005, 2009 e 2013. Esse indicador atingiu seu nível mais baixo em 2012 (6,2%), com leve alta no ano de 2013 (aumento de 0,3 ponto percentual), porém, em patamar abaixo dos anos 2001 a 2009, com seu nível mais alto no ano de 2003 (9,7%) (IBGE, 2013).

A evolução do rendimento médio mensal real de trabalho durante o período compreendido entre 2001 a 2013 apresentou momentos distintos: de 2001 a 2004, perda média anual, e de 2005 a 2013, ganhos reais anuais (IBGE, 2013).

Em relação à previdência, a partir de 2003, houve aumento do percentual de pessoas ocupadas contribuintes de instituto de previdência em todos os anos. Essa proporção alcançou 62,1% em 2013, o que comparado a 46,7% em 2001 representou um crescimento de 15%. Essa expansão estava relacionada ao crescimento, no mesmo período, do emprego com carteira de trabalho assinada (IBGE, 2013).

No tangente à taxa de analfabetismo funcional no país, em 2002 totalizava 26,0% da população, tendo sido reduzida em 2007 para 21,7% (IBGE, 2008). Analisando-se o analfabetismo entre 2001 e 2013, observou-se uma redução de 4,0% nesse indicador (IBGE, 2013).

Diante do exposto, o contraste entre as realizações do governo Lula e a herança neoliberal do governo FHC ficou constada e que a população brasileira teve significativa melhora em seus indicadores sociais, todavia, persistiram problemas internos como o analfabetismo e o elevado índice de desigualdade.

4.2.1 Panorama da Política Externa Brasileira no Governo Lula

Desde o princípio do governo, Lula apresentou uma política externa com o escopo de retomada do multilateralismo brasileiro, estabelecendo parcerias com

países similares de todos os continentes, manutenção das relações com os países desenvolvidos e reaproximação dos países subdesenvolvidos, bem como o fomento a integração regional com a reconstrução do Mercosul, abrindo espaço para a liderança brasileira, bem como ofertando aos vizinhos uma parceria para retomada do crescimento econômico por meio da integração física e uma ação para reverter a marginalização da região sob a ótica mundial.

Já em seu discurso de posse, Lula reafirmou os dizeres da Carta ao Povo Brasileiro no transcorrer de sua campanha e, corroborando o exposto acima, conclamou:

(...) A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração. O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científicotecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem, hoje, situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina. Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outras. Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades. Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea. (...) (LULA, 2013)

A política de Lula comprometeu-se com o desenvolvimento do país e objetivou a autonomia das decisões e a luta pela inserção do país no cenário mundial com mais naturalidade. Estabeleceu um programa de governo, orientando o debate político para a solução de problemas internos, apontando primeiramente para

um projeto de política externa voltado para a América do Sul e a integração regional, sendo este um elemento hábil e promover o desenvolvimento nacional.

O Brasil estabeleceu uma agenda de temas sociais, visando a retomada de uma ofensiva diplomática, a qual desempenhou com estratégia e tática. Enfim, desenvolveu uma política protagonista, liderada por um presidente carismático (VISENTINI, 2012, p. 112).

Lula diversificou parceiros incrementando as relações comerciais com a Índia e a China, almejou liderança no G-20²⁰, criou o IBAS²¹, aproximou da América do Sul e criou UNASUL e reivindicou uma cadeira no Conselho de Segurança na Organização das Nações Unidas - ONU (SOARES, 2011, p. 75-76). Sobre a Unasul:

A Unasul é um projeto inovador de integração regional, baseado na convergência de interesses e na consolidação de uma identidade própria dos países da América do Sul. Tem como base a aproximação concreta que vem ocorrendo entre os países da região, em vertentes como a energética, a de infraestrutura, a social e a econômica.

A Unasul tem demonstrado ser de grande utilidade para seus membros, que se reúnem em conselhos que cuidam de temas de interesse comum, como o de defesa, saúde, infraestrutura, combate às drogas, entre outros. A Unasul também se provou instrumental para a pacificação da crise política pela qual passou a Bolívia, em 2008, e para o debate sobre a instalação das bases militares norte-americanas na Colômbia, no ano passado. (AMORIM, 2010)

Lula também alcançou êxito na diplomacia presidencial, explorando com destreza espaços conquistados pelo Itamaraty, tanto nas relações bilaterais como multilaterais (GONÇALVES, 2011, p. 11-31).

Neste viés, as relações internacionais do governo Lula se desenvolveram sob três prismas. O primeiro com uma diplomacia econômica, realista, preservando canais de contato com o "primeiro mundo", obtendo recursos de investimentos e tecnologias, negociando a dívida externa e visando reforçar a capacidade de atuação estatal e do mercado interno; uma diplomacia política de resistência e de reafirmação, devolvendo ao Itamaraty a atividade de formular e executar a política externa do país, com adoção de ações afirmativas, abertura de embaixadas, contato com a sociedade civil, diálogo com a sociedade acadêmica e ampliação do número de postos no exterior e também aumento do número de diplomatas; e, uma

²⁰ O G-20 é um grupo que se destina a analisar e propor soluções para evitar crises financeiras internacionais e é integrado por ministros da fazenda ou similares de dezenove países de maior economia, adicionada a União Européia. (SOARES, 2011, p. 76).

²¹ O IBAS trata-se de uma iniciativa trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul, com o propósito de integração Sul-Sul (SOARES, 2011, p. 76).

diplomacia de um programa social, propositiva, como a campanha de combate a fome, o que refletiu no âmbito internacional, na medida em que propiciava o combate de fatores internos (desemprego, criminalidade, desigualdade social) debilitadores de uma atuação internacional mais incisiva (VISENTINI, 2012, p. 112-113). Assim, proclamou o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil:

A política externa do governo do presidente Lula escolheu defender e avançar os interesses e valores brasileiros no mundo sem se furtar a prestar solidariedade aos países mais necessitados. Acreditamos que uma política externa solidária é ao mesmo tempo humanista e atende aos interesses brasileiros na medida em que um país é mais bem percebido quando contribui para a estabilidade global e para a redução das assimetrias entre os países. Ao princípio da não-intervenção, agregamos a "não-indiferença" em relação a povos que atravessam situações de dificuldade, desde que essa solidariedade seja prestada pelos canais legítimos e com a aprovação do país beneficiário.

A reforma da governança global é uma linha de força da atual política externa brasileira. Queremos contribuir para a construção de uma ordem internacional que seja mais justa, democrática e inclusiva para os países em desenvolvimento. A aproximação com outros países em desenvolvimento e a consequente universalização da nossa agenda externa são parte indissociável dessa estratégia. É nesse contexto que se insere o empenho pela integração sul-americana, a principal prioridade do governo do presidente Lula na área internacional. (AMORIM, 2010)

Em sua política externa, Lula identificou a integração com os países da região sul americana como a solução para uma melhor inserção internacional do Brasil, capaz de possibilitar a realização do potencial brasileiro e a formação de um bloco hábil a exercer influência no âmbito internacional. Assim considerou como prioridade política o processo de articulação da América do Sul sob a liderança do Brasil (SARAIVA, 2011, p. 129).

Fato é que, a partir da premissa de que somente a integração regional poderia garantir governabilidade e desenvolvimento para a América do Sul como um todo, a reconstrução do Mercosul sob uma ótica mais política do que econômica tornou-se prioridade.

4.3 AS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL- VENEZUELA, DIANTE DAS POLÍTICAS EXTERNAS DE AMBOS

Se com a assinatura do protocolo de La Guzmania a relação entre Brasil e Venezuela ganhou novos contornos, com a presidência de Chávez, ainda durante

o governo FHC no Brasil, as relações bilaterais entre os dois países se incrementaram e adensaram.

Tão logo eleito, as primeiras indicações de Chávez demonstravam a intenção de formatar uma parceria estratégica com o Brasil (URRUTIA, 2011), destacando-se no ano 2000 a assinatura da Declaração Presidencial de Caracas que tinha o escopo de impulsionar as relações bilaterais entre Brasil e Venezuela e enfatizava a necessidade de atualização do protocolo de *La Guzmania* (DECLARAÇÃO DE CARACAS. 1995).

Cumprе mencionar que em abril de 2002, no acontecimento contra Chávez, o Brasil agiu de forma convergente com a OEA no sentido de condeção do referido golpe. Também, o Presidente Fernando Henrique Cardoso colaborou na defesa da democracia venezuelana no decorrer da crise de final de 2002 e com o endosso do Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, na fortificação, via Petrobras, de petróleo à Venezuela, quando do *el paro* (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010, p. 339).

Assim, em 2003, com a ascensão de Lula ao governo brasileiro constatou-se uma aproximação entre os países, mencionando-se, inclusive, uma "nova era história" e, a partir de 2005, o estabelecimento de uma Aliança Estratégica entre ambos, com reuniões periódicas entre os mandatários a partir de 2007, elevando a relação entre os países a outro nível (ZURITA, 2007).

Brasil e Venezuela acenavam com a ideia de aproveitamento da integralidade de seu potencial, consistente na vasta extensão territorial de ambos e na possibilidade de unir forças para inserir temáticas como pobreza e desigualdade na agenda mundial, o que pode ser visualizado com a criação do Grupo de Amigos da Venezuela, em 2003 e por iniciativa brasileira.

O Grupo de Países Amigos da Venezuela era composto por Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos e Portugal e tinha o propósito de auxiliar na estabilidade política venezuelana por meio da contenção das pressões que vinham sendo suportadas pelo governo de Chávez (URRUTIA, 2011), também tinha o escopo de unir forças para inserir temáticas como pobreza e desigualdade na agenda mundial.

O potencial energético e a posição privilegiada da Venezuela diante do Caribe em conjunto com o potencial industrial brasileiro se aliaram enquanto fatores estratégicos a uma maior valorização do contorno sul-americano pela política

externa desses dois países, em razão do aumento da interação entre eles. (ZURITA, 2007).

A "aliança estratégica" entre Brasil e Venezuela firmada em Caracas em 14/02/2005 pode ser verificada como uma consequência do adensamento expressivo nas relações entre ambos no âmbito político, social, econômico, cultural e científico-tecnológico (COMUNICADO CONJUNTO. ALIANÇA ESTRATÉGICA BRASIL-VENEZUELA. 2005) e foi firmada a partir de projetos suntuosos no campo da infraestrutura, na ativa participação do capital brasileiro na economia venezuelana e no diálogo de nível elevado entre atores de peso dos dois países, mas, também pela cumplicidade política entre seus governantes, o que se constata pelos inúmeros documentos bilaterais firmados na mesma data e colacionados no quadro abaixo, atentando-se apenas aos que entraram em vigor no âmbito internacional após celebração:

QUADRO 8 - DOCUMENTOS CELEBRADOS EM 14/02/2005

Temática	Vigência internacional
Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	19/08/2010
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica	14/08/2009
Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da Venezuela sobre Construção de Plataformas e Navios	14/02/2005
Memorando de Entendimento para Cooperação na Área da Indústria do Biodiesel entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela	14/02/2005 e Expirado em 14/02/2006
Memorando de Entendimento para Cooperação na Área da Indústria do Etanol Combustível entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela	14/02/2005 e Expirado em 14/02/2006
Protocolo de Intenções entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário da República Federativa do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da República Bolivariana da Venezuela sobre Cooperação na Áreas de Agricultura Familiar e Reforma Agrária	14/02/2005
Memorando de Entendimentos entre a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República Federativa do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da República Bolivariana da Venezuela	14/02/2005

Fonte: a autora, 2017.

Nota: BRASIL, 2017.

Ainda em 2005, Venezuela e Brasil firmaram Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela para a Interconexão Elétrica, em Montevideu no Uruguai, o qual entrou em vigor em 09/12/2005 e já tendo expirado e o Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo

da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, firmado em Caracas em 30/12/2005, em processo de ratificação desde 2010 (BRASIL, 2017).

Em 18/01/2007 foi firmada e entrou em vigor no plano internacional a Declaração do Rio de Janeiro entre Brasil e Venezuela - Primeiro trecho do Grande Gasoduto do Sul, onde afirmaram:

A concretização do Grande Gasoduto do Sul constitui um compromisso estratégico entre Venezuela e Brasil que representa um passo decisivo rumo à integração energética, econômica e social da América do Sul e ao fortalecimento da Comunidade Sul-americana de Nações e da iniciativa Petrosur. O Grande Gasoduto do Sul é um projeto abrangente e aglutinador da integração energética regional. Nas fases seguintes incluirá Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, além de outros países sul-americanos que dele desejarem fazer parte. (DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO ENTRE BRASIL E VENEZUELA - PRIMEIRO TRECHO DO GRANDE GASODUTO DO SUL. 2007)

O projeto do Gasoduto do Sul ligaria as reservas venezuelanas aos centros consumidores do sul do continente, criaria demanda para o gás venezuelano e com a expectativa de solucionar o problema energético da Argentina, que possui sua matriz concentrada no gás e reservas por tempo limitado (PAZ; NUNES, 2011), traduzindo-se em uma significativa medida de integração regional denotando liderança brasileira, todavia, não se concretizou.

Ainda em 23/04/2007 celebraram o Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela na Área da Infra-Estrutura, o qual entrou em vigor internacionalmente em 07/06/2007, objetivando estabelecer mecanismos de cooperação para a execução de obras de infra-estrutura em toda a Venezuela, com ênfase em algumas obras especificadas no mesmo (MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA NA ÁREA DA INFRA-ESTRUTURA, 2007).

Outros documentos bilaterais foram firmados em 13/12/2007, atentando-se apenas aos que entraram em vigor no âmbito internacional após celebração, contudo, não pormenorizando acerca dos mesmos, uma vez não denotaram tanta vultosidade.

No ano de 2008 os dois países chegaram a celebrar acordos e memorandos no setor alimentar, no âmbito da agricultura, saúde, direito penal, transporte aéreo, cooperação ambiental, energética, cooperação econômica e cooperação técnica.

Assim, neste ano, merecem enfoque especial os abaixo elencados:

QUADRO 9 - DOCUMENTOS CELEBRADOS EM 2008

Temática	Vigência internacional
Memorando de Entendimento no Marco do Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela em Matéria Siderúrgica.	05/12/2008
Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela para a Interconexão Elétrica.	27/06/2008 - Expirou em 27/06/2010
Memorando de Entendimento entre o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Economia Comunal da República Bolivariana da Venezuela	26/06/2008
Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Venezuela para o Desenvolvimento de um Centro Binacional em Santa Elena de Uairén.	26/06/2008

Fonte: a autora, 2017.

Nota: BRASIL, 2017.

Da mesma forma, em 2009, Brasil e Venezuela continuaram a firmar acordos e memorandos em setores diversos, merecendo enfoque os abaixo discriminados:

QUADRO 10 - DOCUMENTOS CELEBRADOS EM 2009

Temática	Vigência internacional
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Setor Elétrico	25/05/2009
Ajuste Complementar entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela ao Convênio Básico de Cooperação Técnica nas Áreas Agrícola e Industrial	04/06/2009
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Cooperação no Setor Alimentar e nos Setores de Investimento e Comercialização de Alimentos.	30/10/2009
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Comunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias da República Bolivariana da Venezuela, para a Implementação da Radiodifusão de Televisão Digital Terrestre na República Bolivariana da Venezuela	30/10/2009

Fonte: a autora, 2017.

Nota: BRASIL, 2017.

Foi também em 2009 que o Congresso Brasileiro aprovou o Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul. Ressalta-se que desde o princípio o Brasil se mostrou favorável a entrada da Venezuela no Mercosul, o que foi bastante contestado, visto que para a oposição a estrutura política venezuelana não observava as regras democráticas. Entretanto, para o Brasil, a participação venezuelana teria o condão de ampliar bloco e teria o condão de integração dos demais países da América do Sul, inclusive, demonstrando que a integração regional não é exclusividade do Cone Sul e, acabaria por possibilitar uma participação mais contundente dos Estados da região norte do Brasil nos reflexos de uma política integracionista (GONÇALVES, 2011, p. 23).

Em 2010, os dois países continuam a tratar, todavia, fica bastante visível uma estagnação do diálogo, o que se denota a partir dos poucos documentos firmados, bem como a temática abordada:

QUADRO 11 - DOCUMENTOS CELEBRADOS EM 2010

Temática	Vigência internacional
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Energia Elétrica	28/04/2010
Primeiro Plano de Ação Social entre Brasil – Venezuela.	06/08/1010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação do Projeto “Cooperação Técnica entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Instituto Nacional de Estatística da Venezuela”	25/11/2010

Fonte: a autora, 2017.

Nota: BRASIL, 2017.

Em que pese extrapole o recorte temporal do presente trabalho, em razão de ser ainda reflexo do Governo Lula expõe-se alguns pontos referentes aos anos de 2011 e 2012, quando a relação de ambos esfria consideravelmente, tendo-se apenas a Carta de Compromisso entre a República Federativa do Brasil e República Bolivariana da Venezuela no Marco do *Gran Misión Venezuela* para o Estabelecimento de Programa de Transformação Integral de Favelas, que vigorou entre 01/12/2011 e 01/02/2012 em que ambos declaram a vontade de iniciar ações concretas para implementar um programa de projetos e edificações para concretizar os objetivos do *Gran Misión* venezuelano.

Entretanto, apesar da estagnação do diálogo, foi justamente em 2012 que as evidencias econômica favoráveis à Venezuela acabaram favorecendo a mesma e

viabilizando o ingresso no Mercosul, visto que, Chávez agia no intuito de libertar a economia da exclusiva dependência das exportações do petróleo e ao fazer isso, evitando as importações dos EUA e enfraquecendo os laços que os interligavam, a Venezuela passou a importar alimentos e produtos manufaturados e a recorrer aos prestadores de serviços dos demais países do bloco, em especial as construtoras de grandes obras públicas do Brasil, que viu um vultoso crescimento das suas exportações para a Venezuela (GONÇALVES, 2011, p. 23).

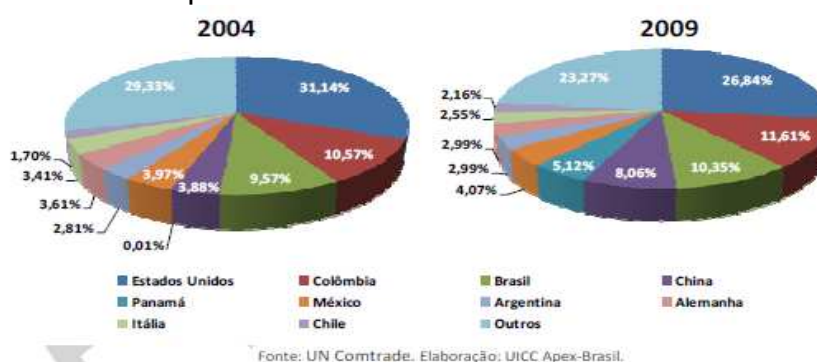
A fim de confirmar o exposto referente à *evidências econômicas favoráveis*, cumpre colacionar dados oriundos de pesquisa elaborada pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil):

A estrutura do comércio exterior venezuelano é caracterizada por uma elevada concentração de exportação de recursos naturais e poucos produtos, como petróleo e gás natural, derivados de petróleo e metais não ferrosos, que representaram mais de 81% do total da pauta das exportações em 2004. Em 2009, esse percentual superou os 90%. Entre os anos de 2004 e 2009, os dois principais destinos das exportações venezuelanas foram os Estados Unidos e a China (...)

Com o Brasil, terceiro maior parceiro comercial, percebe-se que a Venezuela vem adquirindo relevância no intercâmbio comercial desde 2000. A corrente comercial entre os dois países aumentou significativamente, passando de US\$ 2,1 bilhões, em 2000, para US\$ 4,7 bilhões em 2009. O intercâmbio entre os dois países é amplamente favorável ao Brasil, visto que importou da Venezuela US\$ 833 milhões, enquanto as exportações brasileiras para o mercado venezuelano foram de US\$ 3,85 bilhões. (CARVALHO; MEYER. 2011, p.4)

Os gráficos abaixo constam do mesmo estudo realizado pela ApexBrasil e corroboram a diminuição das importações dos EUA e o adensamento das importações dos países da região sul americana:

Gráfico 12: panorâma de países fornecedores do mercado venezuelano 2004-2009



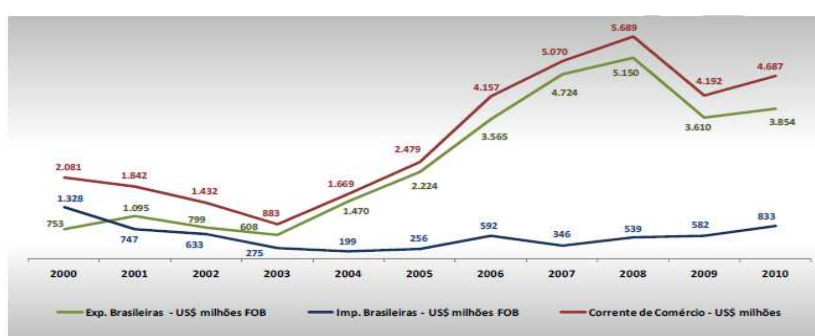
FONTE: CARVALHO; MEYER. 2011, p.42

Nota: Dados obtidos pelo UN Comtrade e gráfico elaborado pela Apex-Brasil.

Pelos mesmos observa-se que no período compreendido entre 2004 e 2009, os Estados Unidos decaíram do total de 31,1% do total da pauta de importações para 26,8%, enquanto o Brasil apresentou um crescimento de 9,57 para 10,35, assim como outros países sul-americanos, citando-se Colômbia, Chile e Argentina.

O mesmo estudo ainda apresenta o gráfico abaixo comparando a soma do comércio bilateral Brasil-Venezuela nos períodos 2000-2003 e 2003-2008:

Gráfico 13: corrente de comércio Brasil-Venezuela



Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior brasileiro. Elaboração: UICC Apex-Brasil.

FONTE: CARVALHO; MEYER. 2011, p.45

Nota: dados obtidos pelo MDICEB e gráfico elaborado pela Apex-Brasil.

O referido gráfico deixa claro o crescimento das exportações Brasileiras para a Venezuela entre 2003 e 2008, uma leve queda em 2009 e a estabilização em 2010 (principalmente de Fabricação de aparelhos e equipamentos de telefonia e radiotelefonia e de transmissores de televisão e radio, Fabricação de automóveis, caminhonetes e utilitários e Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores no primeiro período e pecuária, Abate e preparação de produtos de carne e de pescado e Fabricação e refino de açúcar), diferentemente das importações, as quais se mostraram pouco significativas (principalmente de produtos derivados do petróleo, produtos químicos e metalurgia de metais não-ferrosos no primeiro período e produtos derivados do petróleo, carvão mineral e fabricação de produtos químicos orgânicos no segundo período) (CARVALHO; MEYER. 2011).

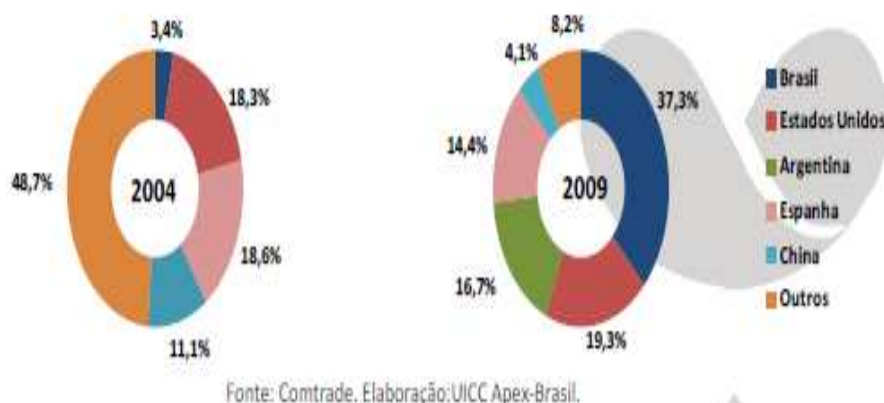
No que se refere ao saldo na balança comercial, o Brasil obteve saldos positivos na relação com a Venezuela:

A única exceção ocorreu em 2000, quando essa relação foi negativa em quase 30%. Somente entre 2001 e 2003, a representatividade do saldo comercial foi menor, situando-se entre 11,6% e 37,7%. Já no período 2004-

2010, essa representatividade media foi sempre superior a 70%. Isso pode ser justificável pelo fato de que a economia brasileira é grande produtora e exportadora líquida de alimentos para a Venezuela, enquanto a economia dessa, ao contrário, apresenta escassez desse tipo de produto, devido a sua forte especialização no setor petrolífero. (CARVALHO; MEYER. 2011, p.46)

Por fim, os gráficos abaixo corroboram o vultoso crescimento das exportações brasileiras para a Venezuela:

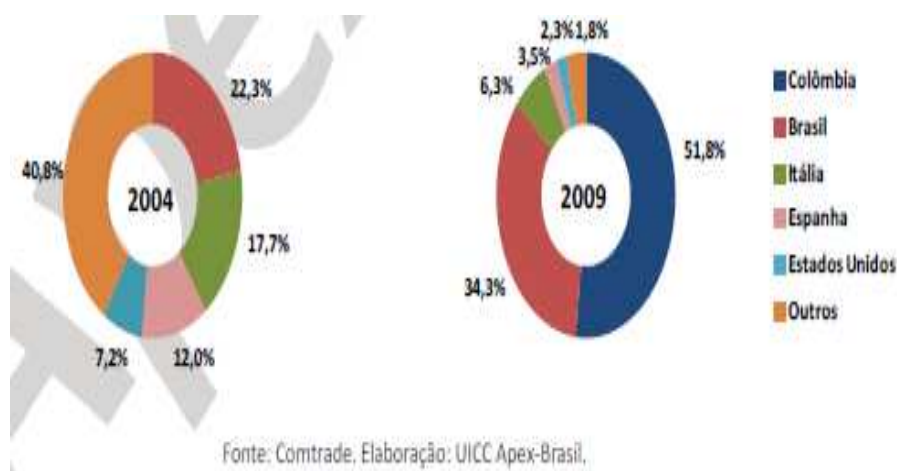
Gráfico 14: evolução da participação de mercados dos principais fornecedores de Construções pré-fabricadas para a Venezuela (2004-2009)



FONTE: CARVALHO; MEYER. 2011, p. 82

Nota: Dados obtidos pela Comtrade e gráfico elaborado pela Apex-Brasil.

Gráfico 15: evolução da participação de mercados dos principais fornecedores de outros tijolos e peças de cerâmicas para construção de refratários para a Venezuela (2004-2009)



FONTE: CARVALHO; MEYER. 2011, p. 82

Nota: Dados obtidos pela Comtrade e gráfico elaborado pela Apex-Brasil.

Observa-se que o Brasil cresceu absurdamente no referido setor, tudo em virtude dos acordos de cooperação acima elencados, firmados entre os dois países, em que pese, justamente a partir de 2010 as relações bilaterais tenha começado a perder força.

O quadro abaixo, bem elucida o relacionamento Brasil- Venezuela no período compreendido entre 2003 e 2010:

QUADRO 12 - RELAÇÃO BRASIL-VENEZUELA 2003-2010

2003	<ul style="list-style-type: none"> * Criado, por iniciativa brasileira, o “Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela” (janeiro). O Grupo de Amigos reúne-se em Brasília (março) * Visita do Presidente Hugo Chávez ao Recife (abril) * Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Caracas e Puerto Ordaz (agosto)
2004	<ul style="list-style-type: none"> * Visita do Presidente Hugo Chávez a Manaus (setembro) * Firmado o Acordo de Complementação Econômica nº 59 (ACE-59) entre MERCOSUL, Colômbia, Equador e Venezuela (outubro)
2005	<ul style="list-style-type: none"> * Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Caracas. É estabelecida a Aliança Estratégica entre Brasil e Venezuela (fevereiro) * Primeira reunião trilateral entre os Presidentes do Brasil, da Argentina e da Venezuela, em Montevideu (março) * Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Ciudad Guayana, para reunião quadripartite Brasil/Venezuela/Colômbia/Espanha (março) * Encontro dos Presidentes do Brasil, Venezuela e Argentina em Caracas (junho) Visita do Presidente Hugo Chávez a Brasília (agosto) * Lançamento da pedra fundamental da refinaria binacional Abreu e Lima, em Suape (Pernambuco) com a presença dos Presidentes Hugo Chávez e Luiz Inácio Lula da Silva (dezembro)
2006	<ul style="list-style-type: none"> * Visita do Presidente Hugo Chávez a Brasília para encontro trilateral Brasil-Venezuela-Argentina (janeiro) * Encontro quadripartite Brasil-Venezuela-Argentina-Bolívia, em Puerto Iguazú, Argentina (maio) * Assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL em Caracas (junho) * Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita Ciudad Guayana e participa das cerimônias da inauguração da segunda ponte sobre o Rio Orinoco e do fim das fases de quantificação e certificação das reservas petrolíferas do campo Carabobo (novembro) * Presidente Hugo Chávez, reeleito, visita o Brasil (dezembro)
2007	<ul style="list-style-type: none"> * Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez mantêm encontro bilateral à margem da XXXII Cúpula do MERCOSUL, no Rio de Janeiro (janeiro) * Presidente Chávez visita Manaus para encontro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ambos decidem manter encontros periódicos (setembro) * Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Caracas (dezembro)
2008	<ul style="list-style-type: none"> * Abertura de escritórios da Embrapa e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) em Caracas, para apoiar a implementação de programas de cooperação agrícola e industrial * Encontro dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez no Recife. É assinado Contrato de Associação entre Petrobras e PDVSA para a construção e operação da Refinaria Abreu e Lima (Pernambuco) (março) * Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita Caracas para encontro com o Presidente Chávez. Os Presidentes assistem por videoconferência à primeira sementeira de soja em território venezuelano em decorrência das atividades de cooperação agrícola com apoio da Embrapa (junho) * Encontro tripartite Brasil-Venezuela-Bolívia em Riberalta, Bolívia (junho) * Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebe o Presidente Hugo Chávez em Manaus para reunião bilateral e encontro quadripartite Brasil-Venezuela-Bolívia-Ecuador (setembro)

2009	<ul style="list-style-type: none"> * Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez encontram-se no Fórum Social Mundial, em Belém. Também participam do encontro os Presidentes do Equador, Bolívia e Paraguai (janeiro) * Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Chávez encontram-se na sede do “Projeto Agrário Socialista Planície de Maracaíbo” em Zúlia, Venezuela (janeiro) * Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebe o Presidente Chávez em Salvador (maio) * Inaugurada a primeira fase da interconexão de fibra ótica entre Santa Elena do Uairén (Venezuela) e Boa Vista (setembro) * Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Chávez encontram-se em Caracas e El Tigre, no estado de Anzoátegui (outubro) * Congresso brasileiro aprova o Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL (dezembro)
2010	<ul style="list-style-type: none"> * Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez encontram-se em Caracas (agosto) Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez encontram-se em Brasília (abril)

Fonte: a autora, 2017.

Nota: BRASIL, 2017.

Cumprir ainda ressaltar que, em que pese a eleição de Dilma Rousseff e o governo da mesma a partir de 01/01/2011, o presente trabalho limitar-se-á ao final do governo Lula por dois motivos: primeiro pela visível estagnação da relação entre Brasil e Venezuela a partir de 2010 e, também, por entender que os poucos atos significativos entre 2011 e 2013 (ainda durante o Governo Chávez) tratam-se de desdobramentos do período abordado, não demandando uma análise específica do governo Dilma, o qual não integra o recorte deste estudo.

Em razão do estudo delineado acima, as relações Brasil-Venezuela muito se integraram aos preceitos do pós regionalismo, uma vez que o mesmo apresentou uma agenda positiva para a integração, priorizando o Estado. Todavia, os números apresentados denotam como beneficiários atores privados, como, por exemplo, os setores da construção civil e o setor alimentício.

Desta feita, diante da diversidade da política externa adotada por cada um, da heterogeneidade de seus regimes comerciais, das diferenças em seus padrões produtivos e modelos democráticos foram, sim, por longo período (1999-2010) estimulados a desenvolver projetos de integração regional entre si, no campo da infraestrutura, mas também com reflexos em dimensões sociais e políticas, ambos, sim, com o intuito em comum de valorização de América Latina e do fortalecimento do nacional, com iniciativas de integração regional também em comum que operam nesta dinâmica como a UNASUL e o MERCOSUL, que embora criado no cerne do regionalismo aberto, suportou a implementação de movimentos de reforma, justamente para fins de melhor se adequar ao momento atual, sobre as quais cumpre expor.

4.3.1 Brasil e Venezuela e a Integração Regional da América do Sul

O Mercosul foi criado no contexto do regionalismo aberto, como um bloco regional visando a liberalização do comércio e a formação de um mercado comum, mediante a assinatura, em 26 de março de 1991, do Tratado de Assunção, por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, promulgado em âmbito interno brasileiro em 21 de novembro de 1991, por meio do Decreto n. 350, com o objetivo de integração dos Estados membros por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes (BRASIL, 1991).

Em 2003 ao assinar o Acordo de Complementação Econômica com o Mercosul a Venezuela facilitou o aumento das exportações brasileiras para o país vizinho consoante dados já apresentados acima (CARVALHO; MEYER. 2011).

Ainda no ano de 2003, com a assinatura da Carta de Buenos Aires sobre o Compromisso Social no Mercosul, Bolívia e Chile, contata-se um primeiro sinal de reformulação do mesmo, visto que os Estados se declaram *convencidos de que o crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente para alcançar uma melhor qualidade de vida, erradicar a pobreza e eliminar a discriminação e exclusão social* e reconhecem a *responsabilidade do Estado na formulação de políticas destinadas a combater a pobreza e outros flagelos sociais* (CARVALHO; MEYER. 2011). Por fim:

A convergência de ideias em torno do regionalismo espelhando um novo modelo de desenvolvimento ganhou a forma de um documento oficial em outubro de 2003, quando os presidentes do Brasil, Lula, e da Argentina, Nestor Kirchner, anunciaram um acordo de cooperação regional chamado de Consenso de Buenos Aires. O nome é significativo da posição que os dois mandatários queriam demarcar: opõe-se ao Consenso de Washington, o receituário de medidas neoliberais que marcou a política da região desde a década de 1990. Diferente deste último, um conjunto de medidas econômicas liberalizantes, o Consenso de Buenos Aires tem um tom mais político e defende a primazia do desenvolvimento social sobre os ganhos econômicos. (BARBOSA, 2011, p. 106).

Em 2005, entrou em vigor o Acordo de Complementação Econômica Mercosul- Colômbia/Equador/Venezuela, consistente em um programa de liberalização comercial, com ritmos e prazos de degravação diferenciados, com concessões maiores para Paraguai, Uruguai e países andinos (ACE-59, 2005).

A Venezuela deixou de fazer parte da Comunidade Andina (CAN) em 2006 e passou a atuar como observador do Mercosul. O ingresso da Venezuela como membro pleno do Bloco foi acordado em 2005 e, em 2006, foi aprovado o Protocolo de Adesão, que contem os compromissos e as etapas requeridas pelo processo, prevendo-se prazos para a adoção da TEC (Tarifa Externa Comum), para a liberalização do comércio, assim como algumas condições para se adotar um conjunto de normas comunitárias.

Também em 2005, integrando o Mercosul na condição de membro associado e assinando o acordo de cooperação estratégica com o Brasil, a Venezuela fez solicitação formal para passar à condição de membro pleno.

Assim, em que pese a mudança do bloco passando a configurar em suas premissas uma agenda social, no que tange a Brasil e Venezuela nada se tem a especificar para o período objeto de estudo, além de toda aproximação que ocorreu entre ambos por meio de acordo bilaterais durante o processo de adesão da Venezuela ao Bloco, já pormenorizado, visto que está somente passa a integrá-lo efetivamente, em 2012 e as relações entre ambos já sofrem um esfriamento crucial em 2010.

Já no tangente à UNASUL, consoante destacado acima, trata-se de uma iniciativa de integração regional desenvolvida na dinâmica do pós-regionalismo, da qual, fazem parte Brasil e Venezuela, juntamente com Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai, Colômbia e Paraguai.

A Venezuela, a partir de Chávez também teve um papel interessante para propiciar o desenvolvimento de uma democracia participativa e protagônica a partir da lógica da cooperação e complementaridade e com o intuito de fortalecer uma Integração Regional Alternativa e segurança democrática (LLOVERA, 2014).

Surgiu a partir da Comunidade Sul Americana de Nações (CASA) e o tratado que a constituiu foi aprovado durante Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, no dia 23/05/2008 em Brasília e entrou em vigor no dia 11/03/2011, com o propósito de o objetivo de construir um espaço de integração dos povos sul-americano. Neste sentido:

Ahora bien, a los "nes de describir una dimensión jurídica de la llamada Neo-Integración Regional Alternativa que representa la UNASUR, debemos tomar como punto de partida la fecha cierta de su nacimiento, y para ello debemos comenzar por el primer artículo de su Tratado Constitutivo, que establece claramente la voluntad de existir, el cual fue consensuado sin

di"cultad, destacando que por primera vez en la historia de nuestro continente se reúnen condiciones excepcionales: tanto objetivas como subjetivas, que permitieron que doce autoridades políticas apostarían a este nuevo modelo de integración regional, con lo que se rea"rma la clara intención de avanzar conforme se expreso en la Cumbre de Jefes y Jefas de Estado y de Gobierno en Brasilia-República Federativa del Brasil, el 23 de mayo de 2008, con la aprobación del Tratado Constitutivo de la UNASUR, y como consecuencia inmediata se convierte en una organización dotada de personalidad jurídica internacional, que no es otro cosa que tener la capacidad para ser titular de derechos y obligaciones. (LLOVERA, 2014).

A Unasul tem o condão de desenvolver a consciência política da integração, visto que constitui um *locus* propicio para o diálogo de alto nível entre as nações que a integram (VISENTINI, 2013, p. 115).

Ainda, considerando as dificuldade de se promover integração regional sem integração da infraestrutura física, o que viabiliza o contato entre os povos, tem-se o Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul (Cosiplan) com a finalidade de promover o processo de integração da infraestrutura física na América do Sul.

O Cosiplan incorporou a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)²², aproveitando o acervo de trabalho elaborado no período compreendido entre 2000 e 2010 no que diz respeito a integração da infraestrutura regional, sobre a qual restou exposto acima (IIRSA, 2009)

Em uma perspectiva de integração regional, em 11 de maio de 2011, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), elaborou relatório acerca da Iniciativa para a IIRSA e, no mesmo relatório especificou acerca do Eixo Amazônia-Orinoco, com o objetivo de promover a integração de infraestrutura entre a região norte do Brasil e a região sul da Venezuela, tendo estabelecido ações prioritárias no tangente a Substituição do Eixo Escudo Guianense pelo Eixo Amazônia-Orinoco no âmbito da IIRSA, integração do sistema de transportes por via terrestre, ferroviária, hidroviária e aérea, integração energética e integração econômica. (IPEA, 2011).

²² A IIRSA se consubstancia no regionalismo aberto e na coordenação público-privada e tem como princípios norteadores a sustentabilidade econômica, social, ambiental e político institucional, o aumento do valor agregado do produto, tecnologias da informação, convergência normativa e a formação de eixos de integração e desenvolvimento. Em 2004, realizou-se em Cuzco, a III Reunião de Chefes de Estado da América do Sul, a qual formou a Comunidade Sul-Americana de Nações - CASA (posteriormente, Unasul) e a IIRSA passou a ter mais atenção na intenção de construção de um modelo diferente de integração. Assim, manteve seu foco no regionalismo aberto, todavia foi consolidada a Agenda de Implementação Consensuada (AIC) 2005–2010, a qual abandonou a visão de área de livre-comércio na América do Sul (PADULA, 2011).

No referido relatório restou expresso a necessidade de se desenvolver estudos que viabilizassem a integração regional de infraestrutura entre a Bacia Amazônica e a Bacia do Orinoco, o que ocasionaria em uma ocupação territorial do norte do Brasil e do Sul da Venezuela, aproveitando-se os recursos naturais da região e propiciando o desenvolvimento nacional de ambas sem que isso afetasse a soberania dos dois países. (IPEA, 2011).

Nesta perspectiva, a IIRSA, na época, estabeleceu como um de seus eixos o denominado Escudo das Guianas o qual compreende a Região Oriental da Venezuela (os Estados de Anzoátegui, Bolívar, Delta Amacuro, Distrito Capital, Nueva Esparta, Guárico, Miranda, Monagas, Sucre e Vargas), o arco norte do Brasil (Amapá, Roraima, Amazonas e Pará), além da totalidade dos territórios da Guiana e do Suriname no sentido oeste-leste. (IPEA, 2011).

O referido eixo Escudo das Guianas é dividido em grupos e o seu Grupo 1, intitulado Interconexão Venezuela-Brasil, destaca corredores de integração que interligam o norte do Brasil ao Sul da Venezuela, por meio da interconexão Amazônia-Orinoco, trazendo projetos de reabilitação da rodovia que liga Manaus a Caracas, incluindo a recuperação da BR-174 e a manutenção da Troncal 10 na Venezuela e a navegabilidade da hidrovia do rio Negro até a fronteira com a Venezuela. (IPEA, 2011).

Entretanto, o mesmo relatório declara que durante todo o período da IIRSA esse foi o Eixo que registrou menos projetos relevantes apresentados e/ou executados (apenas a ponte que liga o Brasil a Guiana). Todavia, mesmo assim, eles são centrais tanto para Brasil como para Venezuela, pois abrem espaço para transformações sociais e de produção em regiões pouco desenvolvidas de ambos os países, visto que, tanto o norte do Brasil como o sul da Venezuela denotam os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), respectivamente, como já demonstrado. (IPEA, 2011).

O interesse da Venezuela no desenvolvimento e na segurança do eixo estratégico Amazônia-Orinoco se consubstancia nos recursos energéticos e projetos decorrentes deste em razão da extensa Faixa Petrolífera do rio Orinoco, além da biodiversidade, do exacerbado potencial de transporte hidroviário, agrícola, industrial e de mineração na região sul do mesmo. (IPEA, 2011).

Pelo prisma brasileiro, o relatório do IPEA destaca que a consolidação do eixo Amazônia-Orinoco mediante integração de infraestrutura criaria um novo canal

de aproximação com os países da bacia do Caribe em um contexto em que a política externa para a integração regional ampliaria seu alcance, diante das possibilidades de cooperação e integração produtiva com o Caribe. (IPEA, 2011).

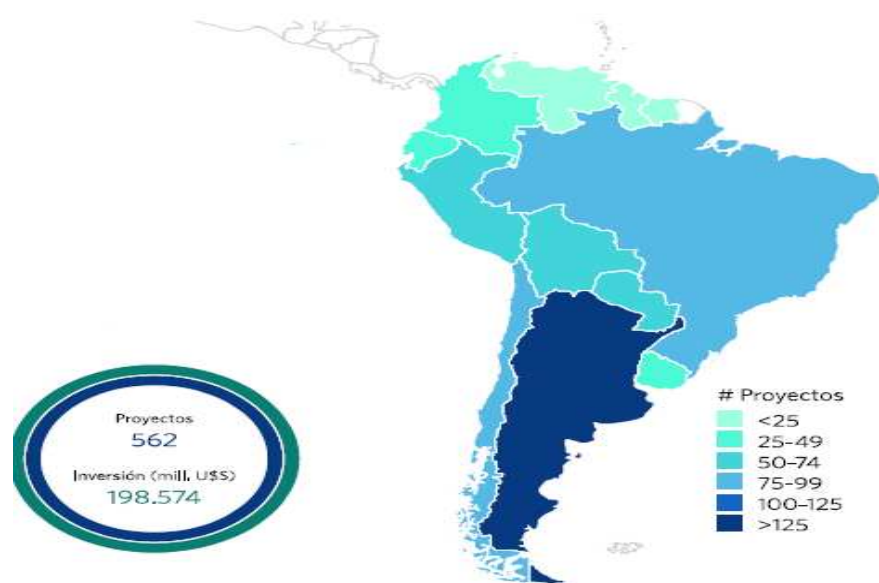
Aludidas medidas também facilitariam o acesso a portos mais próximos das rotas internacionais estratégicas que passam pelo Caribe, potencializadas com o alargamento do Canal do Panamá, e a possibilidade de maior articulação com o Pacífico e os mercados asiáticos. (IPEA, 2011).

Nesta perspectiva, todo o delineado acima faz com que se acredite que o referido eixo se adequadamente trabalhado em conjunto com os demais eixos estabelecidos poderia propiciar a real integração Brasil-Venezuela, bem como destes com os demais países sul americanos.

Entrementes, as propostas e projetos são inúmeros, variam desde o setor de transporte (terrestre, aéreo, ferroviário e hidroviário), tecnologia, comunicação e energia entre Brasil e Venezuela, bem como entre estes e os demais países da região sul americana.

O mapa abaixo traduz um panorama geral de 562 projetos, todavia, apenas 156 restaram concluídos (IIRSA-COSIPLAN):

Gráfico 16: panorama geral de 562 projetos da IIRSA



FONTE: IIRSA-COSIPLAN

Nota: Sistema de Información de Proyectos

Consultando os projetos de integração de infraestrutura abrangendo Brasil e Venezuela observa-se que a integração rodoviária entre ambos encontra-se deteriorada, devido à interligação do lado brasileiro feita pela rodovia BR-174 e do lado Venezuelano pela Troncal 10, encontrar-se em péssimas condições. A ficha do projeto extraída do sítio eletrônico do COSIPLAN descreve a conclusão do serviço no lado brasileiro, mas a necessidade constante de manutenção do lado venezuelano.

Ressalta-se a inexistência de integração ferroviária entre os dois países, o que demanda atenção, até mesmo diante da necessidade de que eventuais projetos de reparação da interligação rodoviária e criação ferroviária, observarem um meio sustentável e de menor impacto ambiental na sua concretização.

A integração no setor de comunicação por meio da implementação de sistema de fibra ótica para transmitir internet banda larga entre Santa Helena de Uairém e Manais, passando pela Eletronorte e atravessando a Venezuela foi inaugurado em 11/02/2011.

No concernente a integração hidroviária, o relatório enfatiza que a mesma é realizada de forma ineficiente e demanda significativas intervenções, uma vez que o rio Orinoco apresenta limitações para o transporte de cargas em virtude de não ser integralmente navegável com densa corredeira e pedreiras necessitando de canais e eclusas, mediante significativa intervenção de engenharia hidráulica (IPEA, 2011), todavia, jamais deixou de ser um projeto escrito e tão somente isso.

A integração aérea, até mesmo em razão das peculiaridades geográficas da região é precária, não ocorrendo diretamente entre o norte do Brasil e o sul da Venezuela, no eixo em análise (IPEA, 2011).

O projeto do Gasoduto do Sul exposto acima e que poderia criar demanda para o gás da Venezuela e solucionar o problema energético Argentino, concretizando uma expressiva conduto em prol da concretização da integração regional com liderança brasileira também surgiu no âmbito da IIRSA e não se concretizou.

No âmbito da Unasul, sob o aspecto da integração financeira, foi criada a ideia do Banco do Sul, um banco regional de desenvolvimento econômico e social, o qual constitui um dilema brasileiro, uma vez que, apesar da expectativa de aumento da legitimidade do Brasil como líder regional e a possibilidade de uma melhor distribuição do investimento entre os membros da UNASUL, poderia também limitar

o poder brasileiro sobre a alocação de recursos, pois este teria a opção de avançar unilateralmente financiando projetos regionais vultosos de empresas brasileiras, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (BARROS; CALIXTRE, 2010).

A superação deste dilema pela constituição plena do Banco do Sul significaria grande avanço na integração regional e na solução de problemas estruturais que o Brasil, unilateralmente, não seria capaz de solucionar. Todavia, o mesmo ainda continua "no papel" como muitos outros projetos (BRASIL, 2017).

Assim, resta demonstrada a complexidade do problema e a oportunidade de se galgar inúmeros degraus em um processo de integração como instrumento do desenvolvimento nacional e sustentável por meio de medidas conexas entre Brasil e Venezuela por meio do específico eixo de integração. A fim de corroborar o exposto:

No contexto dessa política de ampliação da integração, fomentada originalmente pelo Brasil, a cooperação com a Venezuela afigura-se como elemento fundamental. Isto se deve à complementaridade existente entre os dois países, à estratégica posição particular ocupada pela Venezuela na confluência dos diversos processos de integração subregional e, talvez o mais importante de tudo, à identidade de percepções, necessidades e objetivos esboçadas pelos dois países nos marcos dessa ampla problemática. (GUIMARÃES, S. P., CARDIM, C. H., 2003, p. 68).

Todavia, apesar de serem inúmeros os projetos, em diversas áreas, somente dois lograram êxito com a efetiva conclusão, sendo que o referente a interligação do lado brasileiro feita pela rodovia BR-174 e do lado Venezuelano pela Troncal 10, encontrar-se em péssimas condições, não tendo, portanto atingido seu objetivo.

Diante de todo o contexto acima, observa-se que juntamente com a abertura do mercado venezuelano a produtos e empresas brasileiras, têm-se os maiores avanços da intensificação das relações entre ambos, ainda que os projetos de exploração conjunta de petróleo na faixa do rio Orinoco, ou ainda a construção do Gasoduto do Sul ou a do projeto do Banco do Sul, tenham se desacelerado e até estagnado ao longo dos anos.

De toda a forma, a UNASUL propõe um modelo de integração pautado no consenso e diálogo político dos Estados-Membros, contemplando mecanismo de resolução de disputas baseado em negociações diretas e intergovernamentais, que garantam todos os integrantes, igualdade em voz e voto. Traduz-se em um processo

de integração que abrange áreas diversas onde os Estados podem assumir acordos específicos ao nível da energia, exploração apropriada de recursos naturais, infraestrutura, finanças, políticas sociais, educação, entre outros, abraçando, por sua vez, o político, o social, ambiental, cultural e econômico (LLOVERA, 2014).

Feito isso, tem-se que Brasil e Venezuela, cientes da importância de uma parceria internacional, desenvolveram no transcorrer desta terceira onda integracionista, uma relação bilateral pautada por um forte diálogo de cunho político, amplificação de projetos comuns e adensamento dos fluxos comerciais. Entretanto, o referido avanço em suas relações perdurou fortemente entre os anos 2000 e 2010, estagnando-se desde então, uma vez que dentro os muitos projetos firmados, poucos avançaram com uma efetiva concretização.

É a relutância da referida parceria em citada acima que denota mais uma vez um período de movimento ora pendente para o lado da aproximação com a finalidade de integração e ora, recuando, rumo ao afastamento, navegando em total consonância com o movimento das ondas prelecionado pela literatura especializada e já minuciosamente exposto. Observa-se o fechamento de um ciclo, um ciclo onde muito se evoluiu no processo integrativo dos dois países, mas, que parou e recuou, como nos anteriormente demonstrados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese o ideal integracionista se fazer presente na América Latina por meio dos discursos de presidentes e autoridades de elevados cargos, por meio de Constituições vigentes, por meio de documentos firmados entre Estados, por meio da construção de blocos regionais com esse propósito, o que se visualiza é uma dificuldade extremada de concretização do mesmo.

Intenções, propostas, projetos ora avançam com a nítida impressão de se estar alcançando tal propósito, ora permanecem estagnados por anos e ora chegam a retroceder até mesmo a "estaca zero" deixando no ar o sentimento de que promover a integração no contexto latino-americano não passa de uma utopia.

Esta dinâmica dos processos de integração regional na América Latina fez com que a literatura especializada identificasse na região "ondas de integração" fazendo uma clara analogia ao movimento das ondas no mar, com o propósito de identificar um movimento pendular na região.

Assim, a primeira onda integracionista se desdobra a partir do início da década de 1950 e toma corpo ao longo da década de 1960, dentro do contexto do regionalismo fechado, visto que pautada na lógica da industrialização por substituição de importações e no protecionismo, ou seja, o modelo cepalino, tratando, sobretudo, de projetos de cunho desenvolvimentista, motivados pela nova ordem da economia mundial instaurada no pós - II Guerra Mundial.

Neste período abarcado desde 1950 até a crise econômica da década de 1980, a Venezuela passou pela ditadura de Pérez Jimenez (década de 1950), quando a partir da atuação estatal, tentou-se diversificar a base produtiva da economia, mediante a expansão da atividade petroleira e de negócios como a construção civil, siderurgia e hidroeletricidade, identificando-se traços de nacional-desenvolvimentismo.

Não tendo surtido êxito na sua tentativa de expansão econômica e não conseguindo suportar os investimentos utilizados na tentativa, a Venezuela enfrenta uma grave crise que desembocou no *Pacto de Punto Fijo*, o qual fez da Venezuela um país supostamente democrático por três décadas, mediante a alternância de dois partidos no poder (AD e COPEI), implementando a estabilidade política e a

integração das classes populares a partir de um sistema de redistribuição de renda que ocorreu paralelo ao clientelismo.

Já o Brasil viveu entre 1946 e 1961 utilizando o modelo de substituição de importações como um instrumento de ação do Nacional desenvolvimentismo com o escopo de obstar que o estrangulamento do setor externo impactasse na paralisação das exportações e encolhimento do processo de desenvolvimento econômico.

A partir de 1961, o Brasil modificou substancialmente seu eixo de comércio exterior emergindo uma nova estratégia de desenvolvimento mediante um modelo substitutivo de exportações, o qual complementou o anterior, mas não foi capaz de reverter as funestas consequências da distorção das contas externas, uma vez que parte significativa da arrecadação com o comércio exterior direcionou-se para reparar encargos da dívida externa e as dívidas com aquisições de petróleo o que acabou desgastando a unidade de ação da política exterior brasileira.

Desta feita, entre 1961 e 1964 o Brasil desempenhou uma política externa dita "independente" pautada nos princípios da não intervenção e autodeterminação dos povos, buscando a ampliação do mercado externo nacional mediante o desarmamento tarifário da América Latina e intensificação das relações comerciais com todos os países, o que restou interrompido com a ditadura militar.

Enquanto isso, a partir de 1968, a "democracia venezuelana" conseguiu melhorar o padrão de vida da população sob diversos aspectos e sua política externa tinha uma atuação limitada ao norte, pela América Central e Caribe e ao Sul pela Guiana, condicionada aos seus interesses econômicos e tendo o objetivo de manutenção da cota de petróleo no mercado estadunidense e defesa do protecionismo e as restrições às importações priorizando a industrialização interna, motivo pelo qual viveu isolada do âmbito econômico e comercial rechaçando qualquer projeto de integração sub-regional, como a ALALC e o GATT.

Assim enquanto a Venezuela passava pela experiência de uma democracia restritiva e pactuada, o Brasil avançava rumo aos anos de Chumbo do golpe militar, o que também foi motivo de divergência e afastamento no transcorrer da *Doutrina Betancourt*.

O fechamento do mercado venezuelano à importações causava um entrave com o Brasil, uma vez que este estava disposto a comprar de quem comprasse dele e tinha interesse em uma política de intercâmbio de petróleo por

produtos manufaturados com a Venezuela, mas, diante da conduta isolacionista e inflexível desta, a qual já havia sido uma fornecedora quase exclusiva de petróleo ao Brasil, a relação entre ambos foi reduzindo cada vez mais.

Durante a ditadura militar, entre 1964 e 1974, as relações internacionais brasileiras foram de alinhamento com os Estados Unidos balizada pelos conceitos da Doutrina da Escola Superior de Guerra, pregando fronteiras ideológicas e a inevitabilidade da guerra, bem como a integração brasileira a uma cultura ocidental cristã. Foi durante este período que se tentou negociar com a Venezuela as primeiras concessões tarifárias decorrentes da entrada do país na ALALC, com o visita do embaixador brasileiro, Manuel Antônio Maria de Pimentel Brandão à Caracas em outubro de 1967.

Entre 1974 e 1979 as relações exteriores do Brasil foram intensas e pautadas em atos de largo alcance, como o acordo nuclear com a Alemanha Ocidental e a interação descoordenada com os Estados Unidos, além de outros aparentemente contraditórios com o regime militar, como o estabelecimento de relações diplomáticas com a China e Angola, países socialistas. Já na Venezuela, com a presidência de Carlos Andrés Pérez (1974 e 1979) passava por seu período de maior expansão, inclusive no cenário internacional que sedimentava o apoio ao Pacto de *Punto Fijo*. Foi nesta década de 1970 que a Venezuela atingiu o ápice da renda *per capita* latino-americana, tendo quadruplicado seus lucros com a crise do petróleo por meio da venda do mesmo. Com a valorização do preço do petróleo fortaleceu seu desenvolvimento econômico e ampliou sua atuação internacional, buscando distanciamento e independência dos grandes centros, praticando políticas que priorizavam objetivos pontuais e com real possibilidades de concretização.

A multilaterização das relações venezuelanas teve desdobramentos de aspecto mundial com a adesão da mesma ao Movimento dos Não-Alinhados e, no plano continental, a criação da SELA, o qual objetivava a integração regional.

Foi neste contexto que Brasil e Venezuela passaram a desenvolver um relacionamento quase que invisível, pois esta não nutria apreço pelo crescimento brasileiro agindo como se devesse ser contido e domando, pois poderia se converter em um empecilho para o caminho da influência regional, tendo se aproximado, então, da Argentina, aderindo ao pacto andino em virtude de motivações exclusivamente políticas.

Assim, as ambições nacionais divergentes, de um lado o Brasil vivendo uma ditadura com o seu modelo de desenvolvimento baseado no mercado local e no empreendimento estatal e expansionismo e do outro, a Venezuela, exemplo de democracia latino-americana, com seu nacionalismo e interesses econômicos ligados aos círculos tradicionais do comércio exterior e uma certa rivalidade entre ambos traduziram-se em um relacionamento bilateral inócuo resumido em atos bilaterais formais e declarações de intenções sem qualquer impacto real, menos ainda no tangente à aproximação dos dois países.

Nesta perspectiva, a conduta dos dois países do transcorrer do velho regionalismo foi de afastamento, caracterizando até mesmo uma invisibilidade mútua no tangente a qualquer aspecto positivo. Pode-se afirmar que a primeira onda integracionista, no tangente a Brasil e Venezuela se movimentou em recuo, ou que o pêndulo da integração pendeu em desfavor de qualquer aproximação.

Com a crise da dívida externa da década de 1980, os países latino-americanos passaram a buscar autonomia na área política e de segurança e neste período, o velho regionalismo decaiu em sua dimensão geopolítica.

Os obstáculos encontrados no Estado desenvolvimentista estimularam a crítica das políticas exteriores da época e da região, o que acabou concedendo margem à ideologia neoliberal, a qual, em um contexto mundial e teórico reporta-se às publicações de Friedrich Hayek na Inglaterra e passa a se materializar com os governos de Margaret Thatcher (Reino Unido de 1979 a 1980), e Ronald Reagan (Estados Unidos da América de 1981 a 1989).

Assim, o neoliberalismo pregou a diminuição do papel estatal e o predomínio do mercado regulador, dando azo, primeiramente, ao denominado novo regionalismo, com caráter multidimensional, abrangendo a coordenação de política exterior, temas voltados à segurança nacional, ao meio ambiente, migração e outras temáticas diversas e dotado de racionalidade política como um movimento de reação da América Latina na luta por melhorar sua posição no sistema internacional em razão das mudanças pós-guerra fria, sob dois prismas, visto que ao mesmo tempo em que tinha como objetivo melhorar a posição internacional na região também almejava o fortalecimento da governabilidade interna.

Todavia, a era neoliberal que marca a década de 1990 foi caracterizada pelo regionalismo aberto no plano internacional, o qual se consolidou no âmbito internacional por novas formas de estruturação da economia internacional, criando-

se o cenário da fase da globalização, associando a integração econômica regional com o receituário fruto do Consenso de Washington ainda que de maneira descompassada no tangente ao ritmo e intensidade das reformas internas exigidas pelo novo modelo de inserção internacional.

Foi bem no cerne da mudança do paradigma desenvolvimentista para o paradigma neoliberal, que se constatou uma aproximação estratégica entre Brasil e Venezuela, oriunda das dificuldades enfrentadas por ambos e das modificações no cenário internacional.

O Brasil enfrentava os desafios da redemocratização e se encontrava em meio a uma crise econômica com inflação descontrolada e mobilizações sociais e a Venezuela sofria com problemas estruturais do país, como a dependência exclusiva da exportação do petróleo o que ocasionou aumento dos índices de endividamento externo, aumento da inflação, instabilidade das instituições e a recessão contínua com aumento dos índices de desemprego.

Assim, a Venezuela que mantinha até então sua política externa concentrada nas relações com a região do Caribe e da América Central, ampliou seu campo de visão para a cooperação e integração latino-americana, buscando ao menos consolidar sua relação com o Brasil.

Iniciou-se uma aproximação em 1977 com a visita de Carlos Andrés Pérez a Brasília e se materializa com o Tratado de Cooperação Amazônica, o qual tinha um escopo bem específico, almejando o desenvolvimento integrado e sustentável da bacia do norte, por meio de esforços conjuntos dos subsistemas amazônicos brasileiro, andino e das Guianas. Estabelecia uma cooperação entre um eixo-norte Brasil e Venezuela que ultrapassou os limites de cooperação bilateral e objetivava assegurar os interesses e otimizar as relações de seus signatários, primordialmente no tangente às questões fronteiriças, o qual em que pese não tenha correspondido às expectativas teve seu papel no contexto integracionista. Também deve-se considerar o compartilhamento do problema do vazio demográfico na região amazônica, com baixa infraestrutura e pouco desenvolvimento na região como um fator hábil a ensejar a necessidade de integração entre as duas nações viabilizando a solução do problema em comum.

Foi neste contexto que os dois países mostraram disposição em incrementar seus lastros comerciais e econômicos e em meados de 1984, o estreitamento das relações com o Brasil passou a ser um dos objetivos da política

externa venezuelana. Entrementes apesar das intenções e dos avanços alcançados, os projetos de cooperação regional estagnaram com a recessão enfrentada por ambas economias e o Brasil passou a olhar com muito mais interesse para a Argentina no eixo do Cone-Sul, ocasião em que se contata, dentro desta segunda onda integracionista, mais uma vez, o movimento pendular que se tem enfatizado. Os dois países percorreram caminhos rumo a aproximação, mas paralisam suas relações, passando a olhar para outros parceiros.

Somente em 1987, com a assinatura do Compromisso de Caracas, retomaram o processo de aproximação, o qual contou com a flexibilização venezuelana diante da consolidação da redemocratização brasileira com a Constituição de 1988 e, a partir dos anos 1990 é que se visualiza um real incremento nas relações bilaterais entre Brasil e Venezuela.

O Brasil observou finalmente que a Venezuela é país andino, amazônico e caribenho concomitantemente, exportador de petróleo e com influência na América Central e passa a visualizar uma parceira na construção de uma política regional e a Venezuela concebeu no Brasil uma possibilidade de diversificação de seus parceiros, a fim de superar a crise econômica em que se encontrava inserida.

No Brasil, o início do governo Collor marcou a introdução do neoliberalismo, tendo em vista a explícita adoção dos preceitos estabelecidos no Consenso de Washington para sua política externa. Entretanto, a crise e o final do governo Collor em 1992 comprometeram a implementação do neoliberalismo e embora durante o Governo Itamar Franco tenham permanecido as críticas ao modelo de Estado intervencionista e desenvolvimentista, os danos oriundos da abertura unilateral e acelerada da economia motivaram a defesa de um modelo mais brando e protegido de abertura comercial e com políticas de proteção à indústria nacional.

Na Venezuela, Carlos Andrés Pérez foi eleito presidente com a promessa de retomada do crescimento, todavia, tomou um caminho diametralmente oposto ao percorrido no mandato anterior colocando em prática um programa de ajuste e reestruturação econômica (*“El Gran Viraje”*) e promovendo medidas que visavam à reforma do Estado e à modernização do sistema político, executando uma política exterior que priorizava a inserção internacional e auxiliava no processo de abertura e da liberalização da economia nacional, ou seja, um projeto calcado no neoliberalismo irrestrito e incondicional. Tais medidas sofreram uma rejeição violenta

e culminaram no "Caracazo" em 1989 e se desdobraram no levante dos militares em 1992 e no aprofundamento do processo de deslegitimação do espaço político com a abstenção da população nas eleições de 1993.

Foi com a tentativa de golpe fracassada em 1992 que Hugo Chávez surge no cenário político venezuelano e, também, foi a partir desta que Carlos Andrés Pérez sofreu *impeachment* em 1993. Eleito em 1994 e Tentando controlar a crise econômica e o crescente descontentamento popular, em 1996, Rafael Caldera recorreu ao FMI e adotou o plano econômico chamado *Agenda Venezuela*, concebido com a essência neoliberal, o qual agravou ainda mais a situação econômica do país, que com os crescentes índices de endividamento externo, a inflação alta, instabilidade das instituições e a recessão contínua com aumento dos índices de desemprego, corroborou que a base da economia do petróleo não era sólida o suficiente para sustentar o país em meio à crise internacional e os aproximou dos demais países da região, os quais, embora não contassem com o petróleo, suportavam situação similar, dentre os quais, o Brasil.

Assim, neste mesmo ano, a partir do encontro de *La Guzmania*, que o então presidente venezuelano Rafael Caldera e o então presidente brasileiro Itamar Franco assinaram os mais significativos acordos da história entre os dois países até aquele momento, tomaram contornos positivos e promissores. Os compromissos assumidos em *La Guzmania* geraram uma intensa agenda de reuniões, que perdurou ainda durante os governos acima citados, em que pese muito limitados a discussões de relações fronteiriças, ressaltando-se que até final de 1999, 17 atos bilaterais restaram firmados entre Brasil e Venezuela, sendo que, com exceção do Acordo para a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos (o qual visa criar condições favoráveis a cooperação econômica e investimentos recíprocos que impliquem transferências de capitais de um país ao outro) que desde 04/07/1995 se encontra *em tramitação*, todos os demais se encontram vigentes, cumprindo citar a Declaração de Caracas e a Ata de Miraflores.

Analisando-se o teor dos documentos firmados na década de 1990, contata-se a aproximação e o mútuo interesse desenvolvido em um formato crescente no transcorrer da década de 1990, sempre entoando os esforços regionais de integração voltados para a criação de um espaço integrado na América do Sul como "porta de entrada" para a integração hemisférica. Todavia, no mesmo período, no tangente aos atos multilaterais, não se vislumbra nada significativo abrangendo

os dois países, uma vez que além de serem poucos atos, todas giram em torno da Associação Latino-Americana de Integração - ALADI, estabelecendo-se preferências tarifárias e/ou compromissos em matéria de redução ou eliminação de medidas não tarifárias.

Assim, foi neste período que ambos se aproximaram e que o Brasil conferiu maior importância a uma aproximação comercial econômica sólida, visando uma parceira na construção de uma política regional. Também foi neste período que os processos de integração da América do Sul balançaram entre a adesão e a resistência aos processos de globalização, resistência essa bem mais enfática na Venezuela do que no Brasil, como restou evidenciado.

Nesta toada, o que se constata é que a abordada aproximação entre Brasil e Venezuela em meados da década de 1980 e a década de 1990, ocorreu consoante o balançar de um pêndulo, ora avançando, ora retrocedendo e com uma intensidade adensada a partir da assinatura do Protocolo da *La Guzmania*, quando diversos acordos bilaterais visando integração, mormente no tangente a questões fronteiriças restaram firmados, caracterizado pelo movimento da segunda onda integracionista e no cerne do regionalismo aberto.

Esta aproximação refletiu positivamente no governo de Chávez com a mudança promovida por este na política externa venezuelana, priorizando as relações com o Brasil fazendo com que esse se firmasse com bastante ênfase na agenda desse fundamental ator político.

Destaca-se que no final da década de 1990, o modelo neoliberal experimentado por grande parte dos países do Sul atingiu também a sua crise e derrocada. Tanto no Brasil como na Venezuela o modelo neoliberal não culminou no desenvolvimento econômico e social e não auxiliou na contenção de crises futuras. Muito pelo contrário, tal como na maioria dos países da América do Sul, a abertura de mercado abrupta e mal calculada ocasionou o aumento da vulnerabilidade e instabilidade desses mercados perante os menores abalos na economia mundial.

Assim, a mudança das relações Brasil-Venezuela se desenrolaram no balançar da terceira onda integracionista, iniciada quando o consenso neoliberal político e econômico decaiu no início dos anos 2000, período em que governantes de esquerda e centro-esquerda foram eleitos em diversos países latino-americanos, fazendo com que a América do Sul sofresse mudanças substanciais em sua orientação ideológica e política.

Observa-se que, ao contrário do ocorrido anteriormente, este regionalismo do século XXI, nominado regionalismo pós-liberal abrange temáticas que não estariam tradicionalmente ligados aos conceitos anteriores de integração regional, conferindo maior peso as dimensões sociais e tem-se várias semelhanças entre os países sul-americanos no tangente à superação do paradigma neoliberal, retomando a coordenação econômica do Estado e adequando o prisma desenvolvimentista às restrições do capitalismo globalizado, bem como priorizando temáticas sociais, todavia, também tem-se um descolamento do processo de regionalização, visto que inexistente uma convergência entre as propostas integracionistas e as áreas de cooperação que passam a ser muitas.

Em outros termos, as diferenças dos países latino-americanos emergem em razão da diversidade de seus regimes comerciais, padrões produtivos, modelos de democracia e opções de política externa, denotando uma agenda positiva para a integração sul-americana, com ênfase nas dimensões políticas e sociais em áreas diversas.

Foi neste contexto que Hugo Chávez chegou ao governo, rechaçando as práticas neoliberais, tendo apresentado desde o princípio a pretensão de pautar a política externa venezuelana com ênfase nos países latino americanos, manifestando interesse em ingressar como membro associando no Mercosul e eleito a área amazônica como uma de suas áreas básicas.

Destaca-se que foram as modificações implementadas na política interna venezuelana que impactaram na formulação da política externa do país, visto que ao dinamizar a Opep, mediante a valorização do preço do petróleo para o financiamento dos seus projetos sociais e concomitantemente desenvolver uma diplomacia razoavelmente independente, Chávez melhorou significativamente os indicadores sociais venezuelanos, ainda que paralelamente a uma certa instabilidade política doméstica como observado nos casos da tentativa de golpe e na paralisação na produção de petróleo, ambos no ano de 2002, o que se correlaciona a continuidade da dependência econômica da produção e exportação de uma única commodity e o temor sempre presente do índice inflacionário.

Ainda, a Constituição da República Bolivariana da Venezuela, consagrou o ideal de integração da América Latina consoante o princípio da não intervenção e autodeterminação dos povos, bem como tinha por objetivo reformular a República e estabelecer uma sociedade democrática, participativa e protagônica, multiétnica e

pluricultural. Objetivava um processo integracionista latino-americano que superasse a integração meramente econômica e abrangesse a integração social, cultural, política e ambiental, bem como que conferia maior autonomia as regras adotadas no âmbito dos acordos de integração fazendo com que integrasse o sistema jurídico interno com aplicação direta e preferencial. Também tratava de propagar a democracia participativa peculiar da política interna venezuelana para a esfera internacional ao prever a possibilidade de referendo popular para a celebração de acordos internacionais.

Assim, por meio de inúmeros planos, projetos e programas, identificou-se na política externa do governo Chávez a tentativa de implementação de uma ordem internacional multipolar e solidária com ênfase na integração latino-americana, bem como o ideal de promover uma identidade comum entre as referidas nações.

No Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva ganhou as eleições presidenciais em 2002 almejando a cidadania plena do povo, mediante a participação efetiva na vida política do país e com efetivas melhorias nos indicadores sociais do país, o que de fato alcançou consoante o presente estudo demonstrou. Lula também iniciou um ciclo de governo cuja política externa foi pautada por mudanças significativas, ainda que relativas, na inserção do país no cenário internacional com o escopo de estabelecer parcerias com países similares de todos os continentes, manutenção das relações com os países desenvolvidos e reaproximação dos países subdesenvolvidos, bem como o fomento a integração regional com a reconstrução do Mercosul, abrindo espaço para a liderança brasileira, bem como ofertando aos vizinhos uma parceria para retomada do crescimento econômico por meio da integração física e uma ação para reverter a marginalização da região sob a ótica mundial.

Assim, denotou uma preocupação em se aproximar dos vizinhos da América do Sul, em especial a Venezuela. De fato, as iniciativas com o escopo integracionista sul americano mediante intensificação de laços diplomáticos e fluxos de comércio e investimento entre Brasil e Venezuela são anteriores à presidências de Chávez, na Venezuela, e FHC e Lula no Brasil. Todavia, foi no período compreendido entre 2002 e 2012 que se constatou um crescimento contundente nas relações econômicas e comerciais dos dois países.

Lula diversificou parceiros incrementando as relações comerciais brasileiras tanto bilateralmente como multilateralmente, partindo da premissa de que

somente a integração regional poderia garantir governabilidade e desenvolvimento para a América do Sul como um todo.

Neste viés, Brasil e Venezuela acenavam com a ideia de aproveitamento da integralidade de seu potencial, consistente na vasta extensão territorial de ambos e na possibilidade de unir forças para inserir temáticas como pobreza e desigualdade na agenda mundial.

Firmaram projetos suntuosos no campo da infraestrutura, o capital brasileiro participou ativamente da economia venezuelana e desenvolveram diálogo entre atores de peso dos dois países, o que se constata pelos inúmeros documentos bilaterais no período, formando uma "aliança estratégica".

Os projetos foram inúmeros e tinham por escopo a integração sob prismas diversificados, como integração de transporte terrestre (BR-174 e Tronca 10), aéreo (propagação das malhas aéreas da região), hidroviário (Orinoco) e ferroviário, integração energética (Gasoduto do Sul), integração de telecomunicação, integração para o combate da criminalidade (Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais), cooperação técnica e científica, cooperação na áreas de agricultura familiar e reforma agrária, dentre outros.

No ano de 2009 que o Congresso Brasileiro aprovou o Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul, entendendo que a participação venezuelana teria o condão de ampliar o bloco promovendo a integração dos demais países da América do Sul, inclusive, demonstrando que a integração regional não é exclusividade do Cone Sul e, acabaria por possibilitar uma participação mais contundente dos Estados da região norte do Brasil nos reflexos de uma política integracionista. Em 2010, os dois países continuam a tratar, todavia, ficou bastante visível uma estagnação do diálogo, o que se denota a partir dos poucos documentos firmados, bem como a temática abordada.

Fato é que as relações comerciais e econômicas entre Brasil e Venezuela se adensaram durante o período abarcado por esta terceira onda integracionista e no viés do regionalismo pós-liberal. Constatou-se que, juntamente com a abertura do mercado venezuelano a produtos e empresas brasileiras, têm-se os maiores avanços da intensificação das relações entre ambos, ainda que os projetos de exploração conjunta de petróleo na faixa do rio Orinoco, ou ainda a construção do

Gasoduto do Sul ou o projeto do Banco do Sul, tenham se desacelerado e até estagnado ao longo dos anos.

Desenvolveram uma relação bilateral pautada por um forte diálogo de cunho político, amplificação de projetos comuns e adensamento dos fluxos comerciais, o que perdurou entre os anos 2000 e 2010, estagnando-se desde então, uma vez que dentre os muitos projetos firmados, poucos avançaram com uma efetiva concretização, denotando uma parceria resistente, relutante e até teimosa.

Assim, tem-se que as relações Brasil-Venezuela muito se integraram aos preceitos do pós regionalismo, uma vez que o mesmo apresentou uma agenda positiva para a integração.

Desta feita, diante da diversidade da política externa adotada por cada um, da heterogeneidade de seus regimes comerciais, das diferenças em seus padrões produtivos e modelos democráticos foram, sim, por longo período estimulados a desenvolver projetos de integração regional entre si, em campos diversos, mas com reflexos em dimensões sociais e políticas, tendo em comum a ideia de valorização de América Latina e do fortalecimento do nacional, com iniciativas de integração regional também em comum que operam nesta dinâmica como a UNASUL e o MERCOSUL, que embora criado no cerne do regionalismo aberto, suportou a implementação de movimentos de reforma, justamente para fins de melhor se adequar ao novo momento.

Como mecanismos de integração regional típicos do regionalismo pós-liberal dentro desta nova dinâmica, tem-se a ALBA, os Movimentos de Reforma do Mercosul e a UNASUL, conferindo-se ênfase à esta última por ser a que abarca Venezuela e Brasil, durante o período pesquisado.

No período abordado, constatou-se, apesar de uma divergência no âmbito doméstico, uma coincidência de prioridades brasileiras e venezuelanas em termos de política externa, sempre com o objetivo de amplificação da integração regional e um novo tipo de inserção da América do Sul no cenário internacional, o que ocasionou uma aproximação tanto diplomática como econômica entre os dois países.

Ainda, observou-se diversas potencialidades de integração entre os dois países com ênfase na integração de cadeias produtivas e a integração de infraestrutura nos setores de transportes, transmissão de energia e

telecomunicações, no âmbito da IIRSA atualmente integrada ao COSIPLAN, com o objetivo de integração física do continente.

Todavia, resta evidenciado que o processo de integração na América Latina não consegue se desenvolver de forma contínua e gradativa ao longo do tempo. Ao contrário, é interrompido e retomado sucessivamente, sem, contudo, concretizar resultados significativos, permanentes e de abrangência sul-americana.

Assim, a relação bilateral entre Brasil e Venezuela, tal como o processo de integração latino-americana, se desdobrou por meio de "ondas", uma vez que se desenvolve em diversas tentativas que, diante de óbices que se interpuseram, acabaram por não se consolidar.

Em outros termos, se desencadearam ao longo dos anos movimentando-se como um pêndulo balançando em paralelo às ondas integracionistas latino americanas, ora se avançando no processo de integração entre os dois países, ora se retrocedendo.

REFERÊNCIAS

ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA N°56. 2005. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4604.htm > - Acesso em: 09 nov. 2017

ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA MERCOSUL-COLÔMBIA/EQUADOR/VENEZUELA (ACE-59). 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5361.htm> - Acesso em: 09 nov. 2017

ALMENDRA, Carlos Cesar. **Hugo Chávez e a Revolução Bolivariana na Venezuela**. Disponível em <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c4.PDF>> - Acesso em: 09 nov. 2017

ALVES, Giovanni. Trabalho e Sindicalismo no Brasil: Um Balanço Crítico da "Década Neoliberal" (1990-2000). **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n.19, p.71-94, nov. 2002.

AMORIM, Celso. **Desafios e Desenvolvimento**. 2010. Disponível em <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25:entrevista-celso-amorim&catid=30&Itemid=23> Acesso em: 12 nov. 2017.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILI, P. (organizadores). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra. 2012. p. 9-28.

ATA DE MIRAFLORES. 1995. Disponível em < http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1995/b_55/at_download/arquivo >. Acesso em 28 ago. 2017.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. **Rankin - Todo o Brasil (2010)**. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em 13 agos. 2017.

a-Venezuela. **Mapa de la Densidad Poblacional de Venezuela**. Disponível em: <<http://www.a-venezuela.com/index.php/mapas-de-venezuela/mapa-de-la-densidad-poblacional>>. Acesso em 18 nov. 2017.

BALASSA, Bela. **Teoria da integração Económica**. Tradução de Maria Filipa Gonçalves e Maria Elsa Ferreira. Lisboa: Clássica Editora, 3 ed. 1982.

BARBOSA, Regina Kfuri. **O Mercosul e o regionalismo multifacetado**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2015.

BARROS, Pedro Silva. Venezuela: Mudanças e Perspectivas – A Razão Chavista. In: **Venezuela: Mudanças e Perspectivas**. Brasília: FUNAG, 2007, p. 57-116.

BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian. **O Banco do Sul e o Brasil na Agenda da Nova Arquitetura Financeira Regional**. Boletim de Economia e Política Internacional. n. 3. IPEA. 2010

BATISTA, Paulo Nogueira. **Pensando o Brasil Ensaio e Palestras**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 2009. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/602-Paulo_Nogueira_Batista_Pensando_o_Brasil.pdf>. Acesso em 03 set. 2017.

BATTISTELLA, Dario. **Teoria das Relações Internacionais**. Tradução de Camila do Nascimento Fialho. São Paulo: Editora Senac, 2014.

BERTOLO, Larissa Presotto; DIAS, Felipe Oliveira; MELO, Pedro de Souza; ROTHFELD, André. **Movimento dos não alinhados: Desarmamento e Autodeterminação nacional no Contexto da Guerra Fria. Simulação das Nações Unidas para Secundaristas**. p. 575-604. 2013.

BIANCHINI, Zélia Magalhães. **Uma Revisão dos Principais Aspectos dos Planos Amostrais das Pesquisas Domiciliares Realizadas pelo IBGE**. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Rio de Janeiro.1998

BIRAL, G., FILHO, F. e M, MARGARIDO: **O Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e o Tema Subsídio na Rodada Uruguai**. In: Informações Econômicas, São Paulo, v.22, n.12, dez. 1992.

BOON, 2015. 27F: **El país “del no hay” 26 años después**. Disponível em: <<http://runrun.es/rr-es-plus/190191/27f-el-pais-del-no-hay-26-anos-despues.html>>. Acesso em 03 set. 2017.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5**. 1968. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em 28 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. 1824. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 28 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 1891. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em 28 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 1934. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 28 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 1937. Disponível em <file:///C:/Users/asp-s/Downloads/constituicao_1937_texto.pdf>. Acesso em 28 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 1946. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em 28 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1967. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em 28 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 28 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 69, de 03 de julho de 1978**. Diário Oficial da União, 19 dez. 1978, Seção 1, p. 16857. Aprova o texto do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado pelos Governos da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, em Brasília, a 3 de julho de 1978 (Tratado de Cooperação Amazônica). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0350.htm>. Acesso em 28 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 350, de 21 de novembro de 1991**. Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado do Mercosul). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0350.htm>. Acesso em 28 jan. 2017.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1**. 1969. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em 28 jan. 2017.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 25**. 1985. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc25-85.htm>. Acesso em 28 jan. 2017.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 26**. 1985. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc26-85.htm>. Acesso em 28 jan. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/>>. Acesso em: 19 set. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao%20amazonica-otca%20->>. Acesso em: 28 set. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/690-associacao-latino-americana-de-integracao-aladi>>. Acesso em: 28 set. 2017.

BRICEÑO-RUIZ, José. **La integración regional en América Latina y el Caribe: Procesos Históricos y Realidades Comparadas**. Caracas: Publicaciones Vicerrectorado Académico CODEPRE, 2007.

BUELVAS, Eduardo Pastrana. **Why regionalism has failed in Latin America: lack of stateness as an important factor for failure of sovereignty transfer in integration projects**. Contexto int., Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 443-469, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v35n2/a05v35n2.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

BUZAN, Barry. WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers Inc, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Política externa: pronunciamentos: de julho a dezembro de 1995**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1995.

CARVALHO, Carla Ramos de; MEYER, Camila Torres. **Venezuela Perfil e Oportunidades Comerciais**. Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. Brasília, 2011.

CARVALHO, Carlos Eduardo. Venezuela: petróleo abundante, desenvolvimento difícil. In: BIELSCHOWSKY, R; (organizador). **Padrões de Desenvolvimento Econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia**. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - Ciência, Tecnologia e Inovação, v.1. Brasília. 2013.

CÁSSIA, Anna de. Independência da Venezuela. Disponível em: <<https://www.estudopratico.com.br/independencia-da-venezuela/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE ALMEIDA. Disponível em <<http://acervo.fpabramo.org.br/index.php/lula-pt-presidente-vice-jose-alencar-1-2002-brasil>>. Acesso 11 nov. 2017

CEPAL. **Estudio Económico de América Latina Y El Caribe 1999-2000**. Publicación de Las Naciones Unidas. Santiago de Chile. Chile. 2000.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina 1999-2000**. Publicación de Las Naciones Unidas. Santiago de Chile. Chile. 2000.

CERVO. Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: de 1930 aos nossos dias**. São Paulo: Saraiva, 3 ed. 2014.

CICERO, Pedro Henrique de Moraes. **Transformar o gigante num pigmeu: as desventuras do projeto neoliberal na Venezuela (1989-1998)**. Anos 90, Porto Alegre, v.17, n, 32, p. 137-157, dez. 2010.

CHÁVEZ, Hugo. 1989. El Caracazo. **Telesur en Profundidad**. Disponível em <<http://www.telesurtv.net/telesuragenda/La-masacre-de-El-Caracazo-20150224-0032.html>>. Acesso em 13 agos. 2017.

CHÁVEZ, Hugo. 1992. 4 de Febrero: La Rendijas de la Memoria. **360 Letras**. Disponível em < <https://360letras.wordpress.com/2015/02/04/4-de-febrero-las-rendijas-de-la-memoria/>>. Acesso em 13 agos. 2017.

CODATO, Adriano Nervo. Uma História Política da Transição Brasileira: Da Ditadura Militar à Democracia. **Revista Social Política**, Curitiba, n.25, p. 83-106, nov. 2005.

COMUNICADO CONJUNTO. ALIANÇA ESTRATÉGICA BRASIL-VENEZUELA. 2005. Disponível em <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento/5312.>> Acesso 15 nov. 2017.

COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-VENEZUELA - ATA DO PLANALTO. 1997. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1996/b_56/at_download/arquivo>. Acesso em: 27 ago. 2017.

COUTINHO, Ciro; FIGUEIREDO, Rubens. **A Eleição de 2002**. CEPAC - Pesquisa e Comunicação. Opinião Pública: Campinas, Vol IX, n. 2, Out./2003 p. 93-117. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/op/v9n2/v9n2a05.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

DABÈNE, Olivier. **Explaining Latin America's fourth wave of regionalism Regional integration of a third kind**. San Francisco: Congress of the Latin American Studies Association, LASA, 2012. Disponível em: < https://www.academia.edu/8680372/Explaining_Latin_Americas_fourth_wave_of_regionalism>. Acesso em: 22/04/ 2017.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Edição atualizada. Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/839-Política_Externa_Independente.pdf>. Acesso em 18 set. 2017

DECLARAÇÃO CONJUNTA - BRASIL-VENEZUELA. 1979. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil.> Acesso em: 12 jan. 2017.

DECLARAÇÃO CONJUNTA - BRASIL-VENEZUELA. 1987. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil.> Acesso em: 12 jan. 2017.

DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA. 1996. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1996/b_55/at_download/arquivo> Acesso em: 27 ago. 2017.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE BOA VISTA. 1997. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1996/b_56/at_download/arquivo> Acesso em: 27 jul. 2017.

DECLARAÇÃO DE CARACAS. 1995. Disponível em < http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1995/b_16/> Acesso em: 27 jul. 2017.

DECLARACIÓN DEL CONSEJO DE MINISTROS DE RELACIONES EXTERIORES DE LA UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS (UNASUR), 2011. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/DECL.2011.VIGTRAT.pdf>. Acesso em 16 nov.2017.

DECLARAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU. 1985. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1985/b_74/at_download/arquivo > Acesso em: 27 ago. 2017.

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO ENTRE BRASIL E VENEZUELA - PRIMEIRO TRECHO DO GRANDE GASODUTO DO SUL. 2007. Disponível em <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa-rapida/resultados?IdEnvolvido=353&Pagina=2>>. Acesso em 15 nov.2017.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

FIGUEIREDO, João. **Mensagem do Presidente Figueiredo ao Congresso Nacional em 1º de março de 1980**. Biblioteca da Presidência da República, p. 22-23, 1980

FOLHA UOL. **Confira a Bibliografia do Ex-Presidente Lula**. Disponível em <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/2015/10/28/bio-lula/>>. Acesso em 11 nov. 2017

FONTES, Leandro. **Caso Lunus: a verdade dos fatos**. 2010. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/caso-lunus-a-verdade-dos-fatos>>. Acesso em 11 nov. 2017

FRANCO, Itamar. **Discurso de Política Externa - De novembro de 1992 a maio de 1993**. Brasília: Brasil União de Todos. Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/491-Discursos_Selecionados_-_Itamar_Franco.pdf>. Acesso em 27 agos. 2017

FRANCO, Itamar. **Seleção de discursos / Presidente Itamar Franco (1992-1994)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/491-Discursos_Selecionados_-_Itamar_Franco.pdf>. Acesso em 27 agos. 2017

FRANKLIN, Cleber Batalha. **Segurança E Defesa Na Amazônia E As Relações Entre O Brasil E A Venezuela (1985-2006)**. 229f., il. Tese Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) — Universidade de Brasília/UFRR/FLACSO, Brasília, 2012. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11608/1/2012_CleberBatalhaFranklin.pdf>. Acesso em 28 mai. 2017

FUENTE, Emilio. **Breve História del Movimiento Bolivariano Revolucionário MBR-200**. Disponível em <<http://todocambia-rosario.blogspot.com.br/2013/03/breve-historia-del-movimiento.html>>. Acesso em 10 set. 2017

GALVÃO, Thiago. **Brasil - Venezuela: uma parceria relutante?**. Mural Internacional, Ano 2, n. 2, 2011, Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5832/4235>>. Acesso em 10 set. 2017

GEISEL, Ernesto. **Mensagem do Presidente Figueiredo ao Congresso Nacional em 1º de março de 1980**. Biblioteca da Presidência da República, Discursos. V. IV. p. 321-326, 1977. Disponível em <<file:///I:/Downloads/Discursos%20-%20vol.IV%20%20-%201977.pdf>>. Acesso em 10 set. 2017

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia da Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória da. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros**. São Paulo: Edições Loyola, 3 ed. 2003.

GOHN, Maria da Glória da. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, Minas Gerais, v. 16, n. 47, p. 333-351, maio/ago. 2011.

GONÇALVES, Williams. Panorâma da Política Externa Brasileira o Governo Lula da Silva. In: PEDONE, A., RODRIGUES, T. e ALVES, V. (organizadores). **A Política Externa Brasileira Na Era Lula: Um Balanço**: Apicuri, Rio de Janeiro. 2011.

GUERRA, José. La economía Venezolana em 1999-2002: Política Macroeconómica y resultados. **Banco Central de Venezuela, Serie Documentos de Trabajo Oficina de Investigaciones Económicas, Caracas. 2003**. Disponível em <<http://www.bcv.org.ve/Upload/Publicaciones/docu46.pdf>>. Acesso em 10 set. 2017

GUERRA, José. **La política económica en Venezuela, 1999-2003**. UCV, Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico, Caracas. 2004.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **O Mundo Multipolar e a Integração Sul-Americana**. 2007. Disponível em <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/O-mundo-multipolar-e-a-integracao-sul-americana%0d%0a/6/13900>>. Acesso em 11 nov. 2016.

GUIMARÃES, S. P., CARDIM, C. H. (Org) **Venezuela: Visões Brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão** / Friedrich August von Hayek; tradução e revisão Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HURREL, Andrew. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. **Contexto Internacional**, vol. 17, nº1. Rio de Janeiro: IRI/PUC-Rio, 1995, j an/jun p. 23-59.

IGLESIAS, Wagner; CARDOSO, Eliel Waldvogel; STREICH, Ricardo Neves. **Estratégia de desenvolvimento em questão – o debate sobre o papel do Estado**

no Brasil, México e República Bolivariana da Venezuela, 1989 – 2010. CEPAL, 2014

INFLATION.EU. Disponível em: <<http://pt.inflation.eu/taxas-de-inflacao/brasil/inflacao-historica/ipc-inflacao-brasil-1986.aspx>>. Acesso em 03 de set. 2017.

INFLATION.EU. Disponível em: <<http://pt.inflation.eu/taxas-de-inflacao/brasil/inflacao-historica/ipc-inflacao-brasil-1986.aspx>>. Acesso em 03 de set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira: 2008.** Rio de Janeiro: IBGE, 2001

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira: 2008.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira: 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira: 2013.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira: 2014.** Rio de Janeiro: IBGE, 2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015.** Rio de Janeiro: IBGE, 2015

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Demográficos: Censos de Población a y Vivienda, 2011.** Disponível em <http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com_content&view=category&id=95&Itemid=26#>. Acesso em 03 de agos. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. 2017. Disponível em <http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com_content&view=category&id=95&Itemid=26#>. Acesso em 03 de agos. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Relatório de Pesquisa IPEA. Brasília. 2011.** Disponível em <<https://nodo.wp-content/uploads/2011/06/ipea-relatorio-de-pesquisa-a-integracao-de-infraestrutura-brasil-venezuela-a-iirsa-e-o-eixo-amazonia-orinoco.pdf>>. Acesso em 01 nov. 2016

INSTITUTO LULA. **A Origem**. Disponível em < <http://www.institutolula.org/biografia>>. Acesso em 03 set. 2017.

IIRSA-COSIPLAN. **Sistema de Integração e Projetos**. <Disponível em <http://www.iirsa.org/proyectos/visualizaciones/mapa/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

JOSÉ, Emílio. **2002: Lula Derrota a Velha Mídia**. Teoria e Debate. Disponível em <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/2002-lula-derrota-velha-midia?page=full>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

KITCHEN, Martin. **História da Alemanha moderna de 1800 até os dias de hoje**. São Paulo: Cultrix, 2013.

LAMOUNIER, Bolivar e FIGUEIREDO, Rubens (orgs.). **A era FHC – um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LEME, Álvaro Augusto Stumpf Paes. **A Declaração do Iguaçu (1985): A Nova Cooperação Argentino-Brasileira**. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

LESSA, Mônia. e GAVIÃO, Leandro. Política Externa, Mídia e Propaganda nos Governos Lula da Silva (2003-2010). In: PEDONE, A., RODRIGUES, T. e ALVES, V. (organizadores). **A Política Externa Brasileira Na Era Lula: Um Balanço**: Apicuri, Rio de Janeiro. 2011.

LIMA, Maria Regina Soares de. **Relações Interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil**. São Paulo: Lua Nova, v. 90, 2013. p. 167–201.

LOPES, Herton Castiglioni. **A Inflação e os Planos Cruzado e Real: Uma Análise Institucionalista**. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

LLOVERA, Pedro Alejandro Duarte. La Naturaleza Jurídica de La Neo Integración Regional: UNASUR. **Revista de la Secretaria del Tribunal Permanente de Revisión**. Ano 2, n. 4. 2014, p. 175-188.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais - Teoria e História**. Editora Saraiva, 2 ed. São Paulo. 2013.

MALAMUD, Andrés; SCHMITTER, Philippe C. La experiencia de integración europea y el potencial de integración del Mercosur. Desarrollo Económico. **Revista de Ciencias Sociales**, n. 181, p. 3-31, 2006.

MALAMUD, Andrés; GARDINI, Gian Luca. **Has Regionalism Peaked? The Latin American Quagmire and its Lessons**. The International Spectator: Italian Journal of International Affairs, 47:1, 116-133, 2012.

MARIANO, Karina L. P. **Regionalismo na América do Sul: um novo esquema de análise e a experiência do Mercosul**. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2015.

MARINGONI, G. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: UNESP, 2009.

MERCOSUL. **Parlamento do Mercosul**. 2017. Disponível em <<http://www.mercosul.gov.br/o-merc-sul-na-vida-do-cidadao/parlamento-do-merc-sul>>. Acesso em 15 nov.2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. n. 86, 1º semestre. 2000. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peg/Resenha_N86_1Sem_2000.pdf>. Acesso em 15 nov.2017.

MORAVCSIK, Andrew. **The Choice for Europe Social Purpose & State Power From Messina to Maastricht**. Cornell studies in political economy. Cornell University. New York: 1998.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA NA ÁREA DA INFRA-ESTRUTURA. 2007. Disponível em <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa-rapida/resultados?IdEnvolvido=353&Pagina=2>>. Acesso em 15 nov.2017.

MENDES, Flávio da Silva. As raízes do Movimento Bolivariano na Venezuela. Grupo de Estudos de Política da América Latina. **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina ISSN 2177-9503**. Londrina. 2010.

MENDES, Flávio da Silva. **Estado e Direitos Sociais na Venezuela (1958-1998): Da Expansão Petroleira ao "Desmanche"**. Editorial Fundação Perseu Abramo, p. 280-313, n.8, Ano 6, 2012. Disponível em <<https://fpabramo.org.br/cs-bh/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/T07perseu8.pdf>>. Acesso em 15 nov.2017.

MENDIBLE, Alejandro. Venezuela: su tránsito elíptico en el destino histórico sudamericano y el rol moderador del Brasil en el presente. In: CARMO, C.; WINAND, E., BARNARÉ, I. e PINHEIRO, L. (organizadores). **Relações Internacionais Olhares Cruzados**. p. 239-280. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina. SILVA, André Luiz da. **As Relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2010.

NUNES, Tiago. Um Panorama Histórico das Relações Brasil-Venezuela. **Revista Conjuntura Astral**, 2011. Disponível em <<http://oaji.net/articles/2015/2137-1437746286.pdf>>. Acesso 12 jan. 2017.

OLIVEIRA, Renata Peixoto. **Velhos fundamentos, novas estratégias? Petróleo, Democracia e Política Externa de Hugo Chávez (1999-2010)**. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-

Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, Renata Peixoto. Política Externa do governo Chávez: seus principais fundamentos e objetivos. In OLIVEIRA, RP., NOGUEIRA, SG., and MELO, FR., orgs. **América Andina: integração regional, segurança e outros olhares** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 59-80

OEPE, **Aniial Statistic Bulletin**. 1999. Disponível em <http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/ASB1999.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2017.

OLIVAR, Julio. **Fundo do Baú: Eleições 1989**. Disponível em <<http://rondoniaurgente.blogspot.com.br/2006/10/fundo-do-ba-eleies-1989.html>> Acesso 11 nov. 2017

PADULA, Raphael. As visões dominantes sobre a integração regional: o Regionalismo Aberto e a Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). In: COSTA, Darc (Org.). **América do Sul: integração e infraestrutura**. 1ed. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011, p. 143-208.

PARANÁ, 2017. Disponível em <<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/fotos.php?evento=5&start=40>> . Acesso em 18 nov. 2017.

PAZ, André da; NUNES, Rodrigo. Buscando as Complementaridades: diagnósticos das interconexões energéticas sul-americanas. In: COSTA, Darc (org.). **América do Sul: integração e infraestrutura**. 1ed. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011, p. 99-142.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio. Vitórias na Crise: **Trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas**. Ponteio, Rio de Janeiro, 2011.

PLANIFICACIÓN TERRITORIAL INDICATIVA. CARTERA DE PROYECTOS IISA. INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA. 2009. Disponível em <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/lb09_completo_baja.pdf> Aceso em 16 nov.2017.

PORTAL ALBA. **Cumbre - La Habana, Cuba - Acuerdo entre Venezuela y Cuba para la Aplicación del ALBA**. 2014, Disponível em <<http://www.portalalba.org/index.php/alba/documentos/1220-2004-12-14-i-cumbre-la-habana-cuba-acuerdo-entre-venezuela-y-cuba-para-la-aplicacion-del-alba>>. Acesso em: 10 set. 2017.

PREBISCH, Raúl. Commercial policy in the underdeveloped countries. **The American Economic Review**, 1959, p. 251–273.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES-PETRÓLEO. 1995. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1995/b_57/at_download/arquivo>. Acesso em: 27 ago. 2017.

PROTOCOLO DE LA GUZMANIA. 1994. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1994/b_16/at_download/arquivo>. Acesso em: 12 jan. 2017.

PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. **The Logic of Comparative Social Inquiry**. Wiley-Interscience. A Division of John Wiley & Sons, 1970. Disponível em <<http://online.sfsu.edu/>> Acesso em: 12 jan. 2017.

RESISTÊNCIA. **Marco Histórico da Revolução Latino-Americana**. Disponível em: <<http://www.resistencia.cc/marco-historico-da-revolucao-latino-americana/>>. Acesso em 10 set. 2017.

RIGGIROZZI, P. **Region, Regionness and Regionalism in Latin America: Towards a New Synthesis**, New Political Economy, DOI:10.1080/13563467.2011.603827, Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1080/13563467.2011.603827>>. Acesso 05 nov. 2017.

RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana. The rise of post-hegemonic regionalism in Latin America. **The Rise of Post-Hegemonic Regionalism**. v.4. p. 1-16. Springer, 2012.

ROMERO, María Teresa. **Política exterior venezolana: el proyecto democrático (1959 – 1999)**. Caracas: Los libros de El Nacional, 2002.

SADER, Emir. **A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino americana**. São Paulo: Boitempo. 2009.

SANAHUJA, José Antônio. Uma região em construção: UNASUR y La integración em América del Sur. In: CIENFUEGOS, M. e SANAHUJA, J. A. (eds.). **La construcción de una región: Sudamérica y El regionalismo posliberal**. Barcelona: Fundació CIDOB. 2010. p. 87-134.

SANAHUJA, José Antônio. El Regionalismo "post-libera" y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR. In: SERBIN, A; MARTÍNEZ, L; RAMANZINI JÚNIOR, H. (Coord). **El Regionalismo "post-liberal" em América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**. Buenos Aires: CRIES, 2012. p. 19-72.

SANTOS, H. E. A. dos. **Brasil e Venezuela - cooperação e integração econômica: corredor de integração regional Amazonas - Roraima - Bolívar - Orenoco. 2011**. 397 f., il. Tese (Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional)—Universidade de Brasília/UFRR/FLACSO, Brasília, 2011.

SARAIVA. Miriam Gomes. A América do Sul na Política Externa do Governo Lula. In: PEDONE, A., RODRIGUES, T. e ALVES, V. (organizadores). **A Política Externa Brasileira Na Era Lula: Um Balanço**: Apicuri, Rio de Janeiro. 2011, p. 119-144.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Claudia Job. O uso do método comparativo as Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SERBIN, Andrés. Regionalismo y soberanía nacional en América Latina: Los nuevos desafíos. **Documentos Coordinadora regional de Investigaciones Económicas y Sociales**. Buenos Aires. 2010.

SERPA, Marcelo. **Eleições Espetaculares: Como Hugo Chávez conquistou a Venezuela**. Contra-Capa. Rio de Janeiro. 2013.

SILVA, Fabrício Pereira. **Até onde vai a “onda rosa”? Análise de Conjuntura**. n.2 p. 1-20. fev.2010.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Carta aos Brasileiros**. São Paulo. 2012. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em: 11/11/2017.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso de Posse 2002**. Brasília: Brasil. 2003

SILVA, Heloísa Conceição Machado da; Deterioração dos termos de intercâmbio, substituição de importações, industrialização e substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 46 , n. 1, p. 39-65, jun. 2003.

SOARES. Samuel Alves. A Defesa na Política Externa da Era Lula: de Uma Defesa Elusiva a Uma Liderança Proclamada. In: PEDONE, A., RODRIGUES, T. e ALVES, V. (organizadores). **A Política Externa Brasileira Na Era Lula: Um Balanço**: Apicuri, Rio de Janeiro. 2011.

SOLANO, 2012. **10 Años del "Paro Petrolero"**. História Total. Disponível em <<http://historiatotal-dantesol.blogspot.com.br/2012/12/10-anos-del-paro-petrolero.html>>. Acesso em 05 nov. 2017.

SOLANO, 2017. História Total. Disponível em <<http://historiatotal-dantesol.blogspot.com.br/2012/12/10-anos-del-paro-petrolero.html>>. Acesso em 05 nov. 2017.

SOUZA, Marcel Soares de. **Soberania e Participação Popular no Novo Constitucionalismo Latino-Americano: uma análise da Constituição Venezuelana de 1999**. Rebelar, V.6, n.2. p. 379-395. maio/ago2016.

SOUZA, Nilson Araújo de. América Latina: Inserção Internacional, Integração e Desenvolvimento. In: CRUZ, C., CORAZZA, G. e SOUZA, N. (organizadores). **América Latina: Olhares e Perspectivas**. Florianópolis: Editora Insular, 2015. p. 219-270

SOUZA, Romina Batista de Lucena de. **O desenvolvimento econômico da Venezuela 1950/2006**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdades de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2008.

TELESUR, 2017. El Caracazo. **Telesur en Profundidad**. Disponível em <<http://www.telesurtv.net/telesuragenda/La-masacre-de-El-Caracazo-20150224-0032.html>>. Acesso em 13 agos. 2017.

TORRENT, Ramon. **La integración regional, ante un nuevo cambio de paradigma: reflexiones desde una perspectiva histórica y comparada**. Serie de Estudios sobre Integración. Secretaría de Integración Económica Centroamericana, 2009.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO. **Resultado das Eleições 1986**. Disponível em <<http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1986-1/divulgacao-de-resultados-1986>>. Acesso em 05 nov. 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Relatório das Eleições 2002**. Secretaria de Gestão da Informação. Brasília. 2003. Disponível em <http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/relatorio_eleicoes/relatorio.pdf>. Acesso em 11 nov. 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Relatório das Eleições 2006**. Secretaria de Gestão da Informação. Brasília. 2007. Disponível em <http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/Relatorio_gesta_eleicoes2006/relatorio_gestao_eleicoes2006.pdf>. Acesso em 11 nov. 2017.

URRUTIA, Edmundo González. As relações do Brasil com a Venezuela: de desconfiança à aliança estratégica. In: FAUSTO, Sergio; SORJ, Bernardo (orgs.). **Brasil 60 e América do Sul: olhares cruzados**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2011, p. 105-140.

VEIGA, Pedro da Motta; RIOS, Sandra P. **O regionalismo pós-liberal, na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas**. [S.l.]: CEPAL, 2007.

VENEZUELA. AGENDA VENEZUELA. Documento II. **Revista sobre Relaciones Industriales y Laborales**. . p. 213-218. Disponível em <<file:///I:/Downloads/1102-3378-1-SP.pdf>> Acesso em 11 jan. 2017

VENEZUELA. Consejo Legislativo Bolivariano del Estado Carabobo. **Textos Constitucionales 1811-1999**. Caracas: Servicio Autónomo de Información Legislativa. 2013. Disponível em <<http://www.clbec.gob.ve/pdf/constituciones-1811-1999.pdf>> Acesso em 11 nov. 2017.

VENEZUELA. Consejo Supremo Electoral. 2000. Disponível em: <<http://www.cne.gov.ve/web/documentos/estadisticas/e006.pdf>>. Acesso em 13 agos. 2017.

VENEZUELA. PACTO DE PUNTO FIJO. 1958. Disponível em <<http://servicio.bc.uc.edu.ve/derecho/revista/idc22/22-10.pdf>> . Acesso em: 12 jan. 2017.

VENEZUELA. **Venezuela em Cifras, Nuestra Transición al Socialismo**. Caracas. 2016, Disponível em: <<http://www.mppp.gob.ve/>>. Acesso em 13 agos. 2017.

VENEZUELA. **Venezuela em Cifras, Nuestra Transición al Socialismo**. Caracas. 2015, Disponível em: <<http://www.mppp.gob.ve/>>. Acesso em 13 agos. 2017.

VENEZUELA. Consejo Nacional Electoral. 1998. Disponível em <http://www.cne.gov.ve/web/documentos/estadisticas/e98_01.pdf>. Acesso em 05 nov. 2017.

VENEZUELA. Consejo Nacional Electoral. 2000. Disponível em <<http://www.cne.gov.ve/web/documentos/estadisticas/e015.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2017.

VENEZUELA. Consejo Nacional Electoral. 2007a. Disponível em <http://www.cne.gov.ve/web/estadisticas/index_resultados_referendos.php>. Acesso em 05 nov. 2017.

VENEZUELA. Consejo Nacional Electoral. 2017. Disponível em <http://www.cne.gov.ve/divulgacionPresidencial/resultado_nacional.ph>. Acesso em 05 nov. 2017.

VENEZUELA. **Decreto de La Republica Bolivariana de Venezuela n. 37323, del 13 de noviembre de 2001a**. Ley de tierras y desarrollo agrario. Disponível em <http://www.ventanalegal.com/leyes/ley_tierras.html>. Acesso em 05 nov. 2017.

VENEZUELA. **Decreto de La Republica Bolivariana de Venezuela n. 37323, del 13 de noviembre de 2001b**. Ley de Pesca y acuicultura. Disponível em <http://www.ventanalegal.com/leyes/ley_pesca_acuicultura.html>. Acesso em 05 nov. 2017.

VENEZUELA. **Decreto de La Republica Bolivariana de Venezuela n. 37323, del 13 de noviembre de 2001c**. Ley de hidrocarburos. Disponível em <http://www.ventanalegal.com/leyes/ley_hidrocarburos.html>. Acesso em 05 nov. 2017.

VENEZUELA. **El Nuevo Mapa Estratégico 2004**. Disponível em <<http://www.minci.gob.ve/wpcontent/uploads/downloads/2013/01/nuevomapaestrategico.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2017.

VENEZUELA. **Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007**. 2001d. Disponível em <http://www.flacsoandes.org/internacional/gobiernos_en_linea/venezuela/02plan_de_desarrollo_2001_2007.pdf>. Acesso em 15 nov. 2017.

VENEZUELA. **Proyecto Nacional Simón Bolívar y la Venezuela Socialista Primer Plan Socialista -PPS- Desarrollo Economico y Social de La Nacion 2007-2013**. 2007b. Disponível em <<https://www.mppeuct.gob.ve/sites/default/files/descargables/proyecto-nacional-simon-bolivar.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2017.

VENEZOLANA DE TELEVISIÓN. Disponível em: <<http://vtv.gob.ve/especial-16-f1989-carlos-andres-perez-anuncia-su-paquete-y-se-queda-con-la-espoleta-en-la-mano/>> Acesso em 03 set. 2017.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Projeção Internacional do Brasil: 1930-2012**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2012.

VIEIRA, L. V. (Coord.) **Processos Constituintes na América Latina. A decisão por uma nova forma de existência política**. Recife: Editora Universitária, 2013.

VILLA, Rafael Duarte. **Política Externa Brasileira: Capital social e discurso democrático na América do Sul**. In Revista Brasileira de Ciências Sociais - VI. 21, n. 61, p. 63-89. junho/2006.

WELSCH, Friedrisc. CARRASQUERO, José Vicente. **Consolidação democrática na Venezuela? Desempenho e legitimidade normativa**. Opinião Pública, Campinas, vol. V, n. 1, p. 1-19, Nov. 1998.

ZURITA, Alejandro Mendible. **Las relaciones entre Venezuela y Brasil**. Ágora, ano 10, n. 10, 2007. Disponível em: <<http://www.urbe.edu/UDWLibrary/ArticulosAdvance.do?operator=EMPTY&tag=100&word=Mendible%20Zurita,%20Alejandro>> Acesso em 03 set. 2017.